

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUMA NETO DO NASCIMENTO

Democracia e liberdade econômica na América Latina:
uma relação de bicausalidade?

Recife-PE

2017

LUMA NETO DO NASCIMENTO

**Democracia e liberdade econômica na América Latina:
uma relação de bicausalidade?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.

Recife-PE

2017

NASCIMENTO, Luma Neto do. **Democracia e liberdade econômica na América Latina: uma relação de bicausalidade?** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em 16 de Fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto – UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva – UFPE

Prof. Dr. José Alexandre Ferreira Filho – UNICAP

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

- N244d Nascimento, Luma Neto do.
Democracia e liberdade econômica na América Latina : uma relação de bicausalidade? / Luma Neto do Nascimento. – 2017.
132 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador : Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2017.
Inclui Referências.
1. Ciência política. 2. América Latina – Desenvolvimento econômico. 3. Democracia. 4. Liberdade econômica. I. Gama Neto, Ricardo Borges (Orientador). II. Título.
- 320 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2017-034)

Dedico esta dissertação aos meus pais, Carlos e Grece, por todo o apoio e paciência, e ao amor da minha vida, Leandro, por ser o meu grande parceiro em toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus, a quem devo minha vida, minha família e toda a sorte que tenho nas minhas conquistas profissionais.

Ao meu pai, Carlos Alberto, que sempre me apoiou em tudo que escolhi fazer, que me inspirou o interesse pela política e que me deu todo o suporte nos momentos que eu mais precisei.

A minha mãe, Grece Neto, que sempre me dedicou tanto o seu tempo, caronas, comidas gostosas, cuidado e paciência.

Ao meu namorado, Leandro Cavalcanti, que tanto me incentiva, cuida, trouxe-me para conviver com sua família e me dedica seu amor, carinho e companheirismo.

Ao meu avô que está sempre torcendo por mim, José Olímpio do Nascimento, e aos meus queridos avós que não estão mais nesse mundo: Dona Zita, Erinete e Manuel.

A minha tia e segunda mãe Maria do Socorro e ao meu primo-irmão Diogo, com quem sempre posso conversar, desabafar e pedir conselhos.

Ao meu orientador, Ricardo Borges, obrigada por todo o apoio e dedicação.

A todos vocês dedico minha eterna gratidão e amor.

RESUMO

Existe uma relação bicausal entre democracia e liberdade econômica na América Latina? O principal objetivo deste trabalho é testar a hipótese de que existe uma relação bicausal entre democracia e liberdade econômica na América Latina, entre 1995 e 2014. A segunda hipótese é que o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto da relação contrária. Metodologicamente, realizou-se uma análise estatística descritiva e inferencial e estimou-se um painel dinâmico pelos métodos *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), proposto por Parks (1967) e o *Generalized Method of Moments* (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991). Para cada um dos estimadores foram testados três modelos com o *Polity IV* como variável dependente e a liberdade econômica como independente; e outros 3 modelos com a liberdade econômica como variável dependente e *Polity IV* como variável independente. O Modelo 1 incluiu todas as variáveis independentes de controle: a *lag* da variável dependente (*Polity -1* ou Liberdade Econômica -1); o PIB per capita; a taxa de crescimento do PIB; a estabilidade política; e o capital humano. O Modelo 2 utilizou como controles a *lag* da variável dependente e a estabilidade política. Finalmente, o modelo 3 incluiu somente a *lag* da variável dependente como controle. Os resultados sugerem que existe uma relação bicausal entre democracia e liberdade econômica, mas o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto da relação contrária.

Palavras-chave: Democracia. Liberdade econômica. América Latina.

ABSTRACT

Does exist a bicausal relationship between democracy and economic freedom in Latin America? The main objective of this study is to test the hypothesis that exists a bicausal relationship between democracy and economic freedom in Latin America, between 1995 and 2014. The second hypothesis is that the impact of the democracy on economic freedom is bigger than the impact of the contrary relation. Methodologically, it's done a descriptive and inferential statistical analysis and estimated a dynamics panel data by the method of Feasible Generalized Least Squares (FGLS), proposed by Parks (1967) and the method of Generalized Method of Moments (GMM), proposed by Arellano and Bond (1991). For each of the mentioned methods three models will be tested with Polity IV as dependent variable and Economic Freedom as independent variable, and another 3 models with the Economic Freedom as dependent variable and Polity IV as independent variable. The Model 1 included all the independent control variables: the *lag* of the dependent variable (Polity -1 or Economic Freedom -1); GDP per capita; the rate of GDP growth; political stability; and human capital. The Model 2 used as controls the *lag* of the dependent variable and political stability. Finally, model 3 included only the *lag* of the dependent variable as control. The results suggest that exists a bicausal relationship between democracy and economic freedom, but the impact of the democracy on economic freedom is bigger than the contrary relation.

Keywords: Democracy. Economic freedom. Latin America.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	<i>Boxplot</i> do Índice de Liberdade Econômica.....	76
Gráfico 2	<i>Boxplot</i> do Índice de Liberdade Econômica por ano.....	77
Gráfico 3	<i>Boxplot</i> do <i>Polity IV</i>	80
Gráfico 4	<i>Boxplot</i> do <i>Polity IV</i> por ano.....	82
Gráfico 5	Correlação entre o <i>Polity IV</i> e a Liberdade Econômica.....	88
Gráfico 6	Correlação entre o <i>Polity IV</i> e a Liberdade Econômica (sem <i>outlier</i>).....	91
Gráfico 7	Estabilidade Política por País da América Latina.....	92
Gráfico 8	<i>Boxplot</i> do Índice de Estabilidade Política.....	93
Gráfico 9	<i>Boxplot</i> do Índice de Estabilidade Política por Ano.....	93
Gráfico 10	Correlação entre o <i>Polity IV</i> e a Estabilidade Política.....	95
Gráfico 11	Correlação entre Liberdade Econômica e Estabilidade Política.....	96
Gráfico 12	Capital Humano por País da América Latina.....	96
Gráfico 13	<i>Boxplot</i> do índice de capital humano.....	97
Gráfico 14	<i>Boxplot</i> do índice de capital humano por ano.....	97
Gráfico 15	Correlação entre <i>Polity IV</i> e Capital Humano.....	99
Gráfico 16	Correlação entre Liberdade Econômica e Capital Humano.....	99
Gráfico 17	Taxa de Crescimento do PIB por País da América Latina.....	100
Gráfico 18	<i>Boxplot</i> da Taxa de Crescimento do PIB.....	101
Gráfico 19	<i>Boxplot</i> da Taxa de Crescimento do PIB por Ano.....	101
Gráfico 20	Correlação entre Liberdade Econômica e Taxa de Crescimento do PIB.....	106
Gráfico 21	Correlação entre Liberdade Econômica e Taxa de Crescimento do PIB.....	106
Gráfico 22	PIB per capita por País da América Latina.....	107
Gráfico 23	<i>Boxplot</i> do PIB per capita.....	108
Gráfico 24	<i>Boxplot</i> do PIB per capita por ano.....	108
Gráfico 25	Correlação entre o PIB per capita e o <i>Polity IV</i>	109
Gráfico 26	Correlação entre o PIB per capita e a Liberdade Econômica.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese das informações do desenho de pesquisa.....	62
Quadro 2	Síntese dos fatores de Liberdade Econômica.....	63
Quadro 3	Síntese dos Componentes do Índice <i>Polity IV</i>	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas.....	73
Tabela 2	Médias do <i>Polity</i> IV e da Liberdade Econômica por Ano.....	74
Tabela 3	Médias do <i>Polity</i> IV e da Liberdade Econômica por País.....	75
Tabela 4	Correlação entre o <i>Polity</i> IV e a Liberdade Econômica por País.....	89
Tabela 5	Correlação entre o <i>Polity</i> IV e a Liberdade Econômica por Ano.....	90
Tabela 6	Correlação entre <i>Polity</i> IV e Liberdade Econômica por Ano (sem <i>outlier</i>)....	91
Tabela 7	Resultados dos estimadores FGLS e GMM para o <i>Polity</i> IV.....	111
Tabela 8	Resultados dos estimadores FGLS e GMM para a Liberdade Econômica.....	113

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Capítulo 1: O conceito de democracia.....	17
1.1 Da concepção minimalista ao debate sobre a qualidade da democracia.....	17
1.2 A Qualidade da Democracia na América Latina.....	22
2. Capítulo 2: Uma breve revisão da literatura sobre democracia e desenvolvimento econômico.....	31
2.1 A teoria da modernização.....	31
2.1.1 A teoria da modernização testada em âmbito regional.....	37
2.2 Os regimes políticos mantêm o crescimento econômico?	40
3. Capítulo 3: Democracia e liberdade econômica, uma revisão de estudos empíricos.....	50
3.1 A democracia e a liberdade econômica explicam o crescimento?	50
3.2 A democracia causa a liberdade econômica?	53
4. Capítulo 4: Procedimentos metodológicos.....	62
4.1 Índice de Liberdade Econômica da Fundação <i>Heritage</i>	62
4.2 <i>Polity</i> IV.....	65
4.3 Técnicas.....	67
4.4 Observações.....	71
5. Capítulo 5: Análise exploratória dos dados.....	73
5.1 Análise exploratória das variáveis de interesse.....	73
5.1.1 Análise exploratória do índice de liberdade econômica.....	76
5.1.2 Análise exploratória do índice <i>Polity</i> IV.....	80
5.1.3 Correlações entre democracia e liberdade econômica.....	88
5.2 Análise exploratória das variáveis de controle.....	92
5.2.1 Estabilidade política.....	92
5.2.1.1 Correlações.....	95

5.2.2	Capital Humano.....	96
5.2.2.1	Correlações.....	98
5.2.3	Taxa de Crescimento do PIB.....	100
5.2.3.1	Correlações.....	105
5.2.4	PIB per capita.....	107
5.2.4.1	Correlações.....	109
6.	Capítulo 6: Resultados.....	111
	Conclusão.....	116
	Referências Bibliográficas.....	118

INTRODUÇÃO

Existe uma relação de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica na América Latina? O presente trabalho tem como principal objetivo testar a hipótese de que existe uma relação de bicausalidade entre essas duas variáveis, para uma amostra de 18 países da América Latina entre 1995 e 2014. A segunda hipótese a ser testada afirma que a democracia possui mais impacto sobre a liberdade econômica que a relação inversa.

Os laços entre liberdade econômica e liberdade política têm sido teorizados há muito tempo. No entanto, talvez devido à tendência de unir os dois conceitos, existem limitadas evidências empíricas para apoiar qualquer possível inter-relação (FARR et al, 1998: 248).

Em *O Caminho da Servidão*, Friedrich A. Hayek (1944) alertou os intelectuais preocupados com as perspectivas para o liberalismo político na Europa. Hayek especulou que o planejamento centralizado adotado pelo Reino Unido durante a guerra continuaria e se espalharia e isso acabaria por ameaçar os valores democráticos liberais da Europa Ocidental. Hayek escreveu:

Se o "capitalismo" significa aqui um sistema competitivo baseado na livre disposição sobre a propriedade privada, é muito mais importante perceber que somente dentro desse sistema é possível a democracia. Quando se torna dominada por um credo coletivista, a democracia inevitavelmente se destruirá (HAYEK, 1944, pp. 69-70, tradução livre).

Escrevendo 18 anos depois nos Estados Unidos, Milton Friedman ecoou Hayek em seu livro de 1962, *Capitalismo e Liberdade*:

A evidência histórica fala com uma única voz sobre a relação entre a liberdade política e um mercado livre. Não conheço nenhum exemplo no tempo ou no lugar de uma sociedade que tenha sido marcada por uma grande liberdade política e que também não tenha usado algo comparável a um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica (FRIEDMAN, 1962, p. 9, tradução livre).

Os argumentos de que a democracia pode levar a uma maior liberdade econômica são geralmente semelhantes aos argumentos de que a democracia pode promover o crescimento econômico (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1993). Primeiro, somente os governos com alguma legitimidade poderão implementar e sustentar políticas que podem suportar altos custos de curto prazo. Segundo, muitas das características institucionais de uma democracia, como um sistema jurídico independente, também são necessárias para uma liberalização bem-sucedida (DE HAAN e STURM, 2003: 548). Como afirma North (1993: 1, tradução livre), "*direitos de propriedade bem especificados e aplicados, condições necessárias para o crescimento*

econômico, só estão seguros quando os direitos políticos e civis estão seguros; de outro modo, a confiscação arbitrária é sempre uma ameaça".

Entretanto, há poucas evidências empíricas, especialmente para os países em transição, sobre o papel da democracia na promoção da liberalização (DE HAAN e STURM, 2003: 548). De Haan e Sturm (2003) e Lundström (2005) mostraram que o nível de democracia de um país, medido pela sua pontuação no *Polity IV* ou no *Freedom House*, exerce um impacto positivo na liberdade econômica. Gwartney et al. (1999) mostraram que um alto nível de democracia não prejudica a liberdade econômica. Similarmente, Dethier et al. (1999) concluíram que a democracia tem facilitado a liberalização econômica. Mais recentemente, Peev e Mueller (2012:398-9) encontraram que as liberdades econômicas são mais fortes e a corrupção é mais fraca em antigos países comunistas com instituições democráticas fortes. E os resultados de Rode e Gwartney (2012) indicaram que as transições para a democracia estão associadas a aumentos subsequentes na liberalização da economia.

Esses estudos sugerem que as democracias não são prejudiciais à liberdade econômica, mas sim o oposto. A tomada de decisão democrática parece fornecer legitimidade aos governos, o que aumenta sua capacidade de implementar reformas institucionais liberais que por vezes envolvem altos custos de transição (DE HAAN E STURM, 2003).

Naturalmente, se a democracia (ou a democratização) torna a liberalização econômica mais provável, então devemos esperar que esses países também tenham um desempenho econômico comparativamente melhor no futuro. Alguns autores abordaram essa interação de instituições políticas, instituições econômicas e crescimento (RODE e GWARTNEY, 2012: 608). Scully (1988; 1992) e Barro (1996), por exemplo, apontaram que uma democracia afeta o crescimento, mas de forma indireta, através da liberdade econômica. Um regime democrático que garanta os direitos de propriedade e outras liberdades individuais e que, conseqüentemente, gere um ambiente propício para a liberdade econômica e mercados abertos favorecerá o investimento e o empreendedorismo, gerando crescimento econômico.

Mas como a democracia melhoraria o desempenho econômico de um país? Há uma literatura substancial na ciência política investigando as ligações empíricas entre a democracia e os resultados econômicos. Um dos primeiros trabalhos empíricos na economia para estimar o efeito da democracia sobre o crescimento econômico é o de Barro (1996), que verificou que a democracia tem um pequeno efeito negativo sobre o crescimento econômico, com alguma evidência de que a democracia aumenta o crescimento em níveis baixos de democracia, mas o reduz em níveis mais elevados.

O artigo de Barro (1996) incitou uma literatura posterior empregando uma variedade de estratégias para lançar luz sobre as mesmas questões. Trabalhos como o de Tavares e Wacziarg (2001) relataram um fraco efeito negativo. Przeworski et al. (2000) não verificaram um impacto significativo da democracia sobre o crescimento. Análises com regressões de dados em painel incluem Rodrik e Wacziarg (2005) e Persson e Tabellini (2007), que encontraram um efeito positivo da recente democratização para o crescimento. Entre os trabalhos mais recentes, existem pesquisas como as de Papaioannou e Siourounis (2008), Acemoglu (2008), Doucouliagos e Ulubasoglu (2008), Armijo e Gervasoni (2010), Wu (2012), Nurtegin (2014), Acemoglu et al (2014), Madsen et al (2015), Sylwester (2015), Magee e Dores (2015), Ma e Ouyang (2016) e Gründler e Krieger (2016).

Estudos que apontam a liberdade econômica causando a democracia também obtiveram resultados significativos. Por exemplo, os resultados encontrados por Farr et al. (1998) sugerem que a liberdade econômica e a renda per capita estão endogenamente relacionadas e que a liberdade econômica tem um efeito positivo na liberdade política, mas indiretamente, através do seu efeito sobre o crescimento econômico. Similarmente, Aixalá e Fabro (2009) revelam um círculo virtuoso: a liberdade econômica gera crescimento econômico e este crescimento promove liberdades políticas.

Já que existem evidências de que a liberdade econômica geraria crescimento e este por sua vez aumentaria a democracia, é importante discutir a teoria da modernização, que teve início com a afirmação de Lipset (1959: 75) de que quanto mais rica uma nação, maior a probabilidade de se manter a democracia. Esta proposta foi verificada em vários estudos empíricos (CUTRIGHT, 1963; CUTRIGHT e WILEY, 1969; JACKMAN, 1973; HELLIWELL, 1994; BURKHART e LEWIS-BECK 1994). O argumento teórico é que o crescimento acelera os processos de mobilidade social, o que leva a uma classe média mais ampla e a um maior acesso à educação e à informação, gerando uma crescente demanda por direitos políticos e liberdades civis.

Após a revisão da literatura, foi identificada uma lacuna existente entre estudos regionais sobre a direção da relação causal entre democracia e liberdade econômica. Assim, esse trabalho irá contribuir para a literatura da ciência política ao identificar a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas e da liberalização das economias latino-americanas para gerar o crescimento econômico da região.

A presente pesquisa buscará testar a hipótese de Friedman (1962: 10) de que a relação entre liberdade política e a liberdade econômica não é unilateral, verificando se existe uma relação de bicausalidade entre as duas variáveis para uma amostra de 18 países da América

Latina, entre 1995 e 2014. A segunda hipótese testará se o efeito da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o efeito inverso.

Para tanto será realizada a estatística descritiva e a posterior análise dos resultados dos estimadores de dados de painéis dinâmicos *Generalized Method of Moments* (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991), e *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), proposto por Parks (1967), para realizar os testes de hipótese. Para cada um dos métodos mencionados foram testados três modelos com o *Polity IV* como variável dependente e a liberdade econômica como independente; e outros 3 modelos com a liberdade econômica como variável dependente e *Polity IV* como variável independente. O modelo 1 incluiu todas as variáveis independentes de controle: a *lag* da variável dependente (*Polity* -1 ou Liberdade Econômica -1); o PIB per capita; a taxa de crescimento do PIB; a estabilidade política; e o capital humano. O modelo 2 utilizou como controles a *lag* da variável dependente e a estabilidade política. Finalmente, o modelo 3 incluiu somente a *lag* da variável dependente como controle.

Esta dissertação está dividida em 6 capítulos e uma conclusão. No primeiro será brevemente analisada a literatura sobre a qualidade da democracia, especialmente a que promove o debate sobre a qualidade da democracia na América Latina. Os textos abordados levam a compreender diversas perspectivas, que mostraram desde uma abordagem mais simplista e com fins quantitativos da teoria democrática, como a abordagem de Przeworski (1999), que enfatiza a competição eleitoral, até os pensamentos mais críticos e substanciais, como os importantes apontamentos de Guillermo O'Donnell (1973; 1994; 1998; 1999; 2002; 2005), autor que consegue identificar com clareza os problemas peculiares aos regimes políticos da América Latina. Após a revisão desses trabalhos ficou mais claro entender em que pontos estamos avançando ou retrocedendo no nosso desenvolvimento democrático e quais aspectos institucionais e sociais são entraves para uma democracia de maior qualidade na América Latina.

No capítulo 2 é abordada a vasta literatura sobre a relação entre democracia e desenvolvimento econômico. A teoria da modernização, que aponta o crescimento econômico melhorando indicadores democráticos, é abordada desde Lipset (1959) até estudos empíricos mais recentes, que concentram suas análises para a América Latina (LANDMAN, 1999; MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN 2003). A literatura que trata do efeito da democracia sobre o crescimento econômico também é abordada, desde os trabalhos pioneiros, como o de Barro (1996), até os trabalhos mais recentes, como o de Gründler e Krieger (2016).

O capítulo 3 mostra os estudos empíricos que abordaram a relação entre democracia e liberdade econômica e também aqueles que estudaram a relação dessas duas variáveis com o crescimento econômico.

O capítulo 4 mostra os procedimentos metodológicos, com a descrição das variáveis e das técnicas utilizadas para os testes de hipótese e tratamento dos dados, para viabilizar a replicabilidade do trabalho (KING, 1995; JANZ, 2015).

O capítulo 5 mostra a análise da estatística descritiva para a visualização e exploração dos dados. Medidas de tendência central e de dispersão são analisadas com o objetivo de conhecer as distribuições das variáveis (FIGUEIREDO FILHO et al. 2011: 66).

O capítulo 6 mostra os resultados dos estimadores FGLS e GMM de dados de painéis dinâmicos para realizar os testes de hipótese.

Finalmente, as conclusões do trabalho serão resumidas, mostrando os principais resultados e agenda de pesquisa a ser estudada.

CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE DEMOCRACIA

1.1 Da concepção minimalista ao debate sobre a qualidade da democracia

A concepção de democracia passou por diversos paradigmas na ciência política. Os seus valores já foram questionados a ponto de firmarem revoluções nos parâmetros de estudos democráticos. O bem comum já foi o objetivo fundamental da democracia e esta já foi reduzida apenas a um método para se chegar ao poder político. Posteriormente, questões substanciais foram incorporadas ao conceito novamente e a complexidade das diferentes sociedades gerou uma necessidade para o estabelecimento de instituições políticas cada vez mais especializadas, como as Cortes Constitucionais e a revisão judicial.

As revoluções teóricas levaram a um questionamento sobre a qualidade do funcionamento das instituições democráticas. Entretanto, ainda há um extenso debate sobre quais modelos democráticos seriam benéficos ou maléficos levando em consideração determinados valores.

Lijphart (2003), em seu trabalho sobre modelos institucionais democráticos, aponta dois tipos básicos de regime democrático: o modelo majoritário e o modelo consensual de democracia. No modelo majoritário, o poder político fica sob o controle do grupo que obteve a maioria dos votos nas eleições, já o modelo consensual tenta compartilhar, dispersar e limitar o poder de várias maneiras. Portanto, o modelo majoritário de democracia é exclusivo e competitivo. A Nova Zelândia anterior à reforma eleitoral de 1996 é o mais claro exemplo de regime majoritário. Já o modelo consensual caracteriza-se pela negociação e a concessão, e a Suíça seria um bom exemplo dessa espécie de democracia. Entre as instituições que caracterizam um modelo majoritário estariam um governo centralizado, unitário, unicameral e constituições flexíveis, enquanto que um modelo consensual possuiria um governo descentralizado, federalista, bicameral, uma constituição rígida e um consequente sistema de revisão judicial.

Diversos autores na ciência política contemporânea passaram então a escolher qual lado defender: se a democracia funcionaria melhor em um arcabouço institucional guiado por regras majoritárias ou por regras consensuais. Entretanto, existe uma tendência para que os autores na política comparada defendam os princípios majoritários, principalmente com o objetivo de colocar em primeiro plano a importância de se garantir mecanismos que facilitem a *accountability*, ou seja, a responsabilização das ações dos agentes estatais (MELO, 2007).

Ao dar mais importância à *accountability* como um valor para a qualidade democrática, alguns autores enfatizam a concentração de poder. Um exemplo dessa defesa de princípios majoritários para favorecer os meios de gerar a *accountability* está em *Representação, Soberania e Accountability*, de Andrew Arato (2002). A separação de poderes, o bicameralismo, a revisão judicial e o federalismo representam o compromisso da democracia madsoniana de defender os direitos das minorias perante as maiorias (DAHL, 1989). Entretanto, Arato (2002) desconfia da real eficácia das instituições consensuais, como o forte constitucionalismo e a revisão judicial. O autor defende que instituições que centralizam o poder facilitam a *accountability*, colocando a responsabilização no centro da análise de uma qualidade democrática.

A revisão judicial é, portanto, um atributo essencial em desenhos constitucionais consensuais. Contudo, existe um paradoxo: quanto mais fragmentado o poder, menor a capacidade de responsabilização. Portanto, os modelos constitucionais que reforçam a *accountability* não seriam compatíveis com a revisão judicial. Os juízes teriam menos credenciais democráticas para resolver supostas injustiças cometidas pelo legislativo. A única diferença para os cidadãos estaria em apelar para uma aristocracia judiciária, em vez de uma aristocracia legislativa (ARATO, 2002).

Mas Arato não está sozinho no argumento da menor legitimidade da revisão judicial, em relação às credenciais democráticas do legislativo. Jeremy Waldron (2006) critica especialmente a revisão judicial de decisões legislativas sobre discordâncias a respeito de direitos. Em seu conjunto de argumentos contra o controle constitucional dessa espécie, o autor afirma, assim como Arato, que o poder legislativo possui uma legitimidade democrática mais forte que a dos juízes e por esse e outros motivos, essas divergências não deveriam ter como árbitro final os juízes de uma corte suprema.

Dahl (2012: 211-255) também é um autor que sai em defesa do princípio majoritário, já que as alternativas ao domínio da maioria também seriam bastante problemáticas. Em outras palavras: mesmo que o domínio da maioria seja ruim, pior é estar sem ele. Nenhuma outra regra poderia ser um melhor substituto para o método da maioria. Portanto, não existiria uma solução universal para o problema da proteção de direitos. As soluções dependeriam da cultura política, de experiências históricas e das instituições de cada país, que seriam discutidas na esfera pública, entre legisladores eleitos. A justiça seria uma consequência do processo democrático, e não algo imposto externamente.

Para justificar uma partilha de poder entre diversas clivagens sociais, outros atores defendem instituições que permitam a participação de representantes de vários segmentos

sociais no processo decisório. A defesa do modelo consensual está presente nas avaliações democráticas de Lijphart (1991). O autor defende instituições consensuais como o federalismo, mas principalmente uma combinação de parlamentarismo e representação proporcional. O autor conclui que diante de sociedades complexas, uma convivência pacífica só é possível com a inclusão de minorias no processo decisório.

Como aponta Marcus Melo (2007), as democracias contemporâneas estão cada vez mais heterogêneas, mas as defesas majoritárias pressupõem sociedades homogêneas. Lijphart (2008) então propõe um conjunto de prerrogativas institucionais para sociedades com profundas clivagens de diversos tipos. Esses diferentes segmentos sociais só poderiam conviver pacificamente diante de uma partilha do poder. Portanto, o parlamentarismo, com a composição de um gabinete e um sistema de representação proporcional aumentariam as chances das minorias estarem representadas no poder central.

Lijphart (2008) sugere outros elementos desse arranjo institucional, como um sistema com distritos menores, que favoreceria uma maior homogeneidade dentro desses distritos. O que retifica a defesa de uma maior descentralização e divisão do poder, para que cidadãos de diversas clivagens possam estar representados e protegidos dos desejos da maioria.

Bruce Ackerman (2000) por sua vez, retoma alguns argumentos de Lijphart (1991; 2008). O autor defende um *Parlamentarismo Limitado*, onde estão presentes instituições consensuais como o federalismo e o bicameralismo, assim como defende Lijphart. Entretanto, Ackerman propõe um bicameralismo assimétrico, com um Senado com menos poder decisório.

Para Ackerman, o sistema parlamentar reduz o número de ataques ao Estado de Direito, mas por outro lado, a revisão judicial também cumpriria esse papel. Por este motivo, o autor inclui a revisão judicial no seu modelo de Parlamentarismo Limitado. Ackerman defende uma maior limitação ao poder do Parlamento, através da presença de uma Constituição escrita e de uma Corte Constitucional para promover um controle do poder, além de outras instituições com o propósito de frear a força do Parlamento. A Corte Constitucional seria necessária para o controle da supremacia constitucional, pois Ackerman acredita que se não houver esse tipo de controle, os princípios presentes na Constituição não serão observados pela maioria parlamentar ou pelo próprio plebiscito.

Os critérios para uma democracia procedimental são condições necessárias para a existência de um regime considerado democrático. Schumpeter (1942), em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, trouxe uma inovação na teoria democrática: a democracia seria um método, um procedimento. O autor propôs que um regime democrático se resumiria apenas

em eleições, a qual seria a única forma do votante interferir no governo. Portanto, a importância da democracia estaria na competição eleitoral e o poder ficaria na mão das elites, ou seja, daqueles que estariam preparados para governar.

Para Schumpeter, a democracia não é um tipo de sociedade, nem um conjunto de normas morais, mas um sistema em que o poder do eleitor resume-se em simplesmente sancionar ou não os nomes que lhe são oferecidos no mercado político, por meio de eleições competitivas (GAMA NETO, 2011).

O'Donnell (1999), em *Teoria Democrática e Política Comparada*, adverte que ao imaginar eleições livres e limpas, Schumpeter pressupõe que há algo para além do minimalismo. Schumpeter compreende que para haver uma "livre competição por um voto livre" é preciso que se cumpram algumas condições externas ao processo eleitoral. Em outras palavras, para que o "método democrático" exista, algumas liberdades básicas, relacionadas com "princípios morais e legais da comunidade", também devem existir ao alcance de todos. O'Donnell (1999) conclui que a definição de democracia de Schumpeter, apesar de elitista, não é minimalista, nem se concentra no "método" ou processo eleitoral, como supunham o próprio Schumpeter e a maioria dos seus comentadores.

Adam Przeworski (1999) utiliza o conceito minimalista de democracia proposto originalmente por Schumpeter, que seria o mais próximo do que conhecemos no senso comum: a democracia como sinônimo de eleições. O método democrático seria aquele que garantiria uma alternância no poder, através de eleições limpas que ocorreriam entre no mínimo dois e no máximo cinco anos de intervalo.

A garantia de que existem eleições limpas, livres e com um sistema multipartidário, garantiria a alternância no poder. Todas as outras indagações acerca da democracia, como violações das liberdades civis, por exemplo, seria uma discussão sobre a qualidade democrática. Para fins de operacionalização, a concepção minimalista se mostraria mais simples e objetiva, pois só haveria duas opções possíveis: democracia ou autoritarismo. Mas diante disso, fica fácil questionar: seriam as eleições condições suficientes para definir um país como democrático?

O'Donnell (1999) também ressalva que Przeworski (1999) propôs uma outra caracterização da democracia, em um texto que reconhece a importância de outros fatores que vão além das eleições para que haja uma democracia duradoura. Por exemplo, Przeworski (1998: 16) concorda com a afirmação de Lipset (1959: 75) que países mais ricos têm mais chances de manter a democracia. Przeworski (1999) também afirma que a concepção minimalista não descarta os desenhos institucionais: para que as eleições fossem eficientes,

elas deveriam ocorrer com um prazo mínimo de 2 a 5 anos de intervalo, e um único partido não deveria assumir mais de 2/3 das cadeiras legislativas.

Mainwaring et. al. (2001) afirmam que tanto a concepção de Schumpeter quanto a de Przeworski (1999) podem ser definidas como *submínimas*. Os autores defendem que uma pequena dose de uma avaliação subjetiva é melhor do que não utilizar nenhum conhecimento profundo acerca dos regimes:

Por “subjetivos” não queremos dizer arbitrários, mas julgamentos fundados no conhecimento profundo dos casos e guiados por regras explícitas de codificação. Uma avaliação que se limite às eleições deixa de fora elementos essenciais para uma democracia, o que resulta numa definição submínima.
(MAINWARING et al., 2001, p. 646).

Os autores então propõem uma classificação tricotômica da democracia, onde haveria regimes democráticos, semi-democráticos e autoritários. A metodologia de avaliação utilizada indica que quatro perguntas devem ser feitas para obter a classificação: 1) Existem eleições para o Legislativo e o Executivo? ; 2) O direito de voto é inclusivo? ; 3) As liberdades civis são respeitadas?; 4) As autoridades eleitas têm reais condições de exercer o governo?

Se a resposta para todas as perguntas for “sim”, o regime em avaliação é considerado “democrático”. Entretanto, se houver uma violação *parcial* em pelo menos um dos quatro aspectos citados, o regime é considerado “semi-democrático”. Seguindo a mesma lógica, se houver pelo menos uma violação *grave* de um dos critérios, o país é considerado “autoritário”.

Daí então já se observa um avanço no debate sobre a democracia. Aos poucos o conceito *subminimalista* vai perdendo a sua força. Além dos primeiros requisitos, procedimentais, que se resumem em eleições inclusivas, os autores incluem duas dimensões substanciais. A democracia também deve incluir as liberdades civis, pois em países onde há eleições os direitos dos cidadãos podem ser frequentemente violados com pouca perspectiva de punição, e o controle civil sobre os militares é essencial para verificar se quem é eleito de fato tem autonomia para governar, já que as instituições coercitivas ou forças paramilitares são capazes de limitar as decisões dos governantes.

Dahl (1989) foi um divisor de águas na teoria política contemporânea, ao adotar a concepção procedimental de Schumpeter, mas adicionando questões substanciais ao conceito democrático. Dahl aponta seis instituições de uma *poliarquia* (o mais próximo de um regime democrático): representantes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; autonomia de associação; e cidadania inclusiva.

A partir de então, Dahl inspirou toda uma agenda de pesquisa em torno de valores normativos na democracia, que foram deixados de lado pela concepção minimalista, então vigente.

Diversas questões normativas foram incorporadas aos estudos democráticos. Questões econômicas, tratando de igualdade social, desenvolvimento humano e estado de direito, entraram para o debate normativo sobre a democracia, muitas vezes retomando argumentos de autores clássicos.

Guillermo O'Donnell (2005), um expoente nos estudos democráticos na América Latina, é um exemplo de autor que defende um valor normativo na democracia: um forte Estado de direito. Um verdadeiro estado democrático de direito seria aquele com um Poder Judiciário independente, com uma justiça que alcance a todos os cidadãos através de processos que corram em um tempo razoável. Até então, nada de contrariante. Contudo, o autor argentino defende a existência de uma instituição que gera bastantes controvérsias entre os teóricos da democracia: a existência de uma corte constitucional e consequentemente, a revisão judicial.

Portanto, a concepção minimalista mostrou ser uma condição necessária, porém não suficiente para resumir o debate sobre a democracia. A ciência política tem avançado os seus questionamentos sobre os valores morais, princípios normativos e arranjos institucionais que seriam mais benéficos para um regime democrático.

Em termos de democracia procedimental, apenas a presença de eleições livres e justas são suficientes para definir um regime como democrático. Mas é necessário compreender o conteúdo da democracia latino-americana, já que as eleições podem ser apenas justificativas para legitimar um regime com profundas desigualdades sociais, casos de corrupção em diversas instituições, um judiciário lento e um alto grau de violência na sociedade, aliada a um abuso da força letal pelas forças policiais.

1.2 A Qualidade da Democracia na América Latina

Muitas democracias na América Latina são o produto de eleições livres, mas poucas delas resistem à tentação de abusar do poder político que foi conquistado através do processo eleitoral. Escândalos de corrupção, redes de patronagem e clientelismo continuam crescendo nos países latinos, o que levou a uma agenda na ciência política contemporânea sobre as chamadas democracias de “baixa qualidade” (MAZZUCA, 2007).

Diamond e Morlino (2005) definem uma democracia de qualidade como *aquela que fornece aos seus cidadãos um alto grau de liberdade, igualdade política e controle popular*

sobre políticas e tomadores de decisão, através do funcionamento legal de instituições estáveis. Mas como medir a qualidade de uma democracia? Os autores utilizam um conceito multidimensional, onde a democracia é avaliada de forma procedimental, substantiva e por fim, avaliam-se os seus resultados.

Enquanto autores como Levine e Molina (2011) descartam a análise dos resultados da qualidade de uma democracia, a inclusão da avaliação dos resultados merece destaque no trabalho de Diamond e Morlino (2005). A dimensão procedimental engloba cinco dimensões: o estado de direito, a participação, a competição e as *accountabilities* vertical e horizontal. O respeito às liberdades civis e políticas e a implementação de uma maior igualdade política são as duas dimensões substantivas. Por fim, a dimensão onde se mediria os resultados de uma qualidade democrática seria a da *responsividade*.

Seguindo os passos de O'Donnell (2005), os autores apontam que uma boa democracia deve ter um forte Estado de Direito, onde ninguém está acima da lei. O sistema legal deve estar ao alcance de todas as regiões de um país, não deixando espaço para o crime organizado ou oligarquias locais. A corrupção deve ser detectada e punida em todos os poderes do Estado. A força policial deve ser profissional, garantindo direitos e liberdades. Os cidadãos devem ter igual acesso às cortes, o poder judiciário deve ser independente e deve haver uma corte constitucional. Os crimes devem ser julgados em um tempo razoável e as decisões acatadas pelas outras agências governamentais.

Morlino (2009) classifica cinco tipos de democracia de qualidade e outros cinco tipos de democracias sem qualidade, e a primeira classificação que difere uma democracia de ser de qualidade ou sem qualidade é também o Estado de Direito. A mais simples forma de democracia de qualidade, a chamada democracia *efetiva*, é aquela onde há uma garantia real de liberdade e uma considerável desigualdade, entretanto, há um forte Estado de Direito. Entre as democracias sem qualidade o único fator que está ausente em todos os cinco tipos é o Estado de Direito, logo se percebe que este é um fator crucial na diferenciação entre a qualidade das democracias.

Levine e Molina (2011b) criticam a abordagem de Diamond e Morlino (2005), na defesa de uma abordagem procedimental sobre a qualidade democrática. Os primeiros também utilizam uma abordagem multidimensional, medindo a qualidade democrática através de cinco dimensões: 1) decisão eleitoral, 2) participação, 3) *accountability*, 4) responsividade, e 5) soberania. Entretanto, a responsividade estaria no procedimento e não nos resultados, pois estes não estariam inclusos na avaliação da qualidade da democracia. Para os autores, se há um arcabouço institucional que forneça mecanismos para o cumprimento das cinco

dimensões acima citadas, os resultados seriam avaliações subjetivas de boa ou má governança. Através dos mesmos mecanismos, resultados podem ser diferentes, mas por questões de governança e não de qualidade democrática.

Charles Tilly (2007) inspira-se nas listas de requisitos para uma democracia formuladas por Dahl (1989) para apresentar uma análise sistemática do processo que gera regimes democráticos. Dahl (1989) aponta seis instituições de uma poliarquia (o mais próximo de um regime democrático): representantes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; autonomia de associação; e cidadania inclusiva. Tilly então as realoca em quatro dimensões: extensão, igualdade, proteção e consultas mutuamente vinculadas. Uma evolução em cada uma das dimensões levaria à *democratização*, e o detrimento de cada uma dela, levaria a uma *de-democratização*.

Tilly leva-nos a questionar quais fatores estariam levando a América Latina para o lado da democratização e para o da *de-democratização*. Na dimensão da *extensão*, Tilly procura medir a proporção da população que está incluída na jurisdição do Estado. Nessa medida temos um avanço nos direitos políticos, já que atualmente, todos os países latinos, com exceção de Cuba, realizam eleições para a escolha do chefe do Executivo.

Na dimensão da *igualdade*, sabe-se que a América Latina é uma região marcada por uma intensa desigualdade socioeconômica. Guillermo O'Donnell (1998:44) descreve as *poliarquias* (o autor usa a terminologia *dahlsiana*) latino-americanas como desiguais, onde considerável parte de sua população vive na pobreza. De fato, hoje estima-se que a pobreza represente 29,2% da população latino-americana.¹

O Estado de bem-estar nesses países são menos articulados e cresceram por meio de intervenções paternalistas, que mal alcançam os muito pobres. Mas O'Donnell identifica diferenças entre países da região. Na Costa Rica e no Uruguai existiriam Estados que há muito tempo estabeleceram um sistema legal que, de forma geral, funcionam de um modo que a lei alcance todo o seu território e em relação à maioria das categorias sociais. Esses são países onde o princípio da lei é razoavelmente efetivo; seus cidadãos são plenos, no sentido de que gozam de direitos políticos e civis. Mas esse não seria o caso dos outros países latino-

¹ As taxas de pobreza e de indigência medidas pela renda mantiveram-se estáveis na América Latina em 2014 com relação ao ano anterior (situando-se em 28,2% e 11,8% da população da região, respectivamente), e se estima que ambas teriam aumentado em 2015, segundo revela o relatório “Panorama Social da América Latina 2015” (CEPAL, 2016:18). Em termos absolutos, o número de pessoas em situação de pobreza cresceu em torno de dois milhões em 2014 em comparação com 2013, alcançando 168 milhões de pessoas, das quais 70 milhões estavam na indigência, informou a CEPAL. Segundo as projeções da CEPAL, em 2015 a taxa regional de pobreza teria aumentado para 29,2% dos habitantes da região (175 milhões de pessoas) e a taxa de indigência para 12,4% (75 milhões de pessoas).

americanos como a Colômbia e Venezuela, marcados por grandes desigualdades na aplicação e alcance das leis entre as categorias sociais.

Tilly ainda aponta a dimensão da *proteção*, onde se analisa em que medida o cidadão está protegido de arbitrariedades do governo. Se agentes estatais usam o seu poder para punir inimigos pessoais, este é um viés para a *de-democratização*. As consultas mutuamente vinculadas seriam aquelas onde agentes estatais têm claras obrigações exigidas para fornecer algum tipo de benefício. O caminho contrário seria onde aqueles que buscam benefícios estatais devem utilizar de propina, persuasão ou ameaças.

O caminho para a democratização ou para uma *de-democratização* também pode estar na capacidade do Estado, como mostra o autor. Nenhuma democracia pode funcionar se o Estado perde a sua capacidade de supervisionar as tomadas de decisão de uma democracia e colocar em prática os resultados. Uma democracia de alta capacidade estatal seria aquela onde sempre que agentes estatais atuam, suas ações afetam os recursos dos cidadãos, atividades e conexões interpessoais.

Assim como Tilly, diversos autores passaram então a questionar quais outros fatores seriam condições necessárias para a consolidação de um regime democrático. A *accountability* então passa a ter um papel de destaque em muitas obras. Além da *accountability* vertical, onde existe um controle eleitoral retrospectivo (PRZEWORSKI, 2002), a importância da *accountability* horizontal é abordada por O'Donnell (2002) em sua crítica à “cultura do lamento” indagada por Przeworski (2002).

A *accountability* horizontal para O'Donnell (2002) consiste na existência de agentes estatais que têm autoridade legal e estão de fato dispostos e capacitados para empreender sanções em relação a atos ou omissões consideradas ilícitas cometidas por outras agências estatais. A *accountability* horizontal prevê, portanto, a obrigação de se cumprir a lei.

Przeworski (2002) afirma que não há grandes diferenças entre os controles horizontais entre os diversos países. O autor não encontra evidências de que na América Latina existem problemas na *accountability* horizontal. O'Donnell (2002) critica essa afirmação, pelo fato de Przeworski questionar apenas o número de atores com poder de veto e não se pergunta se de fato essa autonomia entre os agentes funciona.

O'Donnell (2002) ressalta deficiências na chamada *accountability* horizontal, definida como aquela onde os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – são independentes entre si e estabelecem um equilíbrio de atribuições. Devido a essas deficiências, outras instituições foram criadas, como as chamadas agências reguladoras no Brasil. Przeworski

(2002) também deixou de lado a análise dessas agências e por isso também recebeu críticas quanto à sua análise da *accountability* horizontal na América Latina.

O papel das agências reguladoras é de extrema importância para O'Donnell (2002). Essas agências por serem técnicas e apolíticas, tenderiam a diminuir os conflitos entre os poderes. Essas agências mudam de país para país, mas algumas delas têm jurisdições bastante amplas e outras são mais especializadas.

Enquanto isso, outros apontam mais fatores como essenciais para o desenvolvimento democrático. Munck (2007) coloca em seu trabalho a importância da literatura que coloca fatores econômicos com estreita relação com a democracia. Uma interferência do poder econômico no poder político, através da exclusão dos mais pobres ou dando um excessivo peso às preferências dos mais ricos, é incompatível com um regime democrático.

Diante da influência de fatores econômicas na democracia, fica mais fácil entender ditaduras ao redor do mundo, inclusive nos países árabes. Diamond (2012) coloca que há uma base econômica estrutural para a ausência da democracia no mundo árabe e estaria na “maldição do petróleo”:

Há, portanto, uma base econômica para a falta de democracia no mundo árabe. Mas ela é estrutural. Tem a ver com as formas como o petróleo distorce o Estado, o mercado, a estrutura de classes e toda a estrutura de incentivos. Principalmente em uma era de alta global nos preços do petróleo, os efeitos da maldição do petróleo são implacáveis: hoje, nenhum dos 23 países cuja maior parcela da receita de exportação advém do petróleo e do gás é uma democracia.
(DIAMOND, 2012, p. 36)

Os países produtores de petróleo são fortemente centralizados e repressivos, porque a riqueza do petróleo fica concentrada no Estado. O dinheiro vai para os cofres estatais como renda, e não na forma de coleta de impostos, o que dificulta a *accountability*. O dinheiro é do Estado e este é quem deve resolver como utilizá-lo.

Entretanto, existe uma outra fonte de dinheiro que cai diretamente nos estados árabes: o apoio externo principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Essas doações externas conferem aos países árabes recursos econômicos, assistência no aparato da segurança e ainda legitimidade política. Nem todos os países árabes são petrolíferos, portanto, países como o Egito, Jordânia e Marrocos utilizam esse apoio externo como fonte de renda para a sua sobrevivência. Portanto, ajudas externas acabam fornecendo meios para que estados fortemente centralizados oprimam a sua população.

Mas talvez Diamond (2012) tenha negligenciado outros fatores em sua análise dos autoritarismos árabes. A Tunísia é um país árabe que conseguiu, a seus moldes, desenvolver um regime democrático. Mas por que isso ocorreu particularmente nesse país? Stepan (2012)

então levanta a questão da *mútua tolerância* no país. A mútua tolerância tunisiana baseia-se em dois princípios: 1) qualquer governo futuramente eleito teria de ser “baseado na soberania do povo como única fonte de legitimidade”; e 2) o Estado, ao mostrar “respeito pela identidade do povo e seus valores árabes-muçulmanos”, ofereceria “a garantia da liberdade de todas as crenças a todos e a neutralização política de templos de adoração”.

Ao contrário de outros países árabes, a Tunísia tem um passado de tolerância entre a religião e o Estado e também do Estado para a religião, o que de acordo com Stepan foi o fator crucial para o desenvolvimento democrático na região. Sabe-se que a democracia é um conceito ocidental, e como qualquer conceito ocidental, encaixa-se melhor nos contextos dos países ocidentais. Portanto, as democracias árabes poderiam se adequar a sua cultura, inclusive religiosa, para que haja uma confiança nas instituições e a partir disso uma cooperação mútua.

Diante da análise de diversos contextos, avançamos na complexidade substancial da democracia. As eleições agora são vistas como condições necessárias, porém não suficientes para um regime democrático. Isso já nos leva a uma maior crítica sobre a democracia latino-americana.

Ao questionar o conceito “subminimalista” de democracia vem à tona outra discussão: as eleições poderiam ser apenas uma forma de legitimar medidas autoritárias? Após a Guerra Fria, o Ocidente e especificamente os Estados Unidos, passaram a ser o centro econômico e de poder militar. Com o desaparecimento da ameaça soviética, os Estados Unidos e outras potências ocidentais intensificaram os esforços para incentivar e defender a democracia através de uma combinação de assistência externa, pressão militar e diplomática, o que levou muitos autocratas a adotarem instituições democráticas formais para competir internacionalmente por recursos (LEVITSKY e WAY, 2010).

Entretanto, essa *ligação com o Ocidente* não levou necessariamente ao surgimento de democracias. Na verdade, países como Camboja, Quênia, Malásia, México, Nigéria, Peru, Rússia, Sérvia, Taiwan, Ucrânia e Zimbábue desenvolveram “*eleições competitivas, mas injustas*” acompanhadas de grandes violações de liberdade civis.

Diante dessas peculiaridades, Levitsky e Way (2010) classificaram 35 regimes entre 1990 e 1995 como *autoritarismos competitivos*:

Regimes autoritários competitivos são regimes civis nos quais instituições democráticas formais existem e são amplamente vistas como o principal meio de ganhar poder, mas o abuso do estado pelos incumbentes coloca-os em uma significativa vantagem em relação aos seus oponentes. Tais regimes são competitivos porque a oposição usa as instituições democráticas para contestar o

poder, mas eles não são democráticos porque o campo de jogo é fortemente enviesado em favor dos incumbentes. A competição é assim real, mas injusta. (LEVITSKY e WAY, 2010, p. 5).

Os autoritarismos competitivos passam então a ser um conceito de grande utilidade ao examinar algumas ditas “democracias” ao redor do mundo. Alguns desses regimes competitivos autoritários presentes entre 1990 e 1995 resultaram posteriormente em um processo de *democratização* com o estabelecimento de eleições livres e justas, ampla proteção das liberdades civis, e uma arena de jogos igualitária, assim como no México, onde Magaloni (2003), em sua análise sobre a democracia mexicana, afirma que o estado de direito e a independência do judiciário foram essenciais para o desenvolvimento democrático no país.

Entretanto, os autoritarismos competitivos podem tornar-se autoritarismos *estáveis* ou *não-estáveis*. Os autoritarismos *estáveis* seriam aqueles em que o incumbente ou o seu sucessor estariam no poder há pelo menos três mandatos e os *não-estáveis* seriam aqueles onde o governo foi derrubado em algum momento (LEVITSKY e WAY, 2010). Mas o que levaria um país a ser um regime autoritário tão forte ou o que o enfraqueceria?

A hipótese de Levitsky e Way (2012) é de que partidos que chegaram ao poder através de lutas violentas estão mais propensos a se manter no poder, mesmo em momentos de fortes crises econômicas. Os autores afirmam que a patronagem não é condição suficiente para a manutenção do poder, pois países como Quênia e Zâmbia, com governos baseados apenas na patronagem, tiveram ganhos da oposição nos momentos de crise econômica, enquanto que em Moçambique e no Zimbábue, levantados como autoritarismos *estáveis*, mesmo diante de crises, os regimes autoritários mantiveram-se no poder. O que diferenciou Moçambique e Zimbábue foram os respectivos partidos que chegaram ao poder através de lutas de libertação violentas. Essas lutas sangrentas teriam gerado uma coesão ideológica no partido, onde a deserção seria muito custosa e o partido opositor seria visto como um inimigo do regime.

Diante de partidos com forte aparato militar, manifestações são fortemente reprimidas e a oposição ameaçada. O custo de lutar pelo poder é o da própria vida e possivelmente a própria população do país, por também acreditar na oposição como um inimigo do estado, poderia dar suporte ao autoritarismo, fortalecendo o regime.

Analisar a trajetória desses quatro países africanos (Quênia, Zâmbia, Moçambique e Zimbábue) leva à conclusão de que a permanência de regimes autoritários pode ter causas que ainda não havíamos levado em consideração. Cuba por exemplo, se encaixaria nesse aspecto, mesmo que não fosse anteriormente um autoritarismo competitivo, como nos países africanos acima citados. A Revolução Cubana com a sua luta de guerrilha pela tomada do poder teria

gerado uma coesão dentro do partido governista, onde os opositores do regime seriam vistos como inimigos da luta pela libertação do país.

Contudo, analisar apenas quatro países africanos não leva em consideração outros regimes autoritários estáveis, que poderiam ser contrafactuais do argumento dos autores. A Rússia, por exemplo, classificada pelos autores como um autoritarismo estável, a princípio, não possui um partido com origem em lutas violentas por libertação.

Mainwaring et. al. (2012) nos levam a questionar quais seriam as causas do colapso do regime democrático venezuelano e o surgimento dessa competição autoritária. A hipótese levantada seria que o baixo crescimento econômico aliado a escândalos de corrupção geraram uma falta de identificação partidária nos venezuelanos, o que contribuiu para o colapso do regime. Entretanto, decisões de atores políticos foram cruciais para que isso ocorresse.

Ao contrário de alguns autores, Mainwaring et. al. (2012: 959) criticam com firmeza o argumento de que a Venezuela seria uma democracia participativa. Para o autor, o governo chavista fornece oportunidades de decisão para a população, como a promoção de referendos, entretanto, existe uma forte manipulação. O que vai ser referendado é aquilo que o governo tem certeza que o resultado será a seu favor. O extenso controle do Estado permanece em cada âmbito de decisão popular. As ideologias bolivarianas são colocadas em todos os programas educacionais.

Consequentemente, haverá críticas sobre a literatura da qualidade democrática. Mazzuca (2007), por exemplo, critica a metodologia e o conceito utilizados pelos estudiosos da qualidade da democracia. O autor critica o método porque os estudiosos só analisam países democráticos, o que seria lógico: já que se está estudando a qualidade da democracia, estudam-se características apenas de regimes democráticos. Mas Mazzuca nega essa proposição, pois acredita que ao ignorar casos de regimes autoritários, os acadêmicos perdem fontes ricas de hipóteses.

Ao criticar o conceito, Mazzuca afirma que o processo da democratização, que é a base para os estudos sobre a qualidade democrática, deveria ser refeito, isso porque, o conceito trabalha de forma conjunta dois processos que deveriam ser analisados separadamente: o *acesso* ao poder e o *exercício* do poder. O *acesso* ao poder se dá através de um regime que liga a sociedade ao Estado. Este regime pode ser do tipo autoritário até um regime democrático. O *exercício* do poder se dá através da administração, que liga o Estado à sociedade. A administração pode ser através de um patrimonialismo, onde os recursos são apropriados pelos os que estão no poder ou pode se dar através da burocracia, onde há uma completa separação entre os administradores e os recursos.

Os textos abordados nos levam a compreender diversas perspectivas. Tais trabalhos mostraram desde uma abordagem mais simplista e com fins quantitativos da teoria democrática, como a abordagem de Przeworski (1999) que enfatiza apenas a competição eleitoral, até os pensamentos mais críticos e substanciais, como os importantes apontamentos de O'Donnell, autor que consegue identificar muito bem os problemas peculiares à América Latina.

Reitera-se a afirmação no início das análises: a democracia não deve ser reduzida à presença de eleições. Os sufrágios frequentes não podem ser uma justificativa para a violação de direitos civis e por isso ainda há muito que se avançar na literatura normativa sobre a democracia brasileira. Escândalos de corrupção continuam permeando as instituições democráticas, altos níveis de violência ainda continuam presentes e o Estado ainda não consegue alcançar a todos. Todas as referências e suas respectivas críticas facilitaram a compreensão da realidade da democracia latino-americana. Ficou mais claro entender em que pontos estamos avançando ou retrocedendo no nosso desenvolvimento democrático e quais aspectos institucionais e sociais são entraves para uma democracia de maior qualidade na América Latina.

CAPÍTULO 2: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 A teoria da modernização

A teoria da modernização assume que o processo de desenvolvimento socioeconômico é *"uma acumulação progressiva de mudanças sociais que prepara a sociedade para o seu ponto culminante, a democratização"* (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1997:158). O debate tem como ponto de partida uma declaração feita por Lipset (1959: 75) que afirma: *"quanto mais rica uma nação, maior a chance de sustentar a democracia"*.

Os testes estatísticos de Lipset (1959) estabeleceram índices de "desenvolvimento político", "democracia política", ou "desempenho democrático" e os correlacionou com índices de desenvolvimento econômico. Estudos mais recentes usam medidas de democracia semelhantes, mas têm procurado usar análises estatísticas cada vez mais sofisticadas para descobrir a verdadeira natureza da relação entre democracia e desenvolvimento econômico (LANDMAN, 1999: 609). A seguir serão apresentadas as principais obras que, inspiradas em Lipset (1959), contribuíram para a sofisticação metodológica da teoria da modernização.

A relação entre o desenvolvimento econômico e a democracia na literatura quantitativa pode assumir diferentes formas funcionais, as mais comuns incluem as relações linear, curvilínea, e de "função de grau" (*step-function*) (LADMAN, 2008: 101-102).

A relação linear positiva entre o desenvolvimento econômico e a democracia sugere que na medida em que o nível de desenvolvimento econômico aumenta, a probabilidade de que um país ser democrático também aumenta. A relação curvilínea sugere que uma mudança positiva no desenvolvimento econômico é acompanhada por uma alteração positiva na democracia, mas ao contrário de uma relação linear, o grau em que uma democracia aumenta estabiliza-se com níveis mais elevados de desenvolvimento econômico. Finalmente, uma relação de "função de grau" indica que existe um nível distinto de desenvolvimento econômico após o qual a probabilidade de um país ser democrático não muda.

Lipset (1959), que foi um dos primeiros cientistas políticos a escrever sobre crescimento econômico e democracia, tratou o crescimento econômico como a presença de alta renda per capita, segurança econômica e altos níveis de educação, onde o aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político dos cidadãos.

Em seu artigo *"Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy"*, Lipset (1959: 75) considera que a democracia está relacionada com o

crescimento econômico do país. Só em países com poucos pobres é que a maior parte da população poderia participar inteligentemente do processo político, assim como seria capaz de evitar sucumbir ao apelo de “demagogos irresponsáveis”. Lipset (1959: 75-77) constata, através de correlações e testes simples, que alta riqueza, alto grau de industrialização e urbanização, e alto nível de educação, são mais comuns em países mais democráticos.

O aumento da riqueza afetaria não apenas as condições sociais dos trabalhadores, mas também o papel político da classe média, uma vez que ela se torna capaz de recompensar os partidos democráticos e de penalizar os grupos extremistas. (LIPSET, 1959: 83-84).

O nível geral de renda também incidiria na receptividade das regras democráticas. Países mais ricos tendem a desenvolver regras mais “universalísticas”, enquanto países mais pobres tendem a manter o nepotismo, o que os impede de desenvolver uma burocracia eficiente (LIPSET, 1959: 84).

Por fim, Lipset (1959: 84-85) destaca o papel das organizações e instituições intermediárias, que atuam como uma forma de “contra-poder” e recrutam participantes no processo político. O autor salienta que pessoas filiadas a alguma associação tendem a ter opiniões mais democráticas em questões relativas à tolerância e ao sistema de partidos, além de estarem mais aptas a participar do processo político.

Putnam (1996), cerca de 30 anos depois, também concluiu que a participação em associações propicia a democracia. A vida associativa mais vibrante no Norte da Itália explica o melhor desempenho institucional da região em relação ao sul italiano. Particularmente, Putnam explica esta relação entre fortes redes de participação cidadã e desempenho institucional positivo em termos de “capital social” – redes, normas de reciprocidade e confiança que são promovidas entre os membros de associações comunitárias em virtude de sua experiência de interação social e de cooperação.

Portanto, apesar de não dizer que o crescimento econômico realmente causa a democracia, o trabalho de Lipset (1959) é o primeiro a estabelecer uma correlação, ou provável associação, entre os dois, e, assim, abre o caminho para uma sucessão de estudos construídos a partir dessa comparação original (LANDMAN, 2008: 105).

Cutright (1963), seguindo os passos de Lipset (1959), compara 77 países na América do Norte, América do Sul, Ásia e Europa, usando escalas de desenvolvimento das comunicações, crescimento econômico e democracia. A correlação entre o desenvolvimento das comunicações e desenvolvimento político é maior do que entre o crescimento econômico, mas ambos são altos o suficiente para Cutright concluir que existe uma interdependência entre as instituições políticas e o nível de crescimento econômico e social (1963: 571).

Cutright e Wiley (1969) comparam 40 países, no decorrer de 4 décadas: 1927-1936, 1937-1946, 1947-1956 e 1957-1966. A variável dependente é a representação política, que é definida como “*a medida em que os poderes Executivo e Legislativo do governo estão sujeitos às demandas da população e não das elites*” (CUTRIGHT e WILEY, 1969: 23-24).

As pontuações anuais sobre um índice de representação política foram compiladas para cada uma das quatro décadas. O desenvolvimento econômico é medido usando a quantidade de energia consumida em um determinado ano. A comparação dos 40 países ao longo das quatro décadas revela uma relação significativa e estável entre o nível de desenvolvimento econômico e a representação política. Além disso, uma vez que a análise utiliza quatro períodos de tempo diferentes, Cutright e Wiley (1969: 29) concluem que o nível de representação política é causalmente dependente do nível de desenvolvimento econômico.

Dahl (1971), em *Poliarquia*, procura formular uma classificação de regimes políticos e depois usar essa tipologia para examinar as condições que favorecem a democracia. Dahl (1971: 4-9) concebe a democracia como tendo duas dimensões: contestação e participação. Os países que têm níveis elevados de contestação (ou seja, o grau em que os membros de um sistema político estão livres para contestar a conduta do governo) e participação (ou seja, a proporção da população que tem direito de participar no controle da condução do governo) são consideradas “poliarquias”.

Usando o PIB per capita como uma medida de desenvolvimento econômico, a sua comparação de 118 países e 33 poliarquias revela um fraco efeito curvilíneo da democracia, onde países que alcançam um certo nível de desenvolvimento econômico, entre 700 e 800 dólares do PIB per capita (com base em valores de 1957), tendem a ser poliarquias. Após esse limite, o grau de democracia diminuiria com níveis mais elevados de desenvolvimento econômico.

Mas Dahl (1971: 68-69, 74) é cauteloso sobre esta conclusão, uma vez que existem muitos casos desviantes que têm baixos níveis de desenvolvimento e são poliarquias (por exemplo a Índia), ou que têm altos níveis de desenvolvimento e não são poliarquias (por exemplo, a União Soviética e a Alemanha Oriental). Além disso, a história mostra que os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia, entre outros, foram poliarquias muito antes de eles alcançarem níveis elevados de desenvolvimento econômico (DAHL, 1971: 69-70).

Com base nos estudos anteriores realizados por Lipset (1959) e Cutright (1963), Jackman (1973) argumenta que a democracia é mais bem entendida como um processo

contínuo em vez de um conceito dicotômico, e que ambas as relações curvilínea e linear deveriam ser testadas.

Jackman (1973: 611) concentra sua comparação em 60 países não-comunistas. Sua medida de democracia combina quatro indicadores, incluindo participação eleitoral, a competitividade do sistema de votação do partido, o grau de irregularidade eleitoral e relativa liberdade de imprensa. Como Cutright e Wiley (1969), sua medida de desenvolvimento econômico é o nível de consumo de energia. Sua análise estatística revela que a relação curvilínea é mais significativa do que a linear, acrescentando, assim, evidências comparativas para a ideia de limite democrático de Dahl (1971).

Helliwell (1994) compara 125 países no período de 1960–1985. O autor utiliza controles para diferentes efeitos regionais, incluindo os países da OCDE ², os países produtores de petróleo do Oriente Médio, os países africanos e os países latino-americanos (HELLIWELL, 1994: 228-229). O desenvolvimento é medido através da renda per capita e a democracia é medida por um índice que combina duas medidas separadas de proteção das liberdades civis e políticas, que varia de uma “não-democracia” a uma “democracia completa”.

Sua análise estatística revela um forte efeito positivo da renda per capita no nível de democracia. Além disso, sua análise mostra efeitos positivos para os países da OCDE e América Latina, e os efeitos negativos para a África e Oriente Médio. Em geral, os resultados estatísticos confirmam a relação entre desenvolvimento econômico e democracia estabelecido pelos estudos comparativos já citados.

Burkhart e Lewis-Beck (1994) comparam 131 países de 1972 a 1989 e utilizam como indicador de desenvolvimento econômico o consumo de energia, assim como Jackman (1973) e Cutright e Wiley (1969). Entretanto, Burkhart e Lewis-Beck (1994) utilizam controles para os efeitos de “outras forças sociais”, representadas pelos antigos valores da democracia e a “posição mundial” dos países (centro, semi-periferia ou periferia). Os autores utilizam um índice similar ao de Helliwell (1994) para medir a democracia, que pode ir de um nível mais baixo (não-democracia) ao mais alto (democracia completa) (BURKHART e LEWIS-BECK, 1994: 904–995).

Os resultados da análise estatística revelam que o desenvolvimento econômico e outras forças sociais estão associados positivamente com a democracia, enquanto as posições

² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, hoje os 35 países membros abrangem todo o mundo, a partir da América do Norte e do Sul para a Europa e Ásia. Incluem muitos dos países mais avançados do mundo, mas também países emergentes como México, Chile e Turquia (<http://www.oecd.org/>).

mundiais periféricas e semi-periféricas diminuem esses efeitos positivos. Em outras palavras, o efeito de desenvolvimento econômico na democracia é menor em países recém-desenvolvidos e em desenvolvimento. Ao usar técnicas estatísticas mais avançadas do que os empregados por Helliwell (1994), eles são capazes de reivindicar com confiança que o desenvolvimento econômico causa a democracia (BURKHART e LEWIS-BECK 1994: 907).

Os estudos de Przeworski e Limongi (1997) e Przeworski et al. (2000) usam um conjunto parecido de dados para o período de 1950 a 1990: 135 países no primeiro e 140 no segundo estudo. Nos dois trabalhos os autores encontra uma relação estatisticamente significativa entre o desenvolvimento econômico e a democracia. No entanto, eles não encontraram nenhuma evidência de uma relação estatisticamente significativa entre o desenvolvimento econômico e o *surgimento* da democracia. Além disso, os autores argumentam que a probabilidade de colapso da democracia cai para perto de zero em níveis elevados de desenvolvimento econômico.

O principal alvo da obra de Przeworski et al. (2000), “*Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*”, é a teoria da modernização, que defende a ideia de que o desenvolvimento pode trazer a democracia (RAMOS, 2006). Os autores buscam responder as seguintes perguntas: por que observamos uma maior incidência de governos democráticos nos países mais desenvolvidos? Estão as nações subdesenvolvidas menos suscetíveis a tornarem-se desenvolvidas sob a democracia que sob a ditadura? Os autores concluem que, uma vez que democracias emergem, por quaisquer razões, elas estão mais propensas a sobreviver nos países mais desenvolvidos. Por conseguinte, a emergência da democracia não é uma consequência necessária do desenvolvimento econômico, mas pode ajudar as democracias a sobreviver.

Os autores defendem que o melhor indicador de sobrevivência da democracia é a renda per capita. Depois de uma extensa análise dos dados, os autores concluem que os países ricos tendem a ser democráticos não por causa do desenvolvimento econômico, mas porque democracias são muito mais propensas a sobreviver em sociedades mais prósperas, independentemente das razões para seu surgimento.

Em suma, para Przeworski et al. (2000), uma vez que a democracia é estabelecida dentro de um país rico, ela tende a não entrar em colapso e é esta estabilidade da democracia nos países ricos que impulsiona a relação estatística geral. Przeworski et al. (2000) rotulam a sua perspectiva teórica de democratização exógena, uma vez que postulam que é a presença de outros fatores, e não o desenvolvimento econômico, que explica o surgimento da democracia (LANDMAN, 2008: 109-110).

Jan Teorell (2010: 57), assim como Przeworski et al. (2000) e Persson e Tabellini (2009), argumenta que, durante a terceira onda de democratização, a modernização socioeconômica não resultou em um avanço democrático nos países mais modernizados³. Na verdade, houve uma tendência dos países menos modernizados socioeconomicamente a retrocederem a um autoritarismo. Entretanto, o autor conclui que as conquistas democráticas sobrevivem mais facilmente em níveis mais elevados de modernização socioeconômica (TEORELL, 2010: 76).

Para Teorell (2010: 67-68), nem o nível de educação, nem de industrialização, urbanização ou renda nacional evitam um retrocesso ao autoritarismo. Um indicador que teria impacto seria o nível de proliferação midiática, só que essa mídia não levaria à democratização em um contexto autoritário, já que, em regimes autoritários, a mídia é utilizada como instrumento político pelo líder. O que a proliferação midiática pode fazer é evitar que as democracias se de-democratizem.

Em momentos de crise econômica, ao ver a capacidade estatal decair, o setor privado que apoia o regime autoritário tende a começar a enxergar a democracia como uma melhor alternativa. Em segundo lugar, em época de crise, o governo passa a não poder mais evitar a oposição de setores populares, como através de empregos públicos e subsídios, o que faz com que insurjam mobilizações e protestos populares. Por último, e concordando com Haggard e Kaufman (1995), O'Donnell e Schmitter (1986) e Przeworski (1991), as crises econômicas geram divisões dentro do próprio regime, o que é a principal causa de fim de regimes autoritários (TEORELL, 2010: 70-71).

Przeworski et al. (1997b) defendem que, para que se possa ter um regime democrático, são necessárias as seguintes condições: riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade decrescente, um clima favorável e instituições parlamentaristas. Os autores argumentam que as ditaduras não oferecem nenhuma vantagem quando o objetivo é desenvolvimento e democracia (PRZEWORSKI et al., 1997b: 116).

Przeworski et al. (1997b:116), no que diz respeito à riqueza, argumentam que o nível de crescimento econômico tem forte efeito sobre a probabilidade de que a democracia sobreviverá. Contrariamente a Huntington (1968) e O'Donnell (1973), que acreditam haver um nível de desenvolvimento que, se ultrapassado, reduz a probabilidade de sobrevivência da

³ O conceito de democracia de Teorell é contínuo e o de Przeworski é binário. Isto faz diferença no momento de medir a relação entre democracia e crescimento econômico através de ajustes de modelos de regressão. Diante de um modelo contínuo utiliza-se a regressão linear e no modelo binário, a regressão logística.

democracia, Przeworski et al. (1997b) acreditam que em nenhum nível de desenvolvimento as democracias se tornam mais frágeis do que elas eram quando mais pobres.

No que tange ao desempenho econômico, os autores acreditam que as democracias podem sobreviver em países pobres, contanto que mantenham a taxa de inflação moderada e gerem crescimento econômico. Contrariamente a Lipset (1959), Mancur Olson (1991) e Huntington (1968), Przeworski et al. (1997b) acreditam que a democracia não se desestabiliza quando um país cresce rapidamente, muito pelo contrário, as que crescem mais rápido estariam mais propensas a sobreviver do que as que crescem lentamente. O fator que ameaça, realmente, a estabilidade democrática, seriam as crises econômicas (PRZEWORSKI et al., 1997b: 118).

Por fim, o último fator econômico apresentado pelos autores é a desigualdade de renda. Os autores descobriram que a democracia estaria mais propensa a sobreviver em países nos quais a desigualdade é declinante ao longo do tempo ⁴.

2.1.1 A teoria da modernização testada em âmbito regional

Trabalhos semelhantes na literatura sobre desenvolvimento econômico e democracia examinam a relação com uma amostra menor de países confinados geograficamente para a América Latina (LANDMAN, 1999; MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN 2003). Dezesete países latino-americanos são comparados ao longo dos períodos 1972-1995 (LANDMAN, 1999), e por um período maior que remonta à década de 1940 (MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN 2003). Os países nessas amostras estão geograficamente próximos e são culturalmente semelhantes. Tomados em conjunto, estes estudos utilizam as técnicas quantitativas dos estudos que comparam muitos países, mas limitam as suas comparações para uma seleção menor de países. (LANDMAN, 2008: 112).

Landman (1999) fornece em seu artigo um teste empírico robusto da tese do desenvolvimento econômico usando dados de séries temporais em dezessete países da América Latina (n = 408). Ele especifica modelos semelhantes (linear e não-linear) àqueles encontrados na literatura da política comparada sobre desenvolvimento econômico e democracia, replicando as suas conclusões para o nível regional. A análise estatística mostra que a relação positiva entre o desenvolvimento econômico e a democracia não foi mantida

⁴ Ibidem, p. 119.

neste nível, mesmo quando se usa medidas alternativas de ambos e controla-se pela variação sub-regional.

Landman (1999: 625) sugere que pesquisas futuras deveriam incluir variáveis omitidas, tanto econômicas quanto políticas, para explicar o surgimento da democracia a níveis regionais. As variáveis econômicas poderiam ser distribuição de renda e mudança dos padrões de emprego nos setores secundário e terciário da economia; natureza da economia de exportação (RUESCHEMEYER et al., 1992) e os padrões de dependência econômica entre os países da região e do resto do mundo (BURKHART e LEWIS-BECK, 1994); o tempo e as características do processo de industrialização; e a presença e a qualidade do investimento estatal e das atividades econômicas (RUESCHEMEYER et al., 1992).

As variáveis políticas possivelmente relevantes, de acordo com Landman (1999), seriam: se um país experimentou cedo ou tarde a consolidação do poder do Estado (RUESCHEMEYER et al., 1992; LINZ e STEPAN, 1996); a magnitude e tamanho do orçamento militar; a presença de partidos políticos fortes (RUESCHEMEYER et al., 1992; MAINWARING e SCULLY, 1995); e a presença de mobilização social do trabalho e outros movimentos sociais (FOWERAKER e LANDMAN 1997; 1999).

As variáveis sugeridas por Landman (1999) baseiam-se em obras específicas. Rueschemeyer et al. (1992) argumentam que a natureza da economia de exportação (agricultura *versus* mineral) tem implicações para o tipo de alianças de classe que se desenvolvem, o que por sua vez pode ter um impacto subsequente no processo de democratização. Burkhart e Lewis-Beck (1994) sugerem que a posição na economia mundial pode afetar os padrões de desenvolvimento econômico e, por extensão, as possibilidades de estabelecer e manter a democracia.

Rueschemeyer et al. (1992) também indicou a importância de variáveis sobre o processo de industrialização na América Latina. Segundo o autor, grande parte da região latino-americana passou por um período de substituição de importações para a industrialização, o que exigiu a intervenção do Estado para proteger a indústria nascente. A industrialização provocou profundas implicações para novas alianças de classe, políticas populistas, e novas formas de intermediação de interesses, condicionando a emergência da democracia na região.

As variáveis políticas foram referências às obras de Rueschemeyer et al. (1992) e Linz e Stepan (1996). Ambos argumentam que o Estado é uma variável explicativa fundamental para o sucesso do estabelecimento e manutenção da democracia. Para Rueschemeyer et al., a consolidação precoce do poder de Estado elimina desafios evidentes de grupos dissidentes.

Linz e Stepan (1996) argumentam que a *estatalidade*⁵ constitui a base física e imaginária sobre a qual se funda uma democracia.

Em relação à influência dos partidos políticos para o surgimento da democracia, Rueschemeyer et al. argumentam que a presença de dois partidos políticos fortes estão mais suscetíveis a facilitar o estabelecimento da democracia e Mainwaring e Scully (1995) sugerem que a presença de dois partidos institucionalizados, não ideologicamente polarizados, são as melhores garantias de uma democracia estável.

Já Foweraker e Landman (1997, 1999) demonstram que a democracia é o resultado direto da luta coletiva pelos direitos individuais, justificando a inclusão de variáveis sobre a mobilização popular.

Landman (1999: 626) então conclui fazendo uma crítica à teoria da modernização por suas consequências na sociedade de países em desenvolvimento. A associação entre desenvolvimento econômico e democracia poderia criar expectativas dentro de cidadãos de países em desenvolvimento com base em uma falsa equivalência entre a liberdade econômica e a liberdade política. Uma vez que a democracia é instaurada, aumentam-se as expectativas de uma distribuição justa dos bens advindos do crescimento econômico. Além disso, a falta de um bom desempenho econômico no novo período democrático pode conduzir a uma certa nostalgia de períodos anteriores de prosperidade econômica em condições de regime autoritários.

Mainwaring e Pérez-Liñán (2003) analisam o nível de democracia alcançado por 19 países da América Latina a partir de 1977, no período entre as transições de governo autoritário e o ano de 2004. O estudo mostra o efeito duradouro do legado do regime: apesar das interrupções autoritárias no passado, o melhor preditor do nível atual da democracia é a experiência do país com a política competitiva durante a primeira (1900-1944) e segunda (1945-77) onda de democratização. Os autores documentam o impacto das heranças do regime usando um modelo estatístico que decompõe o vetor de efeitos fixos.

Os resultados estatísticos mostram que o início da história dos regimes políticos afeta o nível atual da democracia, mesmo controlando por uma ampla gama de outras variáveis que muitas vezes afetam o nível de democracia. Na América Latina, a democracia precoce (antes de 1977) levou a um nível substancialmente mais alto da democracia na contemporaneidade (pós-1978), mesmo controlando por outras variáveis. Dois países semelhantes em todas as

⁵ O termo *stateness*, que, utilizando um neologismo poderia ser traduzido por *estatalidade*, significa a centralidade institucional do Estado (DINIZ, 2013: 12).

outras variáveis independentes têm hoje diferentes níveis de democracia, se um teve um passado muito mais democrático do que o outro.

O argumento dos legados do regime está em contraste com as declarações de que a democracia depende exclusivamente de variáveis estruturais, tais como o nível de desenvolvimento. Os argumentos dos legados do regime diferem dos argumentos estruturais porque neste último, se um país passa por um rápido crescimento econômico, a sua probabilidade de se tornar uma democracia de alta qualidade deve aumentar significativamente, independentemente da sua trajetória no regime passado. A análise estatística incluiu duas variáveis estruturais (PIB per capita e o percentual da força de trabalho em manufatura, mineração, construção e transporte), e o efeito do legado do regime não desaparece com essas mudanças estruturais.

2.2 Os regimes políticos mantêm o crescimento econômico?

Estudos têm explicitamente levado em conta o impacto de várias liberdades políticas no crescimento econômico. As evidências em geral apoiaram a crença de uma ligação positiva entre liberdade política e crescimento, mas sempre houve dissidentes que acreditavam que a liberdade política poderia estar negativamente relacionada ao crescimento (FARR et al., 1998: 248).

Há uma literatura substancial na ciência política investigando as ligações empíricas entre a democracia e os resultados econômicos, parte do qual é resumida por Przeworski e Limongi (1993). Estes autores buscam investigar se, de fato, existe relação entre o regime político (democracia ou ditadura) e o crescimento econômico. Para tanto, eles revisam a literatura teórica e os estudos estatísticos. Ao fim, chegam à conclusão de que falar em regime político não é o meio mais válido de investigação e estratégia inferencial eficiente. Ou seja, não é necessariamente uma democracia ou uma ditadura que ocasionará o crescimento ou recrudescimento econômico, mas a natureza e a engenharia das instituições políticas envolvidas em cada regime observado.

Em termos teóricos, os autores afirmam existir dois grupos na literatura: os que são a favor da afirmação de que a democracia sustenta o crescimento econômico e os que são contra tal afirmação. Antes de apresentar os argumentos dos dois grupos, os autores desmistificam a afirmação de que a democracia necessariamente assegura os direitos de propriedade.

Portanto, os argumentos contra a afirmação de que a democracia é uma condição necessária para o crescimento econômico, em resumo, são: a. A democracia abala o

investimento por padecer da instabilidade de pressões consumo imediato (HUNTINGTON, 1968; HUNTINGTON, DOMINGUEZ, 1975) o que faz com que a ditadura assegure a fonte maior de poupança (RAO, 1984); b. A ditadura isola o Estado das pressões de interesses particulares, logo, as democracias são repletas dos problemas da ação coletiva (HAGGARD, 1990). Por outro lado, North (1990), Barro (1990), Findlay (1990), Olson (1991) e Przeworski (1990) são adeptos do argumento de que os dirigentes autônomos são predatórios ao crescimento, e não a democracia.

Perante esse debate, o texto, então, traz a evidência estatística. Assim, ao examinarem dezoito estudos, os autores afirmam que:

Em certo sentido, os críticos e os defensores da democracia travam um diálogo de surdos. Os críticos supõem que as ditaduras são melhores na mobilização de poupança; os defensores, que as democracias são melhores na alocação de investimento. Ambos os argumentos podem ser verdadeiros, mas, como veremos, a evidência estatística é inconclusiva e os estudos que a produziram apresentam graves problemas (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993, p. 183).

Desse modo, dos dezoito estudos que geraram vinte e uma conclusões: oito concluíram em favor do autoritarismo, oito em favor da democracia e cinco não apontaram diferença. Nesse ínterim, os autores do *paper* afirmam que o desenho de pesquisa desses estudos é complexo, a regressão simples falha do mesmo modo que a comparação de médias e há vários vieses de seleção. Os autores concluem com uma advertência de que os resultados são muito sensíveis a alterações na equação do modelo de regressão afetando o sinal. Ou seja:

“Embora o recurso à simulação constitua ao menos uma garantia de que não se atribuem a regimes efeitos que eles não produzem, ainda é possível que este recurso se mostre incapaz de captar os efeitos que os regimes, de fato, exercem” (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993, p. 187).

É, portanto, uma visão cética, que argumenta, basicamente, que há outras instituições, não diretamente ligadas a um regime específico, que afetam o crescimento econômico. Hirschman (1994), assim como eles, considera que liberdade política por si só não garante o crescimento. Justamente por isso, os autores afirmam que a resposta para a pergunta de investigação que eles tinham se proposto, que era a de saber se a democracia auxilia ou não no crescimento econômico, não pode ser respondida e resta em aberto para discussões maiores, como a que se propõe o presente trabalho.

Um dos primeiros trabalhos empíricos na economia para estimar o efeito da democracia sobre o crescimento econômico é o de Barro (1996), que verificou que a democracia tem um pequeno efeito negativo sobre o crescimento econômico, com alguma evidência de uma não-

linearidade onde a democracia aumenta o crescimento em níveis baixos de democracia, mas a reduz em níveis mais elevados.

O artigo de Barro (1996) incitou uma literatura posterior empregando uma variedade de estratégias para lançar luz sobre as mesmas questões. Trabalhos como o de Tavares e Wacziarg (2001), que se concentraram em regressões *crosscountry* e relataram um fraco efeito negativo. Przeworski et al. (2000) não verificaram um impacto significativo da democracia sobre o crescimento. Análises com regressões de dados em painel incluem Rodrik e Wacziarg (2005) e Persson e Tabellini (2007), que encontraram um efeito positivo da recente democratização para o crescimento.

Przeworski et al. (2000), analisando 141 países no período 1950–1990, procuram responder as seguintes perguntas: as ditaduras são uma condição necessária para taxas mais elevadas de crescimento econômico nos países em desenvolvimento? A democracia é hostil ao crescimento econômico? A ditadura é o único regime capaz de implementar as reformas necessárias para o crescimento econômico nos países subdesenvolvidos?

Muitos autores afirmam que os governos democráticos em nações subdesenvolvidas não são fortes o suficiente para implementar as reformas necessárias para o crescimento, já que essas reformas podem causar danos ao apoio eleitoral, necessário para a permanência no poder. Os autores encontram que o total do crescimento da renda é maior sob ditaduras, no entanto, parece que esse valor não é devido ao regime político, mas ocorre porque as ditaduras aparecem com mais frequência em países pobres. De fato, países pobres geralmente têm maiores taxas de crescimento e, por isso, essa parece ser a explicação para a diferença observada.

Os autores também não encontram o apoio para a afirmação de que a democracia prejudica o investimento (PRZEWORSKI et al., 2000: 146). Países muito pobres investem pouco, independentemente do tipo de regime. Com efeito, regimes pobres não podem pagar um Estado forte e assim, seus estados não são capazes de ter qualquer papel produtivo na sua economia.

A diferença está no padrão de crescimento de cada regime. Como se poderia esperar, as ditaduras utilizam mais a exploração de mão-de-obra. A força de trabalho cresce mais rápido e ganha salários mais baixos. As democracias pagam melhor e permitem a livre associação entre os trabalhadores. Isso ocorre porque as ditaduras permitem o Estado reprimir o trabalho.

Assim, a principal conclusão do trabalho está em desacordo com a afirmação de que a democracia tem um impacto significativo sobre crescimento: de acordo com Przeworski et al. (2000), os regimes políticos não promovem nem prejudicam o crescimento. No entanto, a

sabedoria convencional é correta: a vida é muito mais difícil sob ditaduras (RAMOS, 2006: 351).

Tavares e Wacziarg (2001), estudando 65 países industriais e em desenvolvimento entre 1970 e 1989, apresentam uma nova metodologia para examinar a relação empírica entre democracia e crescimento econômico. Os resultados sugerem que a democracia promove o crescimento melhorando a acumulação de capital humano e diminuindo a desigualdade de renda. Por outro lado, a democracia impede o crescimento através da redução da taxa de acumulação de capital físico e elevando os gastos públicos em relação ao PIB.

Depois da introdução das variáveis de controle, o impacto da democracia sobre o crescimento econômico é moderadamente negativo. Os resultados indicam que as instituições democráticas são sensíveis às demandas dos pobres, expandindo o acesso à educação e reduzindo a desigualdade de renda, mas faz isso gerando uma diminuição do capital físico. A visão resultante é que instituições democráticas implicam em um *trade-off* entre os custos econômicos e os benefícios sociais.

Rodrik e Wacziarg (2005), com uma amostra de 154 países para o período 1950–2000, mostram que seus dados não suportam a visão de que a democratização é ruim para o desempenho econômico. A análise revela que as principais transições democráticas têm, no mínimo, um efeito positivo sobre o crescimento econômico no curto prazo, o que é especialmente verdadeiro para os países mais pobres do mundo e aqueles que são marcados por divisões étnicas. Além disso, as transições democráticas estão associadas a uma diminuição da volatilidade do crescimento. Portanto, a análise sistemática revela uma imagem que é consideravelmente mais favorável à democratização.

Persson e Tabellini (2007) analisam dados de crescimento da renda *per capita* e níveis de democracia através do índice *Polity IV*, para todos os países possíveis entre os anos de 1960 e 2000. Os autores estimam o efeito das transições de regime políticos no crescimento com métodos semi-paramétricos, combinando métodos de *difference-in-difference* com *propensity-score matching*.

Os autores mostram que as transições da autocracia para a democracia, em média, estão associadas com uma aceleração de crescimento em cerca de 1%, produzindo um ganho de renda *per capita* de cerca de 13%. Este efeito de 1% no crescimento é estimado imprecisamente, mas é maior do que a maioria das estimativas na literatura utilizando métodos de *difference-in-difference*. O efeito das transições na direção oposta é ainda maior: uma volta da democracia à autocracia, em média, retarda o crescimento em 2% e implica uma

diminuição na renda média em cerca de 45%. Estes efeitos também mostram-se maiores do que os normalmente encontrados na literatura.

Entre os trabalhos mais recentes, existem trabalhos como os de Papaioannou e Siourounis (2008), Acemoglu (2008), Doucouliagos e Ulubasoglu (2008), Armijo e Gervasoni (2010), Wu (2012), Nurtegin (2014), Acemoglu et al (2014), Madsen et al (2015), Sylwester (2015), Magee e Dores (2015), Ma e Ouyang (2016) e Gründler e Krieger (2016).

Papaioannou e Siourounis (2008) construíram uma nova medida de democratização permanente e estimaram um efeito positivo da democratização no crescimento. O artigo dos autores desafia resultados transversais de que a democracia tem um efeito insignificante sobre o crescimento.

Papaioannou e Siourounis (2008) analisam a evolução do PIB real anual *per capita* antes e depois de transições políticas durante a Terceira Onda de Democratização, compreendendo um recorte temporal para o período de 1960 a 2003.

Usando dados de frequência anuais e análise de dados em painel, que controlam por características não observadas de cada país invariantes no tempo e tendências temporais gerais, os autores mostram que a democratização leva a um aumento de quase 1% no crescimento real do PIB per capita anual. A análise revela também que durante a transição o crescimento diminui substancialmente. No entanto, após esta transição, o crescimento estabiliza-se em níveis maiores.

Acemoglu (2008) argumenta que instituições democráticas podem criar distorções devido a suas tendências redistributivas, mas podem ter um melhor desempenho que não-democracias (oligarquias) no longo prazo, porque evitam as barreiras que esses outros sistemas políticos tendem a erguer para proteger os incumbentes politicamente poderosos.

O autor desenvolve um modelo para analisar o desempenho econômico sob diferentes regimes políticos. Uma sociedade oligárquica, onde o poder político está nas mãos de grandes produtores, protege seus direitos de propriedade, mas também tende a erguer barreiras de entrada significativas contra novos empreendedores.

Na democracia, onde o poder político é mais amplamente difundido, impõem-se impostos redistributivos para os produtores, mas tende-se a evitar barreiras à entrada de novos empreendedores. O padrão típico é uma ascensão e um conseqüente declínio das sociedades oligárquicas: uma sociedade oligárquica pode primeiramente se tornar mais rica, mas depois fica atrás de uma sociedade democrática. As democracias podem ser mais capazes de tirar vantagens das novas tecnologias, já que conflitos dentro das elites, nas oligarquias, podem

causar uma transição para a democracia, e a distribuição desigual de renda pode manter instituições oligárquicas ineficientes.

A revisão de Doucouliagos e Ulubasoglu (2008: 62) de 483 estimativas de regressão de 84 estudos publicados sobre democracia e crescimento econômico analisa por que alguns estudos encontraram uma associação positiva entre democracia e do crescimento, enquanto que outros encontraram efeitos negativos ou nenhuma associação forte. Os autores examinam em que medida os resultados diferem por causa das diferenças no recorte temporal, amostra de países, fonte das variáveis de democracia, ou o conjunto de variáveis de controle.

Doucouliagos e Ulubasoglu (2008) concluem que a democracia não tem um impacto direto no crescimento econômico. No entanto, a democracia tem efeitos indiretos positivos e significativos no crescimento através de um maior capital humano, inflação inferior, instabilidade política, e níveis mais elevados de liberdade econômica.

Armijo e Gervasoni (2010) investigam as implicações das duas dimensões da democracia de Dahl (1971): contestação e participação. A hipótese é a de que o aumento da competição democrática inspira a política incrementalista, diminuindo assim a volatilidade do crescimento e gerando menos crises profundas. Enquanto isso, o aumento da inclusão democrática substantiva – genuína voz política ou participação democrática na presença de um mínimo de contestação – deve aumentar o peso político dos eleitores relativamente pobres, que têm uma forte aversão a crises de crescimento profundas.

A análise estatística de 149 países para 1961-1998 encontra uma maior democracia associada com menos anos de crescimento acentuadamente negativo, com ambas as dimensões democráticas, contestação e inclusão, contribuindo substantivamente para este resultado. As conclusões então questionam a prudência em se projetar políticas econômicas que são intencionalmente isoladas do processo democrático.

Wu (2012) incorpora incentivos institucionais e estruturais em um modelo de dados em painel para o máximo de países possíveis entre 1960 e 2001, e descobre que a força relativa dos regimes políticos na condução do desenvolvimento econômico é dependente de fatores estruturais, que exercem maior influência nas autocracias do que em democracias. A democracia é superior à autocracia apenas quando os fatores estruturais, tais como ameaças externas ou abundância de recursos naturais, não são favoráveis ao crescimento. Em contrapartida, quando fatores estruturais são favoráveis ao crescimento, as autocracias estão suscetíveis a ter um melhor ou igual desempenho que democracias.

Nurtegin (2014) tem como principal objetivo do seu trabalho ver como as empresas se saem em autocracias politicamente estáveis em comparação com aqueles em países que são

mais democráticos, mas menos estáveis. A fonte de dados para a variável dependente é o *Enterprise Surveys*, uma pesquisa mundial (94 países) com de dezenas de milhares de empresas de negócios, realizada pelo Banco Mundial e seus parceiros.

Nurtegin (2014) conclui que a democracia tem muitas vantagens sobre a autocracia, especialmente quando a democracia é madura e o governo é estável. No entanto, a transição de uma tradição profunda de governos autocráticos para uma democracia é quase invariavelmente associada com um período de instabilidade política, que pode durar até várias décadas e prejudica a atividade empresarial.

O trabalho é semelhante ao de Papaioannou e Siourounis (2008), que encontraram uma diminuição significativa do crescimento antes e durante as transições de regime e ressaltaram que a taxa de crescimento ultrapassa a média mundial depois da consolidação da transição para a democracia. Entretanto, Nurtegin (2014: 415) discorda de Papaioannou e Siourounis (2008) sobre o cenário econômico de novas democracias. O principal achado de Nurtegin é que dentro de um período de tempo relativamente curto (até vinte anos) o ambiente econômico é melhor em autocracias estáveis do que em novas democracias. A principal conclusão de Nurtegin também contradiz o estudo de Rodrik e Wacziarg (2005: 55), que relatam em seus resultados que a democratização não traz custos ao crescimento econômico.

Acemoglu et al. (2014: 6) constroem um painel anual que inclui 175 países para o período 1960-2010, embora nem todas as variáveis estejam disponíveis para todos os países em todos os períodos. A fim de abordar a questão do erro de medição nos índices de democracia, Acemoglu et al. (2014: 6) desenvolvem uma medida dicotômica, seguindo Papaioannou e Siourounis (2008). Este índice combina informações de várias bases de dados, incluindo *Freedom House* e *Polity IV*, e só codifica um país como democrático se os vários índices democráticos também concordam.

Acemoglu et al. (2014) fornecem evidências de que a democracia tem um efeito positivo, significativo e robusto no PIB. A estratégia empírica controla por efeitos fixos por país e para as dinâmicas do PIB, que de outra forma confundem o efeito da democracia sobre o crescimento econômico. Os resultados indicam que as democratizações aumentam o PIB per capita em cerca de 20% no longo prazo.

Os autores também investigam os canais através dos quais a democracia afeta o PIB. Os resultados sugerem que a democracia contribui para o PIB futuro, aumentando o investimento e a escolaridade, estimulando reformas econômicas, melhorando os serviços públicos e reduzindo a agitação social.

Usando dados de regimes políticos, renda e capital humano, para uma amostra de 141 países durante os períodos 1820-2000 e 1500-2000⁶, Madsen et al. (2015) examinam a renda e os efeitos do crescimento da democracia quando controlados pelo capital humano e outras variáveis-chave. A democracia mostra-se como uma determinante importante da renda e do crescimento. Quantitativamente, as estimativas sugerem que a evolução da democracia tem sido um fator importante para o desenvolvimento econômico.

Madsen et al. (2015) verificam que cerca de 8% do aumento médio de renda na amostra desde 1500 tem sido impulsionada pela democratização e que um país autocrático pode aumentar sua receita em 47% se completar um processo de transição para a democracia. Embora a melhora de 8% do nível de vida possa parecer baixa, Madsen et al. (2015) argumentam que quase todos os países do mundo estavam vivendo perto ou em níveis de subsistência em 1500, o que implica que quase todos os aumentos na renda em toda a história da humanidade têm-se concentrado nos últimos 500 anos. As regressões no painel que cobrem o período 1820-2000 sugeriu que uma transição da autocracia completa para uma democracia plena aumenta a renda em 125% a 224%. Portanto, os resultados sugerem que reformas democráticas podem melhorar substancialmente os padrões de vida.

Sylwester (2015), utilizando um painel de dados anuais para uma amostra global de países no período de 1950 a 2007, conclui que os benefícios da democracia são maiores para os países mais novos. Esse achado também ajuda a explicar os resultados de Rodrik e Wacziarg (2005), como por que a democracia é mais benéfica para o crescimento econômico na África subsaariana. A implicação política é que a comunidade global não deve, geralmente, recuar da promoção da democracia nos países mais recentes, por medo de criar uma instabilidade ainda maior, que prejudicaria o crescimento econômico.

Na verdade, os benefícios da democratização parecem diminuir com o passar do tempo, no entanto, os termos "em breve" e "recentes" são relativos. Naturalmente, estes resultados não implicam que os países mais velhos nunca devam se democratizar. A democracia oferece benefícios que vão além de questões econômicas. Em vez disso, o autor meramente adverte que democratizações nos países mais velhos geralmente não aumentam as taxas de crescimento.

⁶ A democracia é medida através do índice *Polity2*, o mesmo utilizado no presente trabalho. No trabalho de Madsen et al. (2015: 181) este índice foi utilizado para dados do século 19 para 52 países em sua amostra. O PIB per capita (2006) foi medido utilizando os dados de Maddison (2006), atualizados e ampliados por Bolt e van Zanden (2013), para aproximadamente metade da amostra. Fontes nacionais são usadas para países da OCDE, Singapura, África do Sul e Uruguai. Os dados para as nações africanas depois de 1870 são baseados principalmente no banco de dados de De La Escosura (2012). Os dados omissos de renda são retroativos usando taxas de urbanização. A urbanização foi utilizada porque é estatisticamente um forte substituto para a renda per capita (ACEMOGLU et al., 2002).

Os resultados do trabalho também complementam os de Gerring et al. (2005), que, assim como Sylwester (2015) encontram que o crescimento aumenta com o estoque da democracia, onde o estoque é medido como a quantidade de anos desde que o país tornou-se democrático.

Magee e Doces (2015) criticam a visão de autores como Huntington e Dominguez (1975), que concluíram que os regimes autoritários têm um crescimento econômico mais rápido que as democracias. Os autores argumentam que a literatura existente superestima o impacto das ditaduras no crescimento econômico porque se baseia em estatísticas que são relatadas a organizações internacionais e as ditaduras tendem a exagerar o seu crescimento, pois têm menos limitações que as democracias na sua capacidade de fazê-lo.

Ao usar um novo conjunto de dados de imagens de satélite de luzes noturnas e comparando o crescimento nas luzes com o crescimento do PIB de 153 países entre 1992 e 2008, Magee e Doces (2015) fornecem a primeira confirmação empírica da suspeita de que as ditaduras mentem sobre o crescimento econômico.

Os dados utilizados neste estudo vêm principalmente da replicação dos dados de Henderson, Storeygard e Weil (2012), que mostraram que os dados de satélite sobre luzes noturnas podem ser usados para prever o nível do PIB de um país, porque existe uma correlação muito forte entre o crescimento da intensidade média de luzes noturnas e o crescimento do PIB. Magee e Doces (2015) estimam que as ditaduras exagerem o crescimento do PIB real anual em seu país em 0,5 e 1,5 pontos percentuais, em média, quando comparado com o crescimento das taxas de luzes noturnas em imagens de satélite.

Ma e Ouyang (2016) investigam o impacto da democracia sobre o crescimento, considerando, simultaneamente, a experiência democrática de um país e o regime político, em uma amostra de 61 países com dados quinquenais para o período entre 1960 e 2010. Os resultados obtidos mostram que o efeito da democracia sobre o crescimento exibe um padrão assimétrico, dependendo da experiência democrática do país: apenas países com experiências prolongadas de regime democrático podem promover o crescimento.

Esta conclusão converge com a de Gerring et al. (2005), que empregam o conceito de capital político – estoque democrático, que é acumulado ao longo do tempo através da interação social e da aprendizagem dos cidadãos – para investigar a relação entre democracia e crescimento. Para Gerring et al. (2005), um certo nível de capital político é necessário para promover o crescimento. Se a democracia realmente importa para o crescimento, então a sua influência é fruto da história do regime de um país, e não a partir do seu estado atual. É implausível esperar que um elevado nível de democracia, em qualquer tempo, pode resultar

imediatamente em um melhor desempenho econômico. A democratização precisa de muito tempo para acumular capital político, como o Estado de Direito, um sistema político estável e burocracias públicas eficazes, que têm um impacto direto e forte sobre o desempenho econômico.

Gründler e Krieger (2016) apresentam uma nova abordagem para medir a democracia, baseada no *Support Vector Machines*, um algoritmo matemático para reconhecimento de padrões. O *Support Vector Machines Democracy Index* (SVMDI) é uma variável contínua em um intervalo de 0 a 1, que permite uma medição muito detalhada e sensível da democracia para 185 países no período entre 1981 e 2011. Os resultados destacam uma relação positiva forte entre a democracia e o crescimento econômico. Os autores argumentam que a ambiguidade em estudos recentes origina-se principalmente devido à falta de sensibilidade dos indicadores de democracia tradicionais.

Gründler e Krieger (2016: 30-33) também analisam os canais através dos quais a democracia exerce sua influência sobre o crescimento, seguindo Acemoglu et al. (2014), que anteriormente suspeitaram que os direitos políticos exercem a sua influência sobre o crescimento por meio de um número de canais de transmissão. Gründler e Krieger então concluem que os países democráticos têm populações mais instruídas, porcentagens de investimento mais elevadas e taxas de fertilidade mais baixas, mas os níveis de redistribuição (medido pela diferença do índice de Gini antes e depois da aplicação de taxas e de transferências de renda) não são necessariamente mais elevados em democracias.

Em conjunto, as análises anteriores sugerem que a democracia é mais propícia ao crescimento econômico do que os seus críticos argumentaram, e há muitas complementaridades entre as instituições democráticas e as causas imediatas do desenvolvimento econômico. O presente trabalho buscará testar a hipótese de que a democracia impacta positivamente na liberdade econômica, pois de acordo com autores como Scully (1988; 1992) e Barro (1996), o efeito da democracia sobre o crescimento econômico se daria indiretamente, através do impacto sobre a liberdade econômica.

CAPÍTULO 3: DEMOCRACIA E LIBERDADE ECONÔMICA, UMA REVISÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

3.1 A democracia e a liberdade econômica explicam o crescimento?

A relação causal entre democracia e desenvolvimento econômico pode conter uma variável interveniente: a liberdade econômica. A democracia incentivaria a liberdade econômica ao garantir os direitos de propriedade e mercados livres, trazendo garantias que criariam um ambiente propício para os negócios. Este capítulo irá mostrar os trabalhos empíricos que estudaram a relação entre democracia, crescimento econômico e liberdade econômica, especialmente como a democracia melhoraria os indicadores de liberdade econômica.

Scully (1988; 1992) e Barro (1996) apontaram que a democracia afeta o crescimento, mas de forma indireta, através da liberdade econômica. Um regime democrático ao garantir os direitos de propriedades e outras liberdades individuais, seria um ambiente propício para a liberdade econômica, e consequente, os mercados abertos favoreceriam o investimento e o empreendedorismo, gerando crescimento econômico.

Scully (1988) estudou 115 economias de mercado durante o período 1960-1980. As taxas de crescimento do PIB real *per capita* e uma medida de eficiência econômica foram comparados com índices de liberdade política, civil e econômica.

Para medir as liberdades política, civil e econômica, Scully (1988: 656) usou o índice de Gastil (1979), que mede a liberdade econômica em duas maneiras. Gastil (1979) categoriza os sistemas econômicos como capitalista, capitalista misto, capitalista-estatista, socialista misto, ou socialista. Ele também descreve o nível de liberdade econômica em nações. A liberdade econômica é designada por ele como alta, média-alta, média, média-baixa e baixa.

Verificou-se que a escolha do quadro institucional tem profundas consequências sobre a eficiência e crescimento das economias. Sociedades politicamente abertas, que se vinculam ao Estado de direito, à propriedade privada e à alocação de recursos de mercado, crescem três vezes mais e são duas vezes e meia mais eficientes que as sociedades onde essas liberdades são reprimidas.

Scully (1992) confirmou os efeitos favoráveis da liberdade econômica no crescimento da renda, e também verificou que o crescimento do setor público tem um efeito negativo sobre o crescimento econômico. Scully (1992: 196-7) também determinou que a liberdade econômica tem efeitos favoráveis sobre a distribuição de renda – um achado que estava

nitidamente em desacordo com a presunção comum de que o desenvolvimento econômico e a igualdade são incompatíveis. O autor encontra que nas sociedades livres a desigualdade é menor que nos países que reprimem direitos individuais.

O trabalho de Scully continua sua investigação mais aprofundada das questões teóricas e estatísticas relacionadas com este tema. As relações empíricas que ele descobriu foram confirmadas em estudos subsequentes, e seu trabalho confirmou a urgência e importância dos esforços de maior escala para avaliar a extensão da liberdade econômica entre os países.

Barro (1996) analisa o crescimento econômico e a democracia em um painel de cerca de 100 países, de 1960 a 1990. Os efeitos favoráveis para o crescimento incluem a manutenção do Estado de direito, mercados livres, baixo gasto público e capital humano elevado.

Os índices de democracia utilizados por Barro (1996) foram o *Freedom House* para a maior parte do recorte temporal, de 1972 a 1994; e Bollen (1990), para os anos de 1960 e 1965.

O autor chega ao resultado de que a democracia tem um pequeno efeito negativo sobre o crescimento econômico, com alguma evidência de uma não-linearidade, onde a democracia aumenta o crescimento em níveis baixos de democracia, mas o reduz a níveis mais elevados. Melhoras no padrão de bem-estar, representados pelo PIB e medidas de saúde e educação, aumentam substancialmente a probabilidade de crescimento das liberdades políticas.

A principal conclusão de Barro (1996: 24) é que os países ocidentais mais avançados contribuiriam de forma mais eficiente para o bem-estar das nações pobres exportando seus sistemas econômicos, especificamente os direitos de propriedade e mercados livres, ao invés de seus sistemas políticos, que normalmente são desenvolvidas depois que padrões de vida razoáveis tenham sido atingidos. Se a liberdade econômica pode ser estabelecida em um país pobre, então o crescimento será incentivado e o país tenderia a ser mais democrático por seus próprios meios. Assim, no longo prazo, a propagação de estilo ocidental de sistemas econômicos também seria a maneira eficaz para expandir a democracia no mundo.

Wu e Davis (1999) e Aixelá e Fabro (2009) argumentam que a liberdade econômica, e não a democracia ou a liberdade política, é a principal determinante institucional do crescimento.

Wu e Davis (1999) utilizam dados de um painel de 99, 102, 102 e 100 nações, em quatro momentos: 1975, 1980, 1985 e 1990, respectivamente. Através de uma modelagem *log-linear*, os autores concluem que, controlando pela liberdade econômica, o crescimento econômico não tem nenhuma associação com a liberdade política e o nível de renda. Dado o nível de renda, a liberdade política é independente da liberdade econômica e da taxa de

crescimento da economia. Estas conclusões sugerem a hipótese geral de que a liberdade econômica promove o desenvolvimento, e um aumento do nível de renda leva à liberdade política.

Ao usar a metodologia Granger com dados em painel para 187 países e observações quinquenais para o período de 1976-2000, Aixelá e Fabro (2009) revelam um círculo virtuoso: a liberdade econômica gera crescimento e este crescimento econômico promove liberdades políticas. O círculo chega ao fim quando essas liberdades políticas levam a maiores níveis de liberdade econômica.

Fidrmuc (2003) considera o *trade-off* entre democracia e crescimento econômico. Os resultados sugerem que a democracia reforça o crescimento em termos de liberalização econômica, que, por sua vez, melhora o crescimento. Por isso, a democratização tem um efeito positivo sobre o crescimento durante a transição do regime, ainda que indiretamente, através da facilitação de liberalização econômica.

Alguns trabalhos empíricos (GIAVAZZI e TABELLINI, 2005; PERSSON e TABELLINI, 2006) sustentam que a liberalização da economia deve ser o primeiro passo, antes da extensão dos direitos políticos, para gerar o crescimento. Democracias jovens, nascidas em economias fechadas, devem enfrentar conflitos de redistribuição, enquanto democracias que são formadas em economias abertas são forçadas a prestar mais atenção à eficiência econômica.

Stroup (2007) aponta que a expansão da liberdade econômica melhora significativamente o bem-estar econômico. Stroup utiliza dados quinquenais de liberdade econômica entre os anos de 1976 e 2000 de Gwartney et al. (1996) para uma análise de dados em painel, em uma amostra de 121 países. A análise empírica observou a interação da liberdade econômica e da democracia em medidas de saúde, educação e prevenção de doenças na sociedade.

Xu e Li (2008) testam a hipótese de que o efeito de liberdade política na promoção do crescimento econômico é realizado e detectado em fases posteriores do desenvolvimento social e econômico. Usando dados de painel para uma amostra de 104 países entre 1970 e 2003, os autores encontram um forte apoio à hipótese.

Os resultados mostram os efeitos positivos da liberdade econômica sobre a convergência de renda, mas efeitos negativos da liberdade política sobre convergência de renda para os países fora da OCDE. Os resultados também mostram que a liberdade política, bem como a liberdade econômica, promove a convergência entre os países da OCDE. Os resultados sugerem que as liberdades econômicas desempenham um papel importante na

promoção da convergência de renda em todos os estágios de desenvolvimento, enquanto que a liberdade política tem efeitos significativos sobre a promoção da convergência de renda em fases posteriores do desenvolvimento.

Os resultados de Xu e Li (2008) também apresentaram que uma maior liberdade econômica aumenta consistentemente as medidas de bem-estar, mesmo entre os países mais democráticos. Já a democracia tem uma menor influência positiva, que desaparece para muitas medidas de bem-estar em países com mais liberdade econômica.

Em suma, os resultados dos estudos citados anteriormente sugerem que a liberalização política encoraja a liberalização econômica. Assim, o efeito da liberalização política em matéria de desempenho econômico é indireto, através do seu efeito sobre a liberalização econômica.

3.2 A democracia causa a liberdade econômica?

Milton Friedman (1962:10) conjectura que a liberdade econômica e política estão fundamentalmente relacionadas, ao afirmar que *"a relação entre liberdade política e a liberdade econômica é complexa e de nenhuma maneira unilateral"*. Apesar de as relações entre a liberdade econômica e liberdade política tenham sido teorizadas, a tendência de alocar juntos esses dois conceitos vem com evidências empíricas limitadas que comprovem essa possível relação (FARR et al., 1998: 248).

Os argumentos para provar que a democracia pode levar a uma maior liberdade econômica são geralmente semelhantes aos argumentos que demonstram que a democracia pode promover o crescimento econômico (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1993). Em primeiro lugar, só os governos com alguma legitimidade seriam capazes de implementar e sustentar políticas que podem gerar altos custos a curto prazo. Em segundo lugar, muitas das características institucionais de uma democracia, como um sistema jurídico independente, também são necessárias para uma liberalização bem sucedida (DE HAAN e STURM, 2003).

A maioria dos cientistas sociais concorda que as liberdades econômicas e os direitos políticos têm um valor intrínseco na melhoria do bem-estar de indivíduos dentro de qualquer sociedade. A maioria também concorda que há alguns benefícios que podem ser criados ao permitir o exercício dos direitos políticos para criar políticas públicas que parcialmente restrinjam as liberdades econômicas individuais, a fim de criar oportunidades para melhorar o bem-estar de todos (STROUP, 2007: 52). Por exemplo, Rodrik (2000) argumentou que instituições democráticas – como partidos, representantes eleitos e liberdade de expressão –

podem ser vistas como instituições de gestão de conflitos, uma vez que permitem que as diferenças entre os grupos sociais possam ser resolvidas de uma forma previsível, inclusiva e participativa. Como a liberalização pode levar a conflitos distributivos, essa visão implica que as democracias devam ser mais capazes de liberalizar suas economias do que regimes autoritários.

É importante diferenciar a liberdade econômica e liberdade política em investigações empíricas porque esses dois aspectos da liberdade têm naturezas bastante diferentes e, portanto, têm diferentes implicações no crescimento econômico. A liberdade econômica refere-se à qualidade das instituições do mercado livre. A essência da liberdade econômica é a proteção da propriedade privada, a liberdade de escolha individual e a liberdade de comércio. Ela exige um governo limitado que incide sobre a proteção dos direitos de propriedade e à execução de contratos.

A liberdade política, por outro lado, refere-se à participação dos cidadãos nos processos políticos. É constituída por dois componentes essenciais: direitos políticos e liberdades civis. O primeiro refere-se, principalmente, ao processo eleitoral em um país. As eleições devem ser livres e justas. Por livres, significa a presença de liberdade de imprensa, liberdade de expressão, liberdade de crenças religiosas e o direito de protestar e se organizar, entre outras liberdades (WU e DAVIS, 1999: 40-41).

O trabalho de North (1990) ilustrou como instituições de mercado na sociedade são superiores para alcançar a prosperidade em relação ao planejamento econômico centralizado, mas ele deu pouca atenção à função específica da democracia no desenvolvimento ou impedimento das instituições do mercado descentralizadas.

North (1993) afirma que a existência e a garantia dos direitos de propriedade são condições necessárias para o crescimento econômico, e que este só pode ser viabilizado quando os direitos políticos e civis também estão presentes, pois diante de um autoritarismo a ameaça aos direitos é constante.

Wittman (1989) e Stiglitz (1989) defendem a democracia como sendo inerentemente eficiente na produção eficaz de políticas públicas na sociedade, assim como o mercado é intrinsecamente eficaz na eficiente alocação de recursos, mas ambos deram pouca atenção ao fato de, se a política pública fosse democraticamente determinada, se ela limitaria as capacidades de instituições do mercado em promover o bem-estar humano na sociedade.

Desta forma, Wittman e Stiglitz descrevem como uma democracia representativa diminuiria os custos de transação no mercado político. Assim como liberdades econômicas poderiam ser esperadas para gerar benefícios sociais tangíveis através do mercado, uma

democracia representativa, que permita a maior expressão de direitos políticos por parte do eleitorado, também pode permitir que os indivíduos sejam capazes de explorar uma maior gama de escolhas de políticas públicas que lhes permitam a: (1) viver mais tempo e mais saudável; (2) alcançar níveis mais elevados de capital humano; e (3) gerar um maior nível de provisão de bens públicos para um ambiente de vida mais seguro e mais produtivo, para todos na sociedade desfrutarem.

Similarmente, Fukuyama (1992) explica que os países hoje abraçam a democracia como instituição ideal para a criação de políticas públicas que melhor reflitam o interesse público e o mercado como a instituição ideal para a alocação de recursos escassos.

A persistência de uma abordagem bifurcada ao longo do tempo é notável, dado que os economistas proeminentes, como Friedman (1962: 7) há muito tempo advertiu: *"acredita-se amplamente que a política e a economia são separadas e em grande parte alheias; que a liberdade individual é um problema político e o bem-estar material é um problema econômico..."*.

Friedman (1962: 7) chamou tais crenças *"uma ilusão"*, afirmando que há *"uma conexão íntima entre a economia e a política"*, advertindo ainda que as tentações de redistribuição da riqueza para todos os governos democráticos colocaria a economia e as liberdades das pessoas em um constante perigo de erosão. Em vez de a democracia ser o ideal da expressão da liberdade política na sociedade, Friedman sentiu que uma maior liberdade econômica individual era um *"meio indispensável para a conquista da liberdade política"* (FRIEDMAN,1962: 7).

Schumpeter (1942) também viu as instituições do capitalismo e da democracia na sociedade como interdependentes e antagônicas, embora por razões diferentes. Ele via a democracia nas sociedades capitalistas como um processo político dominado por capitalistas, elites empreendedoras. Ele previu que o sucesso das instituições capitalistas desenvolvem processos industriais de produção em massa, o que acabaria por deslocar o empreendedorismo para sustentar a atividade econômica vital para a sociedade.

Os poderes políticos dos capitalistas de elite iriam diminuir como fonte de rendas, e Schumpeter via a democracia como o veículo institucional que permitiria o capitalismo *"cavar a própria cova"* e precipitar o início das instituições do socialismo que são tão restritivas das liberdades econômicas individuais.

Bauer (1957) criticava políticas públicas em países em desenvolvimento que lutavam por uma maior igualdade socioeconômica através da redistribuição de renda e de regulação do

mercado. O autor acredita que a restrição de liberdades econômicas individuais sufoca os processos mais empreendedores que são necessários para a criação de prosperidade.

Bauer (1957) acreditava que a maximização de liberdades econômicas maximiza a oportunidade para melhorar o bem-estar humano em qualquer sociedade:

"Eu considero o alargamento da gama de escolhas, que é um aumento na gama de alternativas eficazes abertas para as pessoas, como o objetivo e critério principais para o desenvolvimento econômico; e eu julgo principalmente por seus prováveis efeitos na gama de alternativas abertas para pessoas físicas"
(BAUER, 1957, p. 113, tradução livre).

Referindo-se a todos os tipos de liberdades na sociedade, Sen (1999) argumenta que toda sociedade enfrenta um *trade-off* entre a adoção de instituições que preservam as liberdades inatas exercidas por indivíduos para melhorar o seu bem-estar e a adoção de instituições que restrinjam parcialmente essas liberdades inatas para produzir oportunidades para todos os indivíduos melhorarem o seu bem-estar através do exercício de liberdades recém-criadas.

Stiglitz (2002), por sua vez, argumenta que "mercados amigáveis" são instituições que muitas vezes usurpam a dignidade e o bem-estar dos trabalhadores, que são tratados como "peões" dentro do cálculo de maximização de lucros dos capitalistas de sociedade elitista. Ele acredita que as liberdades econômicas individuais são, necessariamente, subservientes à políticas públicas democraticamente determinadas a garantir a igualdade resultados socioeconômicos.

Entretanto, existem poucas evidências empíricas, especialmente para os países em transição, sobre o papel da democracia na promoção da liberalização (DE HAAN e STURM, 2003).

Usando dados de 26 países em transição, De Melo et al. (1996) encontraram uma correlação de 0,8 entre seu índice de liberalização econômica com o índice *Freedom House* de liberdade política. Posteriormente, De Melo et al. (1997) utilizaram dados em painel para estimar os determinantes da liberalização econômica nos países em transição. A liberdade política aparece com um coeficiente positivo e altamente significativo em sua equação.

Clague et al. (1996) concluem que autocratas que estiveram no poder por muito tempo estão associados a melhores direitos de propriedade. No entanto, os autores constatam que, em geral, as democracias proporcionam maior segurança para direitos contratuais e de propriedade do que as autocracias. Ainda assim, esses direitos eram muitas vezes pobres em democracias que duraram pouco tempo. Portanto, a estabilidade de um regime mostrou estar positivamente associada à liberdade econômica.

Clague et al. (1996) argumentam que não é a falta de direitos democráticos que afetam o crescimento econômico, mas o período de tempo que um regime está no poder, não importa se o regime é democrático ou autocrático. Um autocrata que se espera estar governando por um longo tempo ganharia com o respeito dos direitos de propriedade dos indivíduos, em contraste com um autocrata de curto prazo, que iria ganhar com a expropriação da riqueza de seus súditos.

Além disso, as democracias transitórias podem facilmente sofrer com expropriações que tenham os mesmos efeitos nocivos como a depredação de um autocrata. Em uma democracia duradoura, no entanto, a situação:

"É totalmente diferente, não apenas a partir de democracias transitórias, mas também de governos autocráticos. Embora democracias duradouras sofram de acumulações esclerosadas de interesse especial, *lobbying* e (como todos os outros tipos de governos) têm, frequentemente, políticas economicamente ineficientes, elas necessariamente realizariam eleições dentro da lei e os líderes governamentais ou partidos que são derrotados podem resgatar o poder também de acordo com a lei. Não se pode haver eleições genuínas a menos que até mesmo os principais oponentes do partido no poder tenham não só os direitos políticos, mas também os direitos econômicos necessários para obter um meio de vida"
(CLAGUE et al., 1996, p. 245, tradução livre).

Farr et al. (1998), utilizando dados em painel, analisam as relações de causalidade entre as liberdades econômica e política e da renda per capita, utilizando uma amostra de 98 países e dados quinquenais para o período de 1975-1990. Eles empregam o índice de liberdade econômica do Instituto *Fraser* (GWARTNEY et al., 1996) e o índice global de liberdade política (soma dos índices dos direitos políticos e das liberdades civis) da *Freedom House*. Os resultados sugerem que a liberdade econômica e a renda per capita estão endogenamente relacionadas, e que a liberdade econômica tem um efeito positivo na liberdade política, mas indiretamente, através do seu efeito sobre o crescimento econômico.

Gwartney et al. (1999), também empregam o índice de liberdade econômica do Instituto *Fraser* para medir a liberdade econômica. Os autores mostram que um alto nível de democracia não prejudica a liberdade econômica. Similarmente, utilizando dados em painel de 25 países pós-comunistas da Europa Central e Oriental e da antiga União Soviética entre 1992 e 1997, Dethier et al. (1999) concluem que a democracia tem facilitado a liberalização econômica.

De Haan e Sturm (2003) mostram que a democracia aumenta a liberdade econômica em países em desenvolvimento. Concentrando-se na relação entre a mudança nos indicadores de liberdade econômica do Instituto *Fraser*, e agregando em um único índice 17 diferentes tipos de avaliações de regimes, os autores descobriram que, em uma amostra de países em

desenvolvimento, o aumento na liberdade econômica entre 1975 e 1990 foi, em certa medida, causado pelo nível de liberdade política.

Dawson (1998) utilizou uma análise de regressão padrão para investigar a relação entre medidas de liberdade política, civil e econômica entre os países. A evidência suporta as conjecturas de Friedman (1962) de que os vários tipos de liberdade estão relacionados, mas a análise de regressão não pôde identificar a direção da causalidade no relacionamento. Posteriormente, Dawson (2003) estudou as relações de causalidade entre a liberdade econômica, a liberdade política e crescimento econômico, utilizando dados quinquenais para o período 1970 – 2000 e os mesmos índices de Farr et al. (1998).

Utilizando a metodologia Granger, os resultados indicam que os níveis de liberdade econômica são causados pelos níveis de liberdade política. Este resultado também converge com os resultados obtidos por De Haan and Sturm (2003), que concluíram que os aumentos na liberdade econômica são causados pelo nível de liberdade política em uma amostra de países em desenvolvimento.

Lundström (2005) testa a hipótese de De Haan e Sturm (2003) replicando o trabalho desses autores. Entretanto, diferentemente deles, a autora utilizou de forma desagregada os componentes que formam o índice de liberdade econômica do Instituto *Fraser*.

Foi utilizada a desagregação em quatro componentes. *Dinheiro e Inflação* é uma medida da disponibilidade de dinheiro. Uma alta liberdade econômica neste sentido significaria uma lenta expansão monetária, a níveis de preços estáveis, e a ausência de restrições que limitam o uso de moedas alternativas. A segunda categoria, *Operações do Governo e Regulações*, consiste em que uma alta liberdade econômica prevalece se o governo funciona principalmente como um fornecedor de Estado de Direito e bens públicos. A terceira categoria, *Receitas e Tributação Discriminatória*, compreende que a liberdade econômica alta é alcançada se o governo não se envolve em ações que favoreçam ou discriminem um grupo de cidadãos. A última categoria, *Restrições sobre o Comércio Internacional*, indica que uma liberdade econômica alta significa que existam baixas limitações ao comércio através das fronteiras nacionais (LUNDSTRÖM, 2005: 969).

A autora chega ao resultado de que a democracia tem um efeito positivo sobre as categorias de liberdade econômica: *Operações do Governo e Regulações e Restrições sobre o Comércio Internacional*, mas nenhum efeito sobre as categorias *Dinheiro e Inflação* e *Receitas e Tributação Discriminatória*. Isso significaria, portanto, que, se a democracia afeta a liberdade econômica, dependeria do tipo de liberdade que é estudada. Aceitando a definição das categorias, os resultados implicam que um nível mais elevado de democracia leva a uma

dependência crescente do mercado e diminui as restrições sobre o comércio internacional, enquanto que não tem nenhum efeito sobre a disponibilidade de dinheiro ou a tendência do governo em discriminar um grupo de cidadãos (LUNDSTRÖM, 2005: 977).

Jong-A-Pin e De Haan (2011) examinam se o regime político, as mudanças de regime e a liberalização econômica estão relacionados com acelerações no crescimento econômico. O conjunto de dados é composto por 106 países durante o período 1957-1993, dos quais 60 países sofreram uma ou mais acelerações de crescimento. Os autores utilizam o índice *Polity IV* para identificar os regimes políticos e as mudanças de regime, e o indicador de liberdade econômica (*Economic Freedom Indicator*) de Gwartney e Lawson (2008).

Os resultados mostram que as acelerações no crescimento são precedidas por liberalizações econômicas. Jong-A-Pin e De Haan (2011) também verificam que as acelerações no crescimento são menos prováveis de acontecer quanto mais durável é um regime político, seja ele uma democracia ou uma autocracia. Além disso, Jong-A-Pin e De Haan (2011) encontraram que as mudanças de regime em direção à democracia reduzem a probabilidade de acelerações no crescimento. Embora esta descoberta esteja em contraste com a noção de que a instabilidade política é, em média, prejudicial para o crescimento, ela está em conformidade com as recentes descobertas de que uma mudança de liderança única (ou regime) pode ser uma condição necessária para um país iniciar um período de crescimento econômico (JONES e OLKEN, 2005; JONG-A-PIN e YU, 2010).

Peev e Mueller (2012) examinam a relação entre democracia, liberdades econômicas e crescimento econômico. Os autores estudam 24 economias pós-comunistas ao longo do período 1990-2007. Para medir a democracia os autores utilizam índice de democracia *Freedom House*, e para medir a liberdade econômica utilizam o mesmo indicador utilizado no presente trabalho, o índice de liberdade econômica da fundação *Heritage*.

Peev e Mueller (2012: 398-9) encontram uma correlação positiva entre a força da democracia do país e a qualidade de suas instituições econômicas. As liberdades econômicas são mais fortes e a corrupção é mais fraca em antigos países comunistas com instituições democráticas fortes. Este resultado poderia refletir apenas a força da adesão à União Europeia, que exige certa liberdade econômica e crítica à corrupção, mas também se dá devido ao efeito da democracia sobre essas variáveis institucionais. Os eleitores exigem menos corrupção e maiores liberdades econômicas e os políticos respondem a estas exigências em países com instituições democráticas fortes.

Esta ligação entre democracia e liberdade econômica leva a uma ligação entre democracia e crescimento econômico, porque a liberalização econômica produz um mais

rápido crescimento econômico. Peev e Mueller (2012) apresentam provas de que mais liberdade econômica produz um crescimento mais rápido. Os autores identificam a liberdade de comércio, a liberdade monetária e a liberdade de corrupção como os indicadores mais importantes de liberdade econômica para o crescimento nos países em transição durante o período 1994-2007. As liberdades econômicas levariam a maiores taxas de crescimento, em grande parte, estimulando o investimento, embora algumas liberdades econômicas (por exemplo, liberdade de comércio, liberdade monetária e liberdade de corrupção) sejam mais importantes para o crescimento econômico do que outros.

A democracia, no entanto, pode ter um efeito adverso no crescimento econômico, produzindo maiores setores e déficits públicos, que levam a impostos mais altos e a um maior ajuste fiscal sobre a economia. A democracia também parece estar associada com menos liberdade no mercado de trabalho, o que provavelmente também levaria a um crescimento mais lento. Portanto, embora os países ex-comunistas que se tornaram mais democráticos tenham experimentado níveis mais elevados de crescimento, os resultados de Peev e Mueller (2012) sugerem que a democracia também traz consigo algumas mudanças institucionais que retardam o crescimento.

Por último, o trabalho de Rode e Gwartney (2012) emprega um novo conjunto de dados de Cheibub et al. (2010) para examinar o impacto da transição para democracia na liberdade econômica. O conjunto de dados identifica 48 transições políticas do autoritarismo para a democracia desde meados da década de 1970, para o qual os dados sobre a liberdade econômica estão disponíveis. Ambas as análises de *cross-section* e de painel são empregadas para examinar estas transições no âmbito de modelos fixo e efeitos aleatórios.

Os resultados indicam que as transições para a democracia estão associadas a aumentos subsequentes na liberalização da economia. Além disso, a liberalização econômica parece seguir o caminho de um “U” invertido ascendente para cerca de 10 anos após a transição democrática, mas recuando depois. Também se verifica a evidência de que democracias estáveis alcancem maiores aumentos na liberdade econômica que os regimes autoritários, enquanto que as transições democráticas instáveis prejudicam a liberalização econômica.

Durante os últimos 15 anos, vários estudos descobriram que a liberalização econômica exerce um forte impacto positivo sobre os níveis de crescimento econômico (RODE e GWARTNEY, 2012: 617). No entanto, as instituições e as políticas econômicas são consequências do processo político. Isto eleva a importância das instituições políticas e o seu impacto sobre a liberalização econômica. Em geral, estes estudos indicam que os países com

mais instituições políticas democráticas tendem a seguir as políticas econômicas mais consistentes com a liberdade econômica.

As pesquisas empíricas anteriores, em sua maioria, utilizam ou o *Freedom House* ou o *Polity IV* como medidas de democracia para investigar a relação entre democracia e liberdade econômica, o que justifica a escolha do *Polity IV* como índice de democracia utilizado no presente trabalho. A grande maioria dos autores utiliza o índice de liberdade econômica do Instituto *Fraser*, mas neste trabalho optou-se pelo índice da Fundação *Heritage*, seguindo Peev e Mueller (2012: 377), que optaram por esse último índice devido à sua medição anual, em vez da medição quinquenal do Instituto *Fraser*, e da consistência de sua metodologia em todos os anos estudados.

Em suma, os estudos empíricos anteriores descobriram que as instituições e as políticas democráticas são geralmente mais favoráveis à liberdade econômica que os regimes políticos autoritários, revelando um impacto positivo da democracia sobre a liberdade econômica.

Entretanto, o efeito positivo da liberdade econômica sobre a democracia também foi conjecturado: Hayek (1944: 69-70) afirmou que um regime democrático só sobreviverá em um sistema que garanta a livre propriedade privada, assim como Friedman (1962: 9) não encontrou nenhum país com uma grande liberdade política desacompanhada de um mercado livre. Empiricamente, os resultados encontrados por Farr et al. (1998) sugerem que a liberdade econômica e a renda per capita estão endogenamente relacionadas e que a liberdade econômica tem um efeito positivo na liberdade política, mas indiretamente, através do seu efeito sobre o crescimento econômico. Similarmente, Aixalá e Fabro (2009) revelam um círculo virtuoso: a liberdade econômica gera crescimento econômico e este crescimento promove liberdades políticas.

Portanto, a presente pesquisa buscará testar a hipótese de Friedman (1962:10) de que a relação entre liberdade política e a liberdade econômica não é unilateral, verificando se existe uma relação de bicausalidade entre as duas variáveis para uma amostra de 18 países da América Latina, entre 1995 e 2014. A segunda hipótese testará se o efeito da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o efeito inverso.

Após esta breve revisão da literatura, foi identificada uma lacuna existente entre estudos regionais sobre a direção da relação causal entre democracia e liberdade econômica. Assim, esse trabalho irá contribuir para a literatura da ciência política ao identificar a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas e da liberalização das economias latino-americanas para gerar o crescimento econômico na região.

CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os principais procedimentos adotados de modo a permitir a replicabilidade do trabalho (KING, 1995; JANZ, 2015). Primeiramente será feita uma análise da estatística descritiva das variáveis independentes / dependentes de interesse. Logo após, as variáveis de controle também receberão uma análise exploratória dos dados. Após a análise descritiva, serão realizados os testes de hipótese da relação de bicausalidade entre o índice de liberdade econômica da fundação *Heritage* e o índice de democracia produzido pelo *Polity IV*. O quadro abaixo sumariza as informações acerca do desenho de pesquisa:

Quadro 1 – Síntese das informações do desenho de pesquisa

Variáveis independentes e dependentes de interesse (teste de hipótese da relação de bicausalidade)	Democracia ↔ Liberdade Econômica
Variáveis de Controle	<i>Polity</i> -1 Liberdade Econômica -1 PIB per capita Taxa de crescimento do PIB Estabilidade Política Capital Humano
Amostra	18 Países da América Latina (1995-2014)
Técnicas	Estatística descritiva e inferencial Estimadores de dados de painéis dinâmicos GMM e FGLS.
Fontes de dados	CEPAL Índice de Democracia - <i>Polity IV</i> Índice de Liberdade Econômica – fundação <i>Heritage</i> (banco de dados do Instituto QOG) <i>The Worldwide Governance Indicators</i> – Banco Mundial (banco de dados do Instituto QOG)

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 Índice de Liberdade Econômica da Fundação *Heritage*

A Fundação *Heritage* publica (em conjunto com a *Wall Street Journal*) Índice de Liberdade Econômica, desde 1995, define a liberdade econômica como "a ausência de coerção do governo ou restrição na produção, distribuição ou consumo de bens e serviços além do grau necessário para os cidadãos protegerem e manterem a sua própria liberdade". Em outras palavras, as pessoas são livres para trabalhar, produzir, consumir e investir das maneiras que julguem serem as mais produtivas (BEACH e MILES, 2004).

A maioria dos estudos citados na revisão dos trabalhos empíricos sobre democracia, crescimento e liberdade econômica usa o índice de liberdade econômica do instituto *Fraser* (GWARTNEY et al., 1996). Embora ambos os índices da fundação *Heritage* e instituto *Fraser* se diferenciem na sua cobertura, alguns autores concluem que eles produzem classificações semelhantes para os países abrangidos (DE HAAN e STURM, 2000).

Entretanto, para os propósitos do presente trabalho o índice da Fundação *Heritage* tem algumas vantagens sobre o índice do instituto *Fraser*. A Fundação *Heritage* atualiza seus dados em uma base anual, enquanto o índice do instituto *Fraser* apresenta dados quinquenais para o período 1980-2000 e só a partir de 2001 publica dados anuais (RODE e GWARTNEY, 2012: 609). Além disso, a Fundação *Heritage* também tem mantido a mesma metodologia de *ranking* ao longo do tempo (PEEV e MUELLER 2012: 377).

Os dados do índice de liberdade econômica da fundação *Heritage* foi coletado através do banco de dados *Quality of Government Dataset (QOG)* do Instituto QOG da Universidade de Gothenburg ⁷.

O índice de liberdade econômica elaborado pela fundação *Heritage* mede a liberdade econômica com base em 10 fatores quantitativos e qualitativos, agrupados em quatro grandes categorias de liberdade econômica, sumarizados no quadro 2 (MILLER e KIM, 2016: 467-477). Cada uma das dez avaliações dentro dessas categorias é classificada em uma escala de 0 a 100, com valores maiores correspondendo aos melhores resultados. A pontuação geral do país é dada pela média aritmética dessas dez liberdades econômicas, ou seja, com igual importância a cada uma.

Quadro 2 – Síntese dos fatores de Liberdade econômica

Categoria	Fator	Descrição
Estado de Direito	Direitos de propriedade	Avaliação qualitativa do grau em que o quadro legal de um país permite que os indivíduos acumulem livremente propriedade privada, garantido por leis claras que são efetivamente aplicadas pelo governo.
	Liberdade da corrupção	Derivada diretamente do Índice de Percepção da Corrupção produzido anualmente desde 1995 pela ONG Transparência Internacional, que mede o nível de percepção de corrupção em 175 países, em uma escala de 0 para (altamente corrupto) a 100 (muito limpo). A corrupção diminuiria a liberdade econômica através da introdução de insegurança e incerteza nas relações econômicas.

⁷ Link de acesso aos dados do Instituto QOG: <http://www.qog.pol.gu.se/>.

Tamanho do Governo	Liberdade fiscal	Mede a carga total de impostos exigida por todos os níveis de governo, em porcentagem do PIB, e a taxa marginal de impostos sobre os indivíduos e empresas. A pontuação é calculada com uma função quadrática (por exemplo, dobrar a quantidade de impostos produz quatro vezes menos liberdade fiscal).
	Gastos governamentais	Mede o consumo estatal e todos os pagamentos de transferência relacionados a programas governamentais. É uma escala não-linear: gastos do governo que estão perto de zero são levemente penalizados, enquanto que os níveis de gastos do governo que excedam 30% do PIB recebem pontuações muito piores de uma forma quadrática (por exemplo, dobrar gastos produz quatro vezes menos liberdade). Maiores pontuações significam um melhor controle dos gastos públicos.
Eficiência Regulatória	Liberdade de negócios	Mede a extensão em que a regulação e infraestrutura de um país não restringem o funcionamento eficiente dos negócios.
	Liberdade laboral	Considera vários aspectos jurídicos e regulatórios do mercado de trabalho de um país, incluindo regulações relativas ao salário mínimo, leis que inibem demissões, exigências de indenizações e restrições na contratação e nas horas trabalhadas, mais a taxa de participação da força de trabalho como uma medida de oportunidades emprego.
	Liberdade monetária	Combina uma medida de estabilidade de preços com uma avaliação dos controles de preços. Ambos os controles de inflação e preço distorcem a atividade do mercado. A estabilidade de preços sem intervenção microeconômica é o estado ideal para o mercado livre.
Mercados Abertos	Liberdade de comércio	Medida composta da extensão das barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam importações e exportações de bens e serviços. Quanto menos barreiras, maior a liberdade comercial.
	Liberdade de investimento	Avalia uma variedade de restrições regulatórias que normalmente são impostas sobre o investimento. Em um país economicamente livre, não haveria restrições sobre o fluxo de capital de investimento. Indivíduos e empresas seriam autorizados a movimentar seus recursos dentro e fora das atividades específicas, tanto internamente como através das fronteiras do país, sem restrição.
	Liberdade financeira.	É um indicador de eficiência bancária, bem como uma medida da independência do controle e interferência do governo no setor financeiro. Um ambiente bancário e financeiro ideal é caracterizado por um nível mínimo de interferência do governo, supervisão de um banco central independente e regulamentação das instituições financeiras limitada à execução das obrigações contratuais e a prevenir fraudes.

Fonte: elaboração da autora com base na descrição metodológica do índice de liberdade econômica da fundação *Heritage* (MILLER e KIM, 2016: 467-477).

Os países que possuem uma pontuação entre 80 e 100 são considerados “livres”. Aqueles que obtiveram uma pontuação entre 70 e 79,9 são países de “boa liberdade”. Os valores entre 60 e 69,9 representam países de “liberdade moderada”. As pontuações entre 50 e 59,9 são para países considerados “pouca liberdade”. Por fim, os países considerados “repressores” são os que possuem a pontuação entre 0 e 49,9 (MILLER e KIM, 2016).

4.2 *Polity IV*

Munck e Verkuilen (2002:9), discutindo 9 medidas democráticas⁸, incluindo o *Polity IV*, afirmam que as conceituações de democracia abordadas por estas avaliações são, em diferentes medidas, influenciadas por Dahl (1971), em cuja obra a democracia consiste em dois atributos: concorrência e participação.

Especialmente o *Polity IV*, possui alguns méritos. O *Polity IV* estabelece um elevado padrão quanto ao registro e divulgação das regras de codificação, do processo de codificação, e dos dados desagregados (MUNCK e VERKUILEN, 2002:21).

O *Polity IV* é um dos mais amplamente utilizados recurso de dados para estudar regimes políticos. Registra características regime político e transições de 1800 a 2014, com dados separados por países e anos, gerando informações para todos os países com população total superior a 5000.000 habitantes (167 países em 2014) (DAHLBERG et al, 2016:91).

O índice de mensuração democrática *Polity IV* está disponível no próprio site do projeto⁹. É uma variável quantitativa discreta, portanto não assume frações. O *Polity IV* possui uma escala de -10 a +10, que se divide em: -10 “autocracias totalmente institucionalizadas”; -9 a -6 “autocráticos”; -5 a 0 “anocracias fechadas”; +1 a +5 “anocracias abertas”; +6 a +9 “democracias”; e +10 “democracias totalmente institucionalizadas” (MARSHALL e COLE, 2014: 20-21).

Em uma “autocracia totalmente institucionalizada” (-10) a participação dos cidadãos é fortemente restrita ou suprimida; chefes do Executivo são selecionados segundo critérios de sucessão claramente definidos (geralmente hereditários) dentro da elite política estabelecida; e, uma vez no poder, os chefes do Executivo exercem o poder sem nenhum freio ou contrapeso significativo dos poderes legislativo e judicial ou da sociedade civil.

⁸ As 9 medidas analisadas por Munck e Verkuilen (2002): ACLP - Alvarez, Cheibub, Limongi & Przeworski (1996); Arat (1991); Bollen (1980); Coppedge & Reinicke Polyarchy (1991); *Freedom House* (RYAN, 1994); Gasiorowski Political Regime Change (1996); Hadenius (1992); *Polity IV* (MARSHALL & JAGGERS, 2001); e Vanhanen (2000).

⁹ Link para acesso aos dados do índice *Polity IV*: <http://www.systemicpeace.org/Polity/Polity4.htm>

Governos “autocráticos” (-9 a -6) são caracterizados pelo governo autoritário de líderes personalistas, juntas militares, ou estruturas unipartidárias. Além de ter regras de sucessão definidas menos claramente, as autocracias podem permitir algum espaço para a participação política ou impor alguma limitação eficaz sobre autoridade do Poder Executivo.

As “democracias” (+6 a +9) possuem governos são que ficam aquém de uma democracia perfeita (+10). Podem ter freios e contrapesos mais fracos sobre Poder Executivo, algumas restrições sobre a participação política ou deficiências da aplicação do Estado de Direito.

Uma “democracia totalmente institucionalizada” (+10) tem procedimentos institucionalizados para a participação política competitiva, deliberativa e aberta; escolhe e substitui o chefe do Executivo em eleições livres e competitivas; e impõe freios e contrapesos substanciais sobre os poderes discricionários do chefe do Executivo.

Daí fica a curiosidade: o que seriam “anocracias”? Anocracias seriam regimes híbridos, onde os governos não são nem totalmente democráticos nem totalmente autocráticos, mas combinam traços e práticas democráticas e autocráticas. A anocracia é caracterizada pelo *Polity IV* por instituições e elites políticas que são muito menos capazes de realizar tarefas fundamentais e assegurar a sua própria continuidade. Regimes anocráticos são mais vulneráveis para o aparecimento de novos eventos de instabilidade política, como focos de conflito armado ou golpes de estado. Em uma “anocracia fechada” (-5 a 0), os concorrentes são retirados das elites. Em uma “anocracia aberta” (+1 a +5), outros também concorrem (MARSHALL e COLE, 2014).

Neste trabalho foi utilizado especificamente a variável *Polity2*, uma versão modificada da variável *Polity* (ambas presentes no banco de dados desagregado do *Polity IV*) a fim de facilitar a utilização do índice em análises de séries temporais. Ele modifica a pontuação anual *Polity* através da aplicação de um tratamento simples, convertendo instâncias de "pontuações padronizadas de autoridade" (ou seja, -66, -77 e -88) para pontuações do *Polity* convencional (isto é, dentro da gama -10 a +10) (MARSHALL et al., 2014:17).

Os valores foram convertidos de acordo com o seguinte conjunto de regras: casos de "interrupção" estrangeira (-66) são tratados como *missing cases*; casos de "interregno", ou anarquia (-77) são convertidos para a pontuação 0 (zero); nos casos de "transição" (-88) os valores de antes e depois da transição são somados e depois rateados para que substituam os valores -88.

O único caso de pontuação padronizada no banco de dados desta pesquisa foi -88 para o ano 2000 no Peru. Portanto, a pontuação revisada do *Polity IV* para o ano 2000 foi +5, um

valor médio entre as pontuações dos anos 1999 (+1) e 2000 (+9). O índice de medição de regimes *Polity IV* é composto por seis componentes sumarizados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Síntese dos Componentes do Índice *Polity IV*

Componentes	Descrição
1) Regulação do recrutamento do Executivo	Corresponde ao grau em que um governo tem um sistema de procedimentos institucionalizados para a transferência de poder no Executivo.
2) Competitividade no recrutamento do Executivo	Refere-se à em que medida há igualdade de oportunidades entre os competidores.
3) Abertura no recrutamento do Executivo	O recrutamento do chefe do Executivo é "aberto" na proporção em que toda a população politicamente ativa tem a oportunidade, em princípio, de alcançar este poder através de um processo regulamentado.
4) Restrições ao Executivo	Refere-se à extensão das restrições institucionalizadas na tomada de decisão no poder Executivo, ou seja, em que medida os freios e contrapesos funcionam em um determinado governo, no que se refere às decisões do poder central
5) Regulação da participação	A participação é completamente regulada quando nenhum problema, grupo significativo ou tipos convencionais de ação política são regularmente excluídas do processo político.
6) Competitividade de participação	Compreende o quanto que as diferentes alternativas e preferências podem chegar à arena política

Fonte: elaboração da autora com base no manual do *Polity IV* (MARSHALL et al, 2014:17).

4.3 Técnicas

Antes do teste de hipótese, é necessária a análise da estatística descritiva e inferencial. A estatística descritiva fornece medidas de tendência central tal como N, a média e o desvio padrão. Torna-se importante por indicar escores típicos da amostra e auxiliarem na análise exploratória e visualização dos dados (DANCEY e REIDY, 2013). Medidas de tendência central e de dispersão devem ser produzidas com o objetivo de conhecer as distribuições das variáveis, é o que a literatura denomina de análise exploratória dos dados (*Exploratory Data Analysis - EDA*) (FIGUEIREDO FILHO et al. 2011: 66).

Após a análise das variáveis independentes / dependentes principais será iniciada a exploração dos dados das variáveis de controle, que possam ter efeito sobre a democracia e sobre a liberdade econômica. De acordo Przeworski e Limongi (1993) os argumentos para provar que a democracia pode levar a uma maior liberdade econômica são geralmente semelhantes aos argumentos que demonstram que a democracia pode promover o crescimento

econômico. Portanto, algumas das relações esperadas são baseadas em estudos que procuram explicar o crescimento econômico.

As variáveis *Polity* -1 e Liberdade Econômica -1 medem o nível de democracia e de liberdade econômica no ano anterior. É um artifício metodológico para resolver problemas de autocorrelação serial.

O PIB per capita e a Taxa de Crescimento do PIB serão utilizados para medir o desempenho econômico dos países estudados. Os dados estão disponíveis no site da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL ¹⁰. As relações esperadas merecem especial atenção. De acordo com Rode e Gwartney (2012: 613-614), baseados em Pitlik (2008), espera-se que quanto menor o crescimento econômico de um país democrático, maior será a sua tendência para uma maior liberalização da economia. Isto ocorreria porque as democracias usariam medidas de liberalização econômica para superar momentos de crises na economia. Entretanto, de acordo com os autores da teoria da modernização (LIPSET, 1959; CUTRIGHT, 1963; CUTRIGHT e WILEY, 1969; JACKMAN, 1973; HELLIWELL, 1994; BURKHART e LEWIS-BECK, 1994) existe um efeito positivo do crescimento econômico sobre a democracia, hipótese esta que também será testada.

Os dados sobre a estabilidade política também foi coletado através do banco de dados do Instituto QOG, com base no índice “Estabilidade Política” (*Political Stability*) do *The Worldwide Governance Indicators* do Banco Mundial. A Estabilidade Política combina vários indicadores que medem a percepção da probabilidade de que o governo no poder será desestabilizado ou derrubado por meios possivelmente inconstitucionais e/ou violentos, incluindo a violência interna e o terrorismo. A pontuação situa-se entre -2,5 e 2,5, com a maior pontuação correspondente a melhores resultados (DAHLBERG et al., 2016: 120-121). O objetivo é testar a hipótese de Rode e Gwartney (2012: 610) de que a estabilidade de um regime impacta positivamente da liberalização da economia. Também será testada a hipótese de que a estabilidade política de um país da América Latina impacta positivamente na qualidade de sua democracia.

O capital humano é medido através do Índice de Capital Humano ¹¹ (*Human Capital Index*) do *Penn World Table* (FEENSTRA et al., 2015), que por sua vez foi baseado nos anos de escolaridade (BARRO e LEE, 2013) e em uma taxa assumida de retorno da educação, com base na equação de Mincer estimada em todo o mundo (PSACHAROPOULOS, 1994).

¹⁰ Link de acesso aos dados da CEPAL: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp

¹¹ Link de acesso aos dados do índice de capital humano do Penn World Table: <http://www.rug.nl/research/ggdc/data/pwt/pwt-9.0>

Pretende-se testar a hipótese de Barro (1996) de que as melhorias no capital humano aumentam a probabilidade de que as instituições políticas se tornarão mais democráticas ao longo do tempo. A segunda hipótese a ser testada é a de que o capital humano impacta positivamente na liberdade econômica, já que, de acordo com Barro (1996), a democracia pode impactar positivamente no crescimento econômico através do seu efeito positivo sobre o capital humano.

Para testar a hipótese de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica, serão utilizados dois modelos econométricos: o primeiro utilizando a democracia como variável dependente e a liberdade econômica como variável independente, juntamente com as variáveis de controle apresentadas no quadro 1 acima apresentado. O segundo utilizará as mesmas variáveis de controle, mas colocando a democracia como variável independente. Além de testar a hipótese da bicausalidade, procura-se testar se o impacto positivo da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto contrário.

Visando fornecer maior robustez à análise o banco de dados foi montado em formato de painel, que fornece um significativo aumento do quantitativo de informações possibilitando ganhos inferenciais, tendo em vista que a pesquisa lida com vários indivíduos ao longo de um período não muito longo de tempo. Dentre as principais vantagens na utilização de dados de painel destacam-se um maior controle da heterogeneidade individual e aumento do número de informações sobre a amostra, permitindo assim maiores graus de liberdade e redução da colinearidade entre as variáveis explicativas (GUJARATI, 2006), além de possibilitar a identificação e mensuração de alguns efeitos que não seriam possíveis de verificação com o uso de séries temporais ou dados de corte transversal (BALTAGI, 2005).

Para realizar os testes de hipótese estima-se um painel de dados dinâmicos por meio do método *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), proposto por Parks (1967), e do método *Generalized Method of Moments* (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991). Os métodos FGLS e GMM produzem boas estimativas para os coeficientes. Os resultados encontrados corroboram os achados da literatura.

Para cada um dos métodos acima citados serão testados 3 modelos com o *Polity IV* como variável dependente e a Liberdade Econômica como independente, e mais outros 3 modelos com a Liberdade Econômica como variável dependente e o *Polity IV* como variável independente. O modelo 1 incluirá todas as variáveis independentes de controle: a *lag* da variável dependente (*Polity -1* ou Liberdade Econômica -1); PIB per capita; taxa de crescimento do PIB; estabilidade política; e capital humano. O modelo 2 utilizará como

controles a *lag* da variável dependente e estabilidade política. Por fim, o modelo 3 incluirá apenas a *lag* da variável dependente como controle.

Parks (1967) desenvolveu um método de estimação baseado nos mínimos quadrados generalizados (GLS) para lidar com alguns problemas comuns que ocorrem em dados *cross-section* de séries temporais (*time-series crossection* - TSCS) (BECK e KATZ, 1995: 634).

Os dados TSCS são caracterizados por ter observações repetidas em unidades fixas, tais como estados ou nações. O número de unidades analisadas varia tipicamente de cerca de 10 a 100, com cada unidade observada durante um período de tempo relativamente longo (muitas vezes 20 a 50 anos). As propriedades temporais e espaciais dos dados TSCS tornam o uso de mínimos quadrados ordinários (*ordinary least squares* - OLS) problemático. Em particular, os modelos para dados TSCS permitem frequentemente erros correlacionados temporalmente e espacialmente, bem como para heterocedasticidade ¹².

Parks (1967) propôs um método para lidar com esses problemas com base no GLS. Esse método assume que a estrutura da covariância dos erros está corretamente especificada e que os elementos da matriz de covariância dos erros são conhecidos. Quando o processo gerador dos erros não é conhecido, os elementos da matriz de covariância dos erros devem ser estimados, o que pode ser feito por meio do método FGLS ¹³.

O método de Parks é FGLS para modelos TSCS onde os erros mostram heterocedasticidade de painel, correlação contemporânea e correlação serial específica de unidade. A correção para correlação contemporânea dos erros corrige automaticamente para qualquer heterocedasticidade de painel ¹⁴.

Wawro (2002:30) discutindo, no contexto da ciência política, diversos estimadores de dados de painéis dinâmicos, relata que o GMM fornece uma estrutura unificadora sob a qual a maioria dos estimadores encontrados na ciência política pode ser derivada. Wawro também aponta que os estimadores GMM possuem características semelhantes às das técnicas de mínimos quadrados generalizados (*generalized least squares* - GLS) e de mínimos quadrados de dois estágios (*two-stage least squares* - 2SLS).

A idéia principal por trás do GMM é que, a partir de um conjunto de suposições básicas sobre um DGP (*data generating process*), é possível estabelecer condições de momento da população e, em seguida, usar análises de amostra dessas condições de momento para calcular estimativas de parâmetros. As condições de momento da população tipicamente envolvem

¹² Ibidem, p. 634.

¹³ Ibidem, p. 634.

¹⁴ Ibidem, p. 637.

expectativas de funções do termo de perturbação e variáveis explanatórias, enquanto que as amostras análogas das condições de momento de população assumem a forma de momentos de amostra (WAWRO, 2002: 30).

Arellano e Bond (1991) propuseram uma regressão em painel dinâmico, na qual a equação utilizada é diferenciada em primeira ordem, resultando em uma equação livre dos efeitos fixos. Os ganhos em relação aos outros métodos são a ausência de viés oriundo dos efeitos fixos temporalmente invariantes e a consistência do estimador diante de endogeneidade (CRUZ et al, 2015: 173).

4.4 Observações

A amostra nesse trabalho é de 18 países latino-americanos, no período de 1995 a 2014. A América Latina compõe-se de 20 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Os países excluídos foram Haiti e Cuba.

O Haiti foi retirado da amostra devido à sua avaliação durante o período de 2010 a 2014: o país recebeu a pontuação de -77, uma pontuação especial devido a sua ocupação/ausência de governo nesse período. Portanto, em 5 dos 20 anos estudados não há caracterização de nenhum regime neste país, segundo os critérios do *Polity IV*.

Como o presente estudo busca explicar o efeito da liberdade econômica nas democracias, Cuba foi retirado por apresentar-se como uma ditadura em todos os anos estudados.

O ano de 1995 foi utilizado como ponto inicial porque foi quando começou as avaliações do índice de liberdade econômica da fundação *Heritage*, que foi escolhido por possuir avaliações anuais, ao contrário do índice do instituto *Fraser*, que possui avaliações quinquenais entre 1980 e 2000, e só depois desse período avalia anualmente. O ano de 2014 é o último ano de avaliação, pois é o ano onde todas as variáveis possuem o máximo de avaliações, já que o índice de estabilidade política e o de capital humano ainda não possuem dados para o ano de 2015.

Os resultados deverão ser observados com cautela diante da limitação dos dados. O índice de liberdade econômica, como foi descrito no início deste trabalho, é uma média aritmética de fatores como direitos de propriedade, nível de corrupção, gastos de governo, liberdade fiscal, comercial, de trabalho, monetária, financeira, de investimento, entre outros.

Portanto, o índice da fundação *Heritage* utilizado neste trabalho dá o mesmo peso para diferentes aspectos que contribuem para a liberdade econômica, o que pode superestimar ou subestimar a importância de determinados critérios de avaliação.

O índice *Polity IV*, por sua vez, baseia-se numa regra de agregação de dados explícita, porém bastante complicada. Cinco atributos do índice são ponderados de forma diferente, usando diferentes escalas. Apesar de pontuações ponderadas fornecerem uma forma legítima de reconhecer a maior ou menor importância teórica dos diferentes atributos, um problema já surge ao passo em que nenhuma justificção é fornecida para o sistema de ponderação (MUNCK e VERKUILEN, 2002: 26).

A qualidade redentora do índice *Polity IV* é que os dados desagregados estão disponíveis publicamente, garantindo assim que os estudiosos independentes possam avaliar as implicações de regras de agregação diferentes e sugerir regras de agregação mais apropriadas ¹⁵.

¹⁵ Ibidem, p. 26.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

5.1. Análise exploratória das variáveis de interesse

No presente trabalho pretende-se testar a hipótese de que existe uma relação de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica na América Latina. A segunda hipótese a ser testada é a de que o efeito positivo da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o efeito positivo da liberdade econômica sobre a democracia.

Antes dos testes de hipótese, através do método *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), proposto por Parks (1967), e do método *Generalized Method of Moments* (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991), é necessária a análise da estatística descritiva para a visualização e exploração dos dados.

Medidas de tendência central e de dispersão devem ser produzidas com o objetivo de conhecer as distribuições das variáveis, é o que a literatura denomina de análise exploratória dos dados (*Exploratory Data Analysis - EDA*) (FIGUEIREDO FILHO et al. 2011: 66). Na tabela 1 encontra-se a estatística descritiva das variáveis presentes neste trabalho:

Tabela 1 – Estatística Descritiva das Variáveis Estudadas

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
<i>Polity IV</i>	360	-3	10	7,76	1,92
Lib. Econômica	360	36,10	79	62,03	7,82
<i>Polity -1</i>	360	-3	10	7,71	1,97
Lib. Econômica -1	342	36,10	79	62,13	7,66
Estabilidade Política	288	-2,39	1	-0,34	0,65
PIB per capita	360	1122,15	14369,53	5720,56	3242,10
Crescimento do PIB	360	-11,03	18,29	3,73	3,55
Capital Humano	360	1,58	3,05	2,37	0,34

Ao analisar a tabela 1, verifica-se que o número máximo de casos para as variáveis é 360, entretanto, algumas variáveis possuem alguns casos omissos (*missing cases*). O índice de liberdade econômica da fundação *Heritage* começou a ser medido no ano de 1995, onde começa o recorte temporal da presente pesquisa (1995-2014). Portanto, a variável “Liberdade Econômica (-1)”, que mede o nível de liberdade econômica no ano anterior, não possui casos

para o ano de 1994. Já o índice de estabilidade política do Banco Mundial não possui avaliações para os anos de 1995, 1997, 1999 e 2001.

Como o principal objetivo deste trabalho é testar a hipótese da bicausalidade entre a democracia e a liberdade econômica, é importante realizar uma análise mais aprofundada da estatística descritiva dessas duas variáveis. Na tabela 2 são apresentadas as médias do índice *Polity IV* e do índice de Liberdade Econômica por ano estudado:

Tabela 2 – Médias do *Polity IV* e da Liberdade Econômica por Ano

Ano	<i>Polity IV</i>	Lib. Econômica
1995	7	61,32
1996	7,44	63,04
1997	7,50	63,32
1998	7,50	63,79
1999	7,61	64,77
2000	7,83	64,82
2001	8	64,47
2002	8	63,77
2003	8	63,39
2004	8	61,53
2005	8	60,47
2006	8,06	60,75
2007	8	60,96
2008	8	60,93
2009	7,56	60,78
2010	7,56	60,60
2011	7,56	60,95
2012	7,56	60,79
2013	8	60,04
2014	8	60,19

Relembrando a estratégia de medição dos índices em análise, o *Polity IV* é uma variável quantitativa discreta que possui uma escala de -10 a +10, que se divide em: -10 “autocracias totalmente institucionalizadas”; -9 a -6 “autocráticos”; -5 a 0 “anocracias fechadas”; +1 a +5 “anocracias abertas”; +6 a +9 “democracias”; e +10 “democracias totalmente institucionalizadas” (MARSHALL e COLE, 2014:21).

No índice de liberdade econômica temos que os países que possuem uma pontuação entre 80 e 100 são considerados “livres”. Aqueles que obtiveram uma pontuação entre 70 e 79,9 são países de “boa liberdade”. Os valores entre 60 e 69,9 representam países de “liberdade moderada”. As pontuações entre 50 e 59,9 são para países com “pouca liberdade”.

Por fim, os países considerados “repressores” são os que possuem a pontuação entre 0 e 49,9 (MILLER e KIM, 2016).

Verifica-se que não existem grandes variações entre os anos estudados. A menor média do *Polity IV* é 7, no ano de 1995, e a maior, 8,06, no ano de 2006, ou seja, na média, os países latino-americanos são considerados “democráticos”. Para a liberdade econômica temos a menor média no ano de 2013, medindo 60,04 e a maior no ano 2000, com 64,82 pontos. Portanto, em média, os países da América Latina são considerados de “boa liberdade”. Na tabela 3 é possível encontrar que a grande variação está entre os países estudados:

Tabela 3 – Médias do *Polity IV* e da Liberdade Econômica por País

País	<i>Polity IV</i>	Lib. Econômica
ARG	7,80	58,99
BOL	8,10	58,57
BRA	8,00	57,58
CHL	9,20	76,51
COL	7,00	64,54
CRI	10,00	66,58
DOM	7,85	57,97
ECU	6,35	54,56
GTM	7,75	62,01
HND	6,80	57,60
MEX	7,30	63,75
NIC	8,40	57,86
PAN	9,00	67,50
PER	6,80	65,16
PRY	7,65	61,24
SLV	7,30	70,43
URY	10,00	68,12
VEN	4,35	47,65

Como pode ser observado na tabela acima, Costa Rica (CRI) e Uruguai (URY) são os países de maior qualidade democrática na América Latina: receberam a nota máxima em todo o período estudado e são considerados “democracias totalmente institucionalizadas”. Panamá (PAN) e Chile (CHL) são os que vêm em seguida, com 9 e 9,2 pontos em média, respectivamente, e são considerados “democracias”.

Os demais países também são democráticos em média, exceto a Venezuela (VEN). A Venezuela possui o valor mais baixo e bem menor que os demais: 4,35 pontos em média, 2

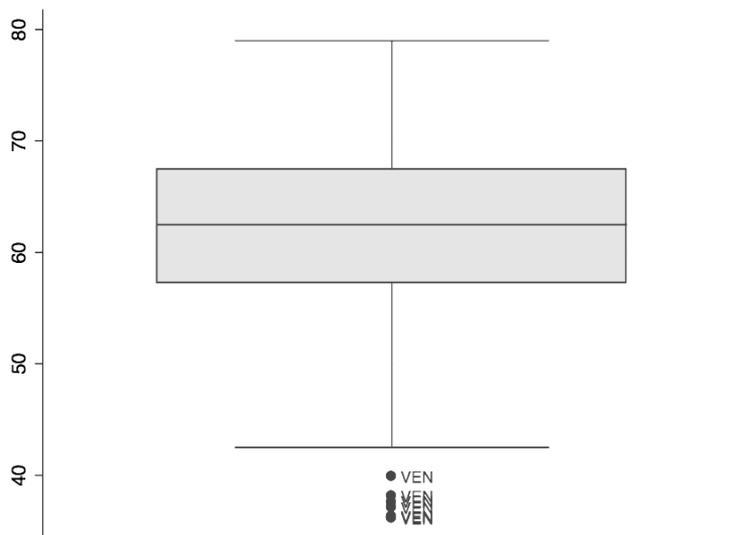
pontos a menos que o penúltimo colocado, Equador. A Venezuela é, portanto, o único país que, em média, apresenta-se como uma “anocracia aberta”.

O país mais livre economicamente é também um dos mais democráticos: o Chile, com 76,51 pontos em média. El Salvador (SLV), apesar de não estar entre os mais democráticos, possui 70,43 de liberdade econômica em média, ficando em segundo lugar. O Chile e El Salvador foram os únicos países que, na média, podem ser considerados de “boa liberdade”. A Venezuela, assim como tem o menor nível democrático, possui a pior liberdade econômica, com uma média de 47,65 pontos, sendo o único país considerado como “repressor”.

5.1.1 Análise exploratória do índice de liberdade econômica

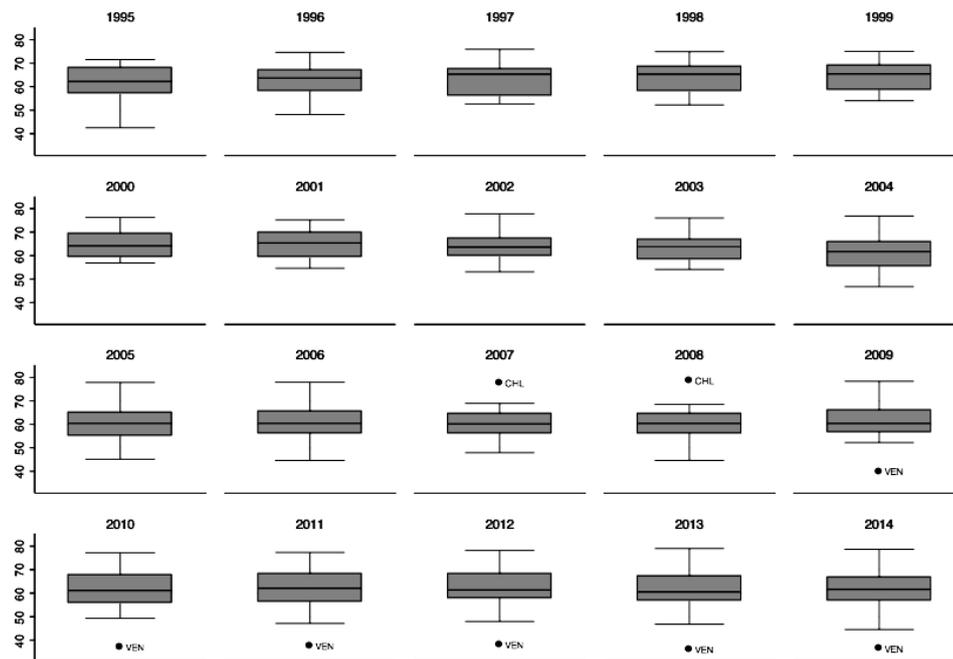
Visualizar os dados é um procedimento fundamental para garantir que o pesquisador domine o banco de dados e explore a relação entre suas variáveis. Neste momento, também é recomendável que o pesquisador tenha atenção aos pontos que estejam destoando do restante da distribuição, os chamados *outliers* (FIGUEIREDO FILHO et al. 2011: 66-67). O gráfico 1 de *box-plot* ilustra a distribuição do índice de liberdade econômica:

Gráfico 1 - Box-plot do Índice de Liberdade Econômica



Após uma breve análise do gráfico 1 é possível identificar cinco casos destoantes, todos ocorridos na Venezuela. O país possuiu avaliações abaixo da nota 4, sendo portanto, o único país considerado “repressor” durante o período 1995-2014. O gráfico 2 a seguir mostra a distribuição da liberdade econômica por país da América Latina.

Gráfico 2 - Box-plot do Índice de Liberdade Econômica por Ano



Verifica-se que a Venezuela tornou-se um *outlier* durante o período 2009-2014, que compreende os governos Hugo Chávez (2009-2012) e Nicolás Maduro (2013-2014). O Chile mostrou ser o outro caso destoante. Durante dois anos do governo de Michelle Bachelet (2007-2008) o Chile recebeu notas de aproximadamente 80 pontos, se distanciando dos demais países que sequer alcançaram a nota 70.

A Venezuela parece dar credibilidade para a hipótese de Hayek (1944: 69-70) e Friedman (1962: 9), que argumentaram que a liberdade econômica é uma condição necessária para as liberdades políticas e civis. Os altos níveis de liberdade econômica (de acordo com o instituto *Fraser*) durante o período 1920-1957 estimularam o advento da democracia. No entanto, com o início da democracia em 1958 veio também a destruição das instituições de promoção da liberdade econômica, o que minou as liberdades nas esferas política e civil (FARIA e FILARDO, 2015: 395). Assim, ao privilegiar certos direitos políticos sobre a liberdade econômica, os venezuelanos terminaram sem liberdade alguma (LAWSON e CLARK, 2010).

Entre 1959 e 1999, uma série de medidas centralizadoras, coercitivas e excludentes na Venezuela foi aos poucos destruindo a liberdade econômica. O presidente Rómulo Betancourt (1959-1964) criou agências de intervenção estatal na economia como a CORDIPLAN¹⁶, uma agência estatal de planejamento econômico, e a CVP¹⁷, companhia governamental para

¹⁶ Oficina de Coordinación y Planificación.

¹⁷ Corporación Venezolana del Petróleo.

negócios petrolíferos. Durante a gestão de Betancourt a taxa marginal de imposto de renda triplicou (de 12 a 36%) e ainda foi alterada a Lei do Banco Central para permitir empréstimos para o governo pelo banco central (FARIA e FILARDO, 2015: 380-381).

Betancourt e o seu sucessor Raúl Leoni (1964-1969) promoveram uma política econômica de controles de preços, que têm sido onipresente na economia venezuelana durante o período democrático até o presente ¹⁸. Sob a administração Chávez-Maduro, esses controles de preços foram intensificados. Os resultados incluem escassez generalizada de bens de consumo básicos, como creme dental e papel higiênico ¹⁹.

A inflação foi alta e a moeda consequentemente desvalorizada no governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Também foram estabelecidas regras para proibir a demissão de trabalhadores e a indústria de ferro e do petróleo foram nacionalizadas. A corrupção se desencadeou em todos os níveis de governo. Durante esse período também foram instituídas leis complexas que dificultaram a formação de negócios, aumentaram o custo da demissão e obrigaram os bancos a alocar empréstimos para setores considerados estratégicos pelo governo ²⁰.

Políticas de controles cambiais foram utilizadas no final do governo Luis Herrera (1979-1984) e por toda a presidência de Jaime Lusinchi (1984-1989). E desde o segundo governo de Rafael Caldera (1994-1996) até o presente também são adotadas ²¹.

Hugo Chávez (1999-2013) continuou com os vícios econômicos de seus antecessores como a corrupção do sistema judicial, controle de preços, nacionalização de empresas, inflação, desvalorização, opacidade fiscal nas áreas de tributação e dos gastos do governo, grande carga regulatória da atividade empresarial, controles cambiais, aumentos de salário mínimo, endividamento governamental e barreiras comerciais ²².

A “revolução” Chávez-Maduro é melhor entendida como consequência do desmantelamento das instituições econômicas liberais da Venezuela tal como existiam em 1957. A consequente ausência de crescimento econômico tem um papel importante na ampla aceitação da retórica redistribucionista de Chávez, que listava o “capitalismo” e o “neoliberalismo” como os culpados por trás do aumento da pobreza na Venezuela. A política

¹⁸ Ibidem, p. 380-381.

¹⁹ Ibidem, p. 385.

²⁰ Ibidem, p. 380-381.

²¹ Ibidem, p. 380-381.

²² Ibidem, p. 394-395.

econômica Chávez-Maduro é uma exacerbação do intervencionismo que estava saliente no período 1960-2000 ²³.

Como consequência, na avaliação de 2016 do índice de liberdade econômica da Fundação *Heritage* foi avaliado que entre os 178 países avaliados a Venezuela ficou na 176ª posição, só perdendo para Cuba e Coréia do Norte (MILLER e KIM, 2016: 8).

No Chile, os governos socialistas do presidente Ricardo Lagos (2000-2006) e Michele Bachelet (2006-2010) são exemplos de governos de esquerda comprometidos com a adoção do neoliberalismo na América Latina, mas um “neoliberalismo com rosto humano” ²⁴. Lagos combinou a prática da social democracia com uma forte responsabilidade fiscal. Como sua sucessora, Bachelet também foi em direção da política neoliberal, a marca registrada de sua coalização de centro-esquerda, a *Concertación*, que estava no poder chileno desde o final da ditadura de Pinochet, em 1990 (NAVIA, 2009).

A administração de Bachelet intensificou o neoliberalismo no Chile, pois teve respaldo no crescimento econômico, na diminuição da pobreza e na consolidação da democracia decorrentes da *Concertación*, especialmente no governo Lagos. Como resultado, a esquerda anti-neoliberalismo, que havia crescido com força em outros países latino-americanos como Venezuela e Bolívia, falhou em se desenvolver no Chile ²⁵.

Na avaliação de 2007, a economia do Chile recebeu a nota de 78,3, sendo a 11ª economia mais livre do mundo e a 3ª mais livre das Américas (composta de 29 países). O país recebeu pontuações altas em praticamente todas as dimensões de liberdade econômica, em particular na liberdade fiscal (85,7), na liberdade ou tamanho do governo (87,6), liberdade monetária (79,9), direitos de propriedade (90) e liberdade de trabalho (85,3) (KANE et al., 2007: 137-138).

Em 2007, apesar de uma taxa marginal de imposto de renda elevada (chega a 40%), as taxas de impostos sobre a sociedade são extremamente baixas (17%). A despesa total do governo como proporção do PIB também é moderada. A inflação estava baixa, mas o Estado mantinha certos controles de preços. A fundação *Heritage* indicou que o Chile poderia melhorar sua liberdade empresarial e a liberdade de comércio. As barreiras não-tarifárias também eram um problema, porque o governo restringia certas importações ²⁶.

²³ Ibidem, p. 382.

²⁴ Navia (2009:27) ressalva que não existe uma coerência na literatura sobre o conceito de “esquerda”. Entretanto, pelo fato da própria coligação de partidos do governo Lagos/Bachelet declarar-se de esquerda e a grande maioria dos atores políticos reconhecerem esse governo também como de esquerda, é apropriado defini-lo desta maneira.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem, p. 137-138.

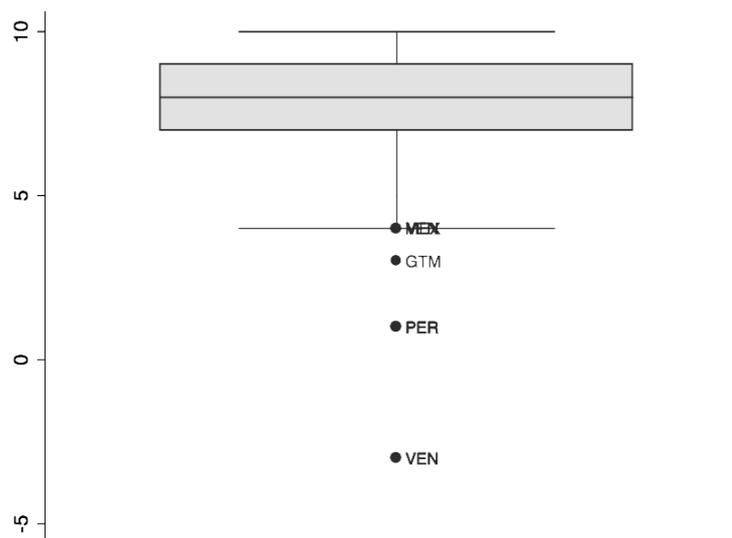
No ano seguinte, a economia do Chile foi 79,8 % livre, o que o tornou a 8ª economia mais livre do mundo. A pontuação total é 0,8 pontos percentuais superior a do ano anterior, o que foi resultado principalmente de um melhor clima de investimento: a medida de liberdade de investimento subiu de 70% em 2007 para 80% em 2008. O Chile continuou como a 3ª economia mais livre dos 29 países das Américas e tem sido um líder regional por mais de uma década (HOLMES et al., 2008: 137-138).

Em sua avaliação, a fundação *Heritage* ressalta que o crescimento econômico chileno naquele momento devia-se aos investimentos estrangeiros e ao governo de coalizão da presidente Michele Bachelet, que permaneceu comprometida com o sucesso das instituições de livre mercado, apesar de sua retórica que enfatizava a igualdade de renda sobre a liberdade²⁷.

5.1.2 Análise exploratória do índice *Polity IV*

O gráfico a seguir mostra a distribuição das avaliações dos regimes políticos dos 18 países da América Latina ao longo de todo o período estudado. Após a sua análise verifica-se a presença de 4 casos destoantes: México, Guatemala, Peru e Venezuela.

Gráfico 3: *Box-plot* do *Polity IV*



²⁷ Ibidem, p. 137-138.

O caso destoante da Guatemala foi o de 1995, último ano do governo Ramiro de León Carpio (06/06/1993 - 13/01/1996), com nota +3, sendo, portanto, uma “anocracia aberta”, enquanto que nos demais anos a Guatemala recebeu a nota +8 (“democracia”).

Em 1995, Ramiro de León Carpio era o presidente eleito indiretamente para substituir o presidente Jorge Serrano, que em 25 de Maio de 1993 havia fechado o Congresso e a Suprema Corte da Guatemala e também suspenso a sua Constituição. Sem um partido sólido ou um programa de governo para apoiar a sua administração, Serrano governava pela improvisação, com uma personalidade autoritária, preferência pela confrontação em vez do diálogo, e tendência a confiar nas forças armadas e nos serviços de inteligência. A corrupção no Congresso e no Judiciário cresceu. Finalmente, enfrentando um grande escândalo de corrupção que ameaçava a sua presidência, Serrano tentou um *autogolpe* (CAMERON, 1998).

O *autogolpe* guatemalteco foi oportunista e mal planejado. Serrano também não assegurou o sólido apoio institucional das forças armadas, não consultou amplamente seus principais comandantes e não pôde impedir que divisões emergissem entre oficiais de linha dura e constitucionalistas. Por intermédio de civis – incluindo o então Defensor dos Direitos Humanos Ramiro de León Carpio – os constitucionalistas ameaçaram com guerra civil se Serrano permanecesse no poder ²⁸.

Na Guatemala, o Tribunal Constitucional emitiu dois acórdãos contra o *autogolpe*; o Conselho Eleitoral se recusou a convocar uma nova eleição; a mídia desafiou a censura; grupos civis saíram às ruas; coligações foram formadas para fazer oposição ao golpe; a reação internacional (encorajada pela oposição interna) era fortemente hostil. A gota d’água foi a retirada do apoio do militar, que estava dividido. No dia 1º de junho de 1993, Serrano foi para o exílio (CAMERON, 1998).

Ramiro de León Carpio foi eleito pelo Congresso sob intensa pressão popular. Despediu o ministro da Defesa e o chefe da inteligência, retirou os militares que haviam apoiado Serrano e promoveu oficiais constitucionalistas. Expulsou membros corruptos do Congresso e limpou a Suprema Corte, mas fez isso legalmente, usando pressão política e sem violar a separação de poderes. O sistema judicial, especialmente o Tribunal Constitucional, começou a gozar de sua mais alta legitimidade. Mas também houve alguns custos: o presidente do Tribunal Constitucional foi morto a tiros na frente de sua família em Antigua pouco depois do fracasso do *autogolpe* e o cunhado do presidente León Carpio foi morto em circunstâncias igualmente misteriosas ²⁹.

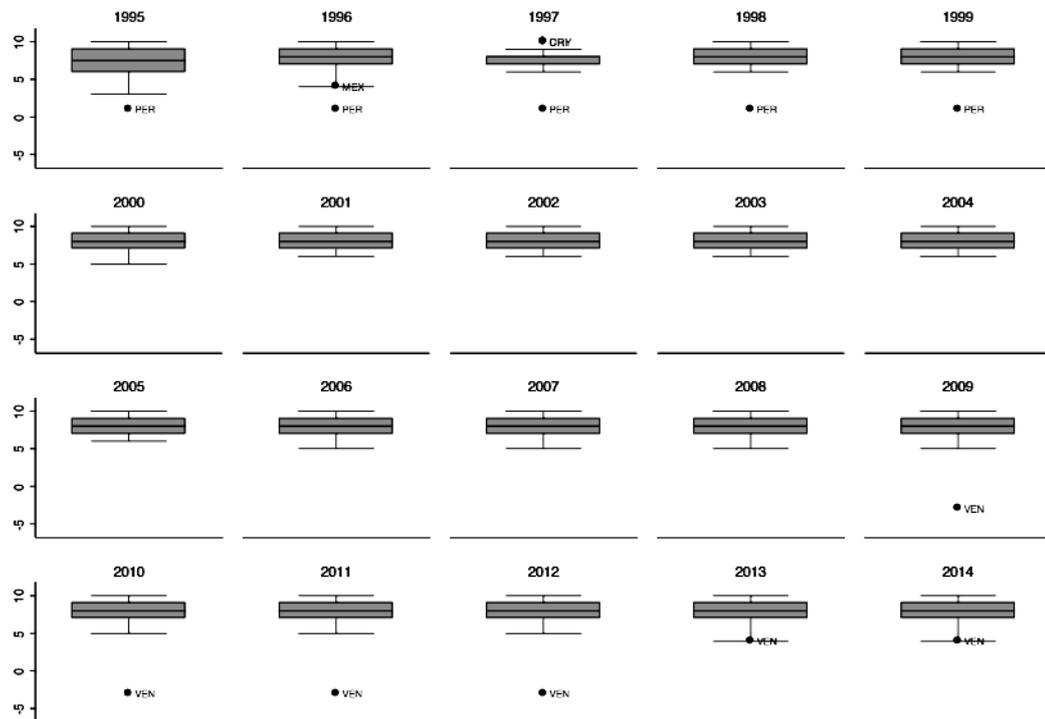
²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

Muitos guatemaltecos esperavam que o aprofundamento da democracia levasse a melhorias em suas vidas. León Carpio, no entanto, não buscou governar com a sociedade civil que o ajudou a chegar ao poder, nem se concentrou em atender suas demandas. Em vez disso, ele se concentrou em preservar o regime democrático e transferir o poder para seu sucessor eleito, Álvaro Arzú ³⁰.

Como pode ser observado no gráfico 4 abaixo, o período de casos destoantes do Peru (1995-1998) corresponde ao governo de Fujimori (28/07/1990 - 22/11/2000). O caso destoante do México aconteceu em 1996, sob o governo de Ernesto Zedillo (01/12/1994-01/12/2000). Após a desagregação dos dados por ano, foi possível identificar outro *outlier*: a Costa Rica em 1997, que recebeu nota 10 em todos os anos estudados. O país que recebeu as menores pontuações foi a Venezuela, assim como ocorreu com a liberdade econômica. O período de menores notas também foi o mesmo: 2009-2012 (Hugo Chávez) e 2013-2014 (Maduro).

Gráfico 4 - Box-plot do Polity IV por Ano



Em 1992, o presidente Alberto Fujimori promoveu um *autogolpe* no Peru, apoiado pelos militares, onde fechou o Congresso e suspendeu a Constituição. Depois de sete meses, o

³⁰ Ibidem.

governo de Fujimori realizou eleições para uma assembleia constituinte, em novembro de 1992. Em 1993, garantiu a aprovação, via referendo, de uma nova constituição. Dois anos mais tarde, Fujimori, que foi eleito presidente originalmente em 1990, foi reeleito. Embora o restabelecimento da Constituição e de eleições representassem um passo importante contra o autoritarismo, o governo Fujimori foi acompanhado por um ataque sistemático a uma série de instituições democráticas (LEVITSKY, 1999: 78).

Sua alegação de que o *autogolpe* era necessário para livrar o Peru de uma "falsa democracia" (PAREDES CASTRO et al., 1992) dominada por facções partidárias foi aceita pela maioria dos peruanos. A aprovação pública para Fujimori saltou de 53 % em março de 1992 para 81% após o *autogolpe* (TANAKA 1998: 219). A popularidade de Fujimori ajudou a criar uma ampla base de apoio ao novo regime (LEVITSKY e CAMERON, 2003: 8).

O regime de Fujimori violou as normas “procedimentais” da democracia em vários aspectos ³¹. As liberdades civis foram violadas frequentemente. As linhas telefônicas da maioria dos principais jornalistas e dos líderes da oposição foram grampeadas; muitos jornalistas foram perseguidos e intimidados por ameaças de morte; e vários críticos do regime foram forçados a fugir do país (LEVITSKY, 1999: 78).

Em segundo lugar, as instituições eleitorais foram corrompidas pelo governo Fujimori³². Os principais organismos responsáveis pela vigilância eleitoral, como o Conselho Eleitoral Nacional e o Escritório Nacional de Processos Eleitorais, foram colocados nas mãos de partidários do regime (BALBI e PALMER, 2001).

Em terceiro lugar, as forças armadas não estavam totalmente subordinadas às autoridades civis (LEVITSKY, 1999: 79). Os militares emitiam regularmente suas próprias proclamações políticas e em várias ocasiões enviaram tanques para as ruas de Lima para reforçar as suas posições. Assim, embora Fujimori não fosse um fantoche dos militares, as forças armadas eram mais parceiras da coligação do que uma instituição subordinada ao presidente ³³.

³¹ Seguindo a tradição schumpeteriana, HUNTINGTON (1994: 16) afirma que “o procedimento central da democracia é a seleção de líderes, através de eleições competitivas, pelo povo que governam”. Além de competitivas, as eleições devem ser periódicas, imparciais e limpas; os candidatos, por sua vez, devem concorrer livremente pelos votos. Nesse sentido, incluem-se mais dois aspectos essenciais ao processo democrático: a contestação e a participação (DAHL, 1971; HUNTINGTON, 1994). Deve existir espaço para críticas ao atual governo e para a inclusão de novas propostas. O povo deve ter direito a informações sobre os candidatos e de se organizar. Assim, a existência das liberdades de expressão, publicação, reunião e organização são fundamentais para o andamento das campanhas eleitorais e para os debates políticos (HUNTINGTON, 1994).

³² Ibidem, p. 78.

³³ Ibidem, p. 79.

Além de deixar de lado os requisitos processuais mínimos para a democracia, o governo Fujimori também enfraqueceu sistematicamente o que Guillermo O'Donnell (1994: 61-62) chamou de “*accountability* horizontal” ou a capacidade das instituições legislativas e jurídicas autônomas para limitar o poder do Executivo. O Congresso tinha pouca funcionalidade, tornando-se um cúmplice dos abusos de Fujimori, aprovando medidas de constitucionalidade duvidosa, com o objetivo de enfraquecer outros organismos independentes. O Congresso Nacional, o Tribunal de Garantias Constitucionais, o Conselho Nacional da Magistratura e a Procuradoria Geral foram dissolvidos. Em seguida, os membros da Suprema Corte, do Júri Nacional de Eleições e outros 150 juízes foram destituídos de seus cargos (MONTERO, 2001: 69).

Em suma, embora a persistência de eleições competitivas distinga o Peru de regimes autoritários totalmente institucionalizados, o poder autônomo das forças armadas, os esforços sistemáticos para intimidar a imprensa e opositores do regime, e a politização das instituições eleitorais desqualificaram o Peru de ser rotulado como uma democracia (LEVITSKY, 1999).

Consequentemente, para o *Polity IV*, o Peru durante o período 1995-1999 é caracterizado como uma “anocracia aberta” (+1), ou seja, um regime híbrido, onde os governos não são nem totalmente democráticos nem totalmente autocráticos, mas combinam traços e práticas democráticas e autocráticas (MARSHALL e COLE, 2014).

O presidente mexicano Ernesto Zedillo assumiu a presidência em dezembro de 1994, fazendo parte do PRI, o Partido Revolucionário Institucional, que teve o poder hegemônico sobre o México de 1929 até 2000. Todos os presidentes do México foram deste partido, até que foi derrotado nas eleições do ano 2000 pelo candidato do Partido da Ação Nacional, Vicente Fox Quesada.

Zedillo enfrentou confrontos políticos dentro da elite governante, agitação em massa e violência crescente. Neste contexto, o governo de Zedillo concordou em negociar com a principal oposição do país uma série de reformas políticas abrangentes. Entre outras coisas, essas medidas (conhecidas coletivamente como “Reforma do Estado”) garantiram a autonomia do Instituto Nacional Eleitoral, um órgão do governo encarregado de supervisionar eleições. Assim, abriram caminho para a vitória eleitoral da oposição em nível nacional (LAWSON, 2000: 274).

Zedillo assumiu o poder com um país marcado por uma grave crise financeira, o que limitou a capacidade da administração de responder às demandas da população. Além da ausência de recursos fiscais para acomodar demandas econômicas específicas, a nova administração ignorou muitas das demandas internas do partido governista e concentrou-se

em reordenar a economia como um todo, na negociação de uma transição democrática com a oposição e na ruptura de laços entre o partido e a presidência (DAVIS e BRACHET-MÁRQUEZ, 1997: 105).

A administração de Zedillo aceitou relutantemente demandas da oposição por reformas políticas. De fato, um presidente mexicano mais intimamente ligado aos piores elementos do antigo regime poderia ter tomado uma decisão diferente (LAWSON, 2000: 274). Em vez disso, o compromisso da elite levou à democratização. Para Lawson (2000: 274-275), o México tornou-se procedimentalmente democrático a partir das eleições de 1997. Nesta eleição e também na de 2000, os eleitores mexicanos passaram a escolher os seus representantes em eleições livres, justas e inclusivas. O partido no poder competiu, perdeu e reconheceu os resultados.

Nas eleições de 1997, a primeira realizada sob as novas regras do jogo, os partidos da oposição tiraram o controle do PRI da câmara baixa (LAWSON, 2000: 274). Três anos depois, o candidato da oposição Vicente Fox venceu as eleições presidenciais, garantindo o controle da oposição no Poder Executivo, bem como no Legislativo. Sua vitória ocorreu quase setenta anos depois de um governo de partido único e conduziu a uma nova era de multipartidarismo. Por isso, a partir de 1997 as notas do *Polity IV* para o México subiram de +4 para +6, ou seja, o país passou de uma “anocracia aberta” para uma “democracia”.

A Costa Rica é um Estado social democrático bem desenvolvido e estável, onde o governo é visto como um ator legítimo pela maioria dos segmentos da sociedade. A constituição moderna de 1948 estabeleceu um governo de Poderes divididos, que compõem um Poder Executivo, um Poder Legislativo relativamente forte e unicameral, um Poder Judiciário e uma comissão eleitoral independentes (SCHULER e BROWN, 1999:456-457).

Ao contrário de muitos outros países da América Latina, os militares não desempenham um papel central no governo. A imprensa livre defende todos os pontos de vista. Os projetos educacionais e de saúde pública formam a maior parte das despesas governamentais ³⁴.

A vigorosa democracia da Costa Rica é liderada por dois partidos nacionais, o *Partido Liberación Nacional* (PLN) e o *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC), embora muitos pequenos partidos também estejam ativos. Apesar do domínio do PLN desde 1948, as eleições são competitivas e os resultados são percebidos como legítimos e promovendo o bem da sociedade. Cada um dos principais partidos apoia, em alguma medida, o modelo socialdemocrata de desenvolvimento ³⁵.

³⁴ Ibidem, p. 456-457.

³⁵ Ibidem, p. 456-457.

A partir de 1958 até 1998 a Venezuela era democrática, com sua política dominada por dois partidos políticos: o *Acción Democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). No entanto, o mau desempenho econômico na década de 1990 criou uma agitação popular. A eleição de 1993 de Rafael Caldera – que havia abandonado o COPEI para concorrer por outra coalizão – apresentou uma crescente abstenção eleitoral, indicando o descontentamento dos eleitores com os partidos tradicionais. A vitória de Hugo Chávez nas eleições de 1998, candidato do Polo Patriótico (PP), evidenciou ainda mais o repúdio dos eleitores venezuelanos ao AD e ao COPEI (HILLMAN e D'AGOSTINO, 2000: 56-57; GRIER e MAYNARD, 2016: 4).

Hugo Chávez era um oficial militar que lançou um golpe sem êxito em 1992. Foi perdoado em 1994, pelo então presidente Rafael Caldera. Em 1998, Chávez ganhou a presidência e lançou sua "Revolução Bolivariana" em 1999, com a formação de uma assembleia constitucional que produziu uma nova Constituição, colocando muita ênfase no progresso social. Chávez também converteu a legislatura de bicameral para unicameral e aumentou os poderes do Poder Executivo. Aumentou o mandato presidencial de 5 para 6 anos e permitiu que o presidente se mantivesse no cargo por 2 mandatos consecutivos. Em 2000 realizou uma *super* eleição à presidência, à nova assembleia nacional e a outros cargos. Chávez venceu e seu partido ganhou 101 das 165 cadeiras na Assembleia, o que concedeu a Chávez o direito de governar por decreto. Em 2004, Chávez e a Assembleia Nacional aumentaram o número de juízes da Suprema Corte de 20 para 32, supostamente lotando o tribunal com seus seguidores. Chávez venceu a reeleição em 2006, e em 2007 foi concedido o direito de concorrer novamente em 2012, em um referendo ³⁶.

Na variável “Restrições no Executivo”, do projeto *Polity IV*, a Venezuela obteve um valor médio de 6,0 nos 14 anos anteriores a Chávez (1985-1998), mas de apenas 4,2 nos 14 anos (1999 - 2012) do governo de Chávez (queda de 30%). A variável “Competição Política” caiu 26% entre os dois períodos e a média da pontuação total da Venezuela caiu 45% entre os dois períodos (de 8,5 para 4,5). Em suma, quaisquer que sejam suas virtudes, a revolução de Chávez concentrou o poder no Executivo, e enfraqueceu os freios e contrapesos que existiam no sistema anterior (GRIER e MAYNARD, 2016:4).

A Venezuela é classificada como uma “anocracia aberta” no período 2006-2008 e passa a ser uma “anocracia fechada” a partir de 2009, período onde ocorre os casos destoantes da amostra. Anocracia é o sinônimo de “regime híbrido”, que são às vezes chamados

³⁶ Ibidem, p. 456-457.

"autoritarismos competitivos" porque, enquanto o partido no poder compete nas eleições (geralmente ganhando), o presidente dispõe de poderes autocráticos que corroem os controles e o equilíbrio entre os poderes. Tais regimes são comuns em todo o mundo em desenvolvimento (CORRALES, 2015: 37).

A Venezuela sob Hugo Chávez (1999-2013) é um caso de um regime híbrido que se moveu rapidamente para o aumento do autoritarismo. O caminho da Venezuela para uma maior autocracia se acelerou ao longo dos anos, atingindo maiores níveis no governo do sucessor de Chávez, Nicolás Maduro (2013-presente) ³⁷. Hoje, a Venezuela é classificada como o menos livre de todos os regimes parcialmente livres na América Latina.

O governo de Maduro está empenhado em continuar a política de expansão da imprensa pública. Já estabeleceu jornais públicos nas cidades de Valência, Maracay, Cojedes, Guárico e Petare, e em 2014 o presidente declarou que queria ter um jornal em cada cidade venezuelana³⁸. Além disso, em abril de 2015 a Sociedade Interamericana de Imprensa acusou o governo Maduro de perseguir e discriminar os seus críticos, ao afirmar que a administração do presidente atingia os jornais independentes dificultando a importação de papel. Em decorrência disto, vários jornais importantes como *El Correo del Caroní*, *El Impulso*, *El Carabobeño*, *El Nacional* e *El Regional de Zulia* estavam ameaçados de fechar as portas por falta de papel ³⁹ (O GLOBO, 2015). Em novembro de 2016, três jornais venezuelanos, *La Verdad*, *El Regional* e *Qué Pasa* deixaram de circular por falta de papel ⁴⁰ (G1, 2016).

A intensificação do legalismo autocrático sob Maduro tem se desestabilizado. No início de 2014 a oposição passou a responder ao processo eleitoral defeituoso e à recusa do governo para resolver essas irregularidades através de protestos de rua. A manifestação popular levou à pior repressão sob o chavismo e talvez sob qualquer governo eleito na história do país (CORRALES, 2015: 44).

Dado que Chávez já havia erguido o arcabouço e as ferramentas para facilitar a repressão do governo, a administração de Maduro – porque tinha as instituições necessárias, os instrumentos legais e uma ideologia política – naturalmente as usou para reprimir mais a oposição ⁴¹.

³⁷ Ibidem, p. 37.

³⁸ Ibidem, p. 41.

³⁹ Link da notícia: <http://oglobo.globo.com/mundo/sip-alerta-para-possiveis-fechamentos-de-jornais-na-venezuela-15895689#ixzz4UAeyBRh3>

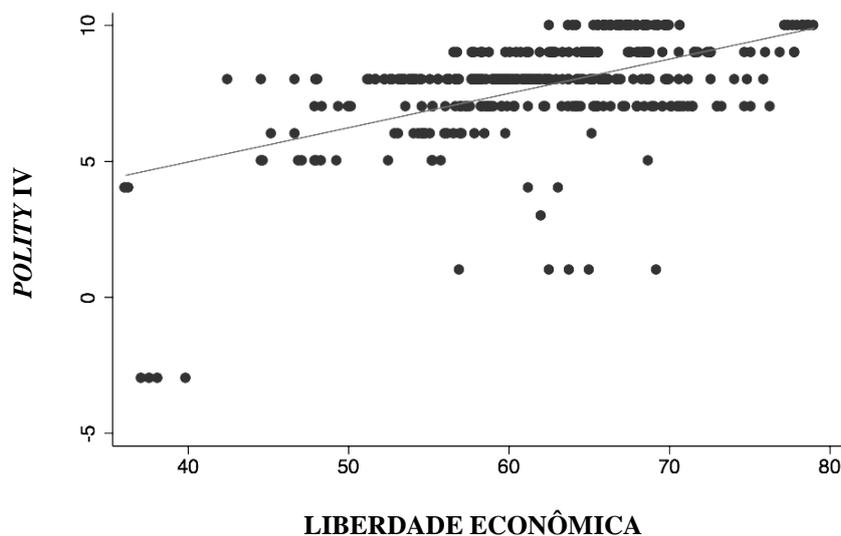
⁴⁰ Link da notícia: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/tres-jornais-venezuelanos-param-de-circular-por-falta-de-papel.html>

⁴¹ Ibidem, p. 45.

5.1.3 Correlações entre democracia e liberdade econômica

O próximo passo na presente análise é examinar o padrão de relacionamento entre o índice de democracia do *Polity IV* e a liberdade econômica. O gráfico abaixo ilustra essa relação. A correlação ⁴² entre o índice de democracia *Polity IV* e a liberdade econômica é de 0,515 (p-valor <0,000), totalizando 360 casos analisados. O coeficiente de determinação (R^2) mede 0,265, sugerindo que 27% da variância da variável dependente (*Polity IV*) pode ser explicada pela variação da variável independente (liberdade econômica). Em particular, a cada 1% a mais de democracia espera-se, em média, um incremento de 0,27% no nível de liberdade econômica.

Gráfico 5 - Correlação entre o *Polity IV* e a Liberdade Econômica



A tabela 4 sumariza o valor do coeficiente, o p-valor e o número de casos analisados por país da América Latina. Entre os 18 países estudados, 5 não apresentaram correlação significativa entre democracia e liberdade econômica, ou seja, apresentaram um p-valor maior que 0,05. São eles: República Dominicana (DOM) (p-valor=0,296); Guatemala (GTM) (p-valor=0,995); Honduras (HND) (p-valor=0,057); Nicarágua (NIC) (p-valor=0,341); e Peru (PER) (p-valor= 0,321).

Não foi possível determinar a correlação entre democracia e liberdade econômica em 5 países, pelo fato de terem a variável *Polity IV* constante. A Colômbia recebeu a nota 7 em

⁴² O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida de associação linear entre variáveis. Ele varia entre -1 e 1. A direção (positiva ou negativa) indica o sentido em que as variâncias estão associadas. Por sua vez, a magnitude (tamanho do coeficiente) indica a força da associação. Quanto mais perto de 1, mais forte é a correlação (FIGUEIREDO FILHO e SILVA JÚNIOR, 2009).

todos anos estudados, o Brasil a nota 8, Panamá a nota 9, e Costa Rica e Uruguai receberam a nota 10.

Três países apresentaram coeficientes negativos, o que não era esperado: Argentina (ARG) com -0,658 (p-valor=0,002); Paraguai (PRY) com -0,506 (p-valor=0,023); e El Salvador (SLV) com -0,558 (p-valor=0,011).

O país que possui a maior correlação entre democracia e liberdade econômica é a Bolívia (BOL) com 0,875 (p-valor<0,000), seguido do Chile com 0,835 (p-valor<0,000) e Equador (ECU) com 0,819 (p-valor<0,000).

Tabela 4 – Correlação entre o *Polity IV* e a Liberdade Econômica por País

País	r	p-valor	N
ARG	-0,658**	0,002	20
BOL	0,875**	0,000	20
BRA	a	a	20
CHL	0,835**	0,000	20
COL	a	a	20
CRI	a	a	20
DOM	0,246	0,296	20
ECU	0,819**	0,000	20
GTM	0,001	0,995	20
HND	0,432	0,057	20
MEX	0,547*	0,012	20
NIC	0,225	0,341	20
PAN	a	a	20
PER	0,234	0,321	20
PRY	-0,506*	0,023	20
SLV	-0,558*	0,011	20
URY	a	a	20
VEN	0,779**	0,000	20

** Correlação é significativa a nível de 1%

* Correlação é significativa a nível de 5%

^a Não pode ser computado porque a variável *Polity IV* é constante

A tabela 5, a seguir, mostra a correlação entre o *Polity IV* e a liberdade econômica desagregada por ano. Nela se observa que os anos no período 1995 - 2000 não possuem correlações significativas. Entretanto, para os demais anos houve correlações com

coeficientes altos e significativos. A partir de 2001, o menor valor encontrado foi em 2005, com 0,580 (p-valor=0,012) e o maior em 2009, medindo 0,797 (p-valor<0,000).

Tabela 5 - Correlação entre o *Polity IV* e a Liberdade Econômica por Ano

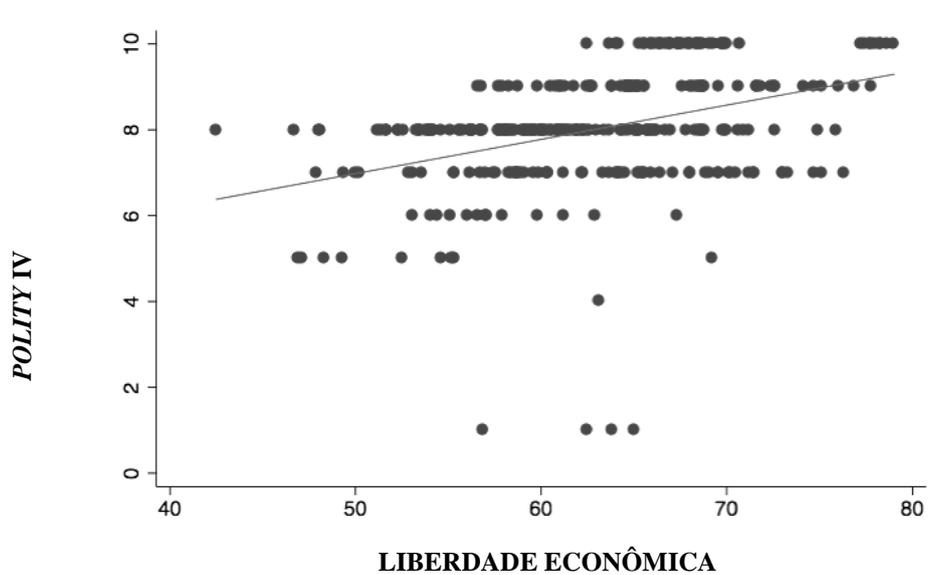
Ano	<i>r</i>	p-valor	N
1995	0,134	0,595	18
1996	0,062	0,806	18
1997	0,092	0,717	18
1998	0,111	0,661	18
1999	0,037	0,883	18
2000	0,276	0,268	18
2001	0,662**	0,003	18
2002	0,630**	0,005	18
2003	0,603**	0,008	18
2004	0,599**	0,009	18
2005	0,580*	0,012	18
2006	0,696**	0,001	18
2007	0,664**	0,003	18
2008	0,666**	0,003	18
2009	0,797**	0,000	18
2010	0,785**	0,000	18
2011	0,785**	0,000	18
2012	0,762**	0,000	18
2013	0,767**	0,000	18
2014	0,754**	0,000	18

** Correlação é significativa a nível de 1%

* Correlação é significativa a nível de 5%

O gráfico a seguir mostra a correlação entre democracia e liberdade econômica excluindo-se o *outlier* de ambas as variáveis: a Venezuela. Depois da exclusão da Venezuela, a correlação caiu de 0,515 (p-valor <0,000), em 360 casos, para 0,354 (p-valor <0,000), em 340 casos, uma diminuição de cerca de 69%. O coeficiente de determinação (R^2) foi de 0,125, sugerindo que 13% da variância da variável dependente (*Polity IV*) pode ser explicada pela variação da variável independente (liberdade econômica). Em particular, a cada 1% a mais de democracia espera-se, em média, um incremento de 0,13% no nível de liberdade econômica.

Gráfico 6 - Correlação entre o *Polity IV* e a Liberdade Econômica (sem *outlier*)



A tabela 6 sumariza o valor do coeficiente, o p-valor e o número de casos analisados por ano, mas sem o *outlier* Venezuela. Após a sua análise, verifica-se que além das correlações sem significância estatística do período 1995-2000, o que também ocorreu com a Venezuela (tabela 5), os anos 2004 e 2005 também não mostraram correlações significativas. Os valores dessas correlações também foram menores. O menor coeficiente foi 0,530 (p-valor=0,029) em 2003, e o maior 0,709 (p-valor=0,001), em 2011. Esses resultados indicam que a Venezuela, por ser um *outlier*, aumenta os coeficientes de correlação entre essas variáveis.

Tabela 6 - Correlação entre *Polity IV* e Liberdade Econômica por Ano (sem *outlier*)

Ano	<i>r</i>	p-valor	N
1995	0,140	0,591	17
1996	0,086	0,742	17
1997	0,122	0,642	17
1998	0,142	0,586	17
1999	0,012	0,964	17
2000	0,241	0,351	17
2001	0,596*	0,011	17
2002	0,563*	0,019	17
2003	0,530*	0,029	17
2004	0,484*	0,049	17
2005	0,466	0,060	17
2006	0,543*	0,024	17
2007	0,556*	0,021	17
2008	0,535*	0,027	17

2009	0,705**	0,002	17
2010	0,683**	0,003	17
2011	0,709**	0,001	17
2012	0,685**	0,002	17
2013	0,640**	0,006	17
2014	0,622**	0,008	17

** Correlação é significativa a nível de 1%

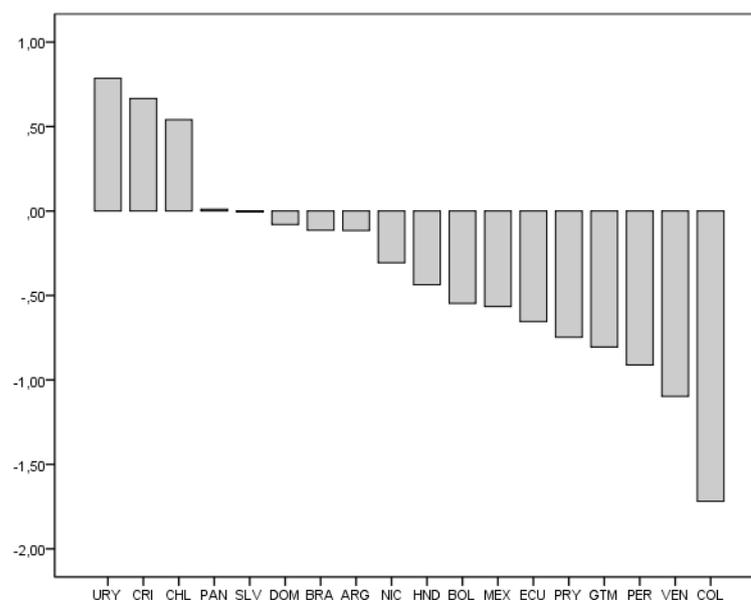
* Correlação é significativa a nível de 5%

5.2 Análise exploratória das variáveis de controle

5.2.1 Estabilidade política

A Estabilidade Política combina vários indicadores que medem a percepção da probabilidade de que o governo no poder será desestabilizado ou derrubado por meios possivelmente inconstitucionais e/ou violentos, incluindo a violência interna e o terrorismo. A pontuação situa-se entre -2,5 e 2,5, com a maior pontuação correspondente a melhores resultados (DAHLBERG et al., 2016:120-121). O gráfico abaixo mostra a média da estabilidade política por país da América Latina.

Gráfico 7 – Estabilidade Política por País da América Latina



O país com a maior média é o Uruguai (URY), seguido da Costa Rica (CRI) e do Chile (CHL), todos eles com médias acima de 0,50. Os demais países apresentam médias bem

menores. A Colômbia (COL) mostrou ser o país com a maior probabilidade de que o governo no poder será desestabilizado.

O gráfico 8, a seguir, ilustra a distribuição do índice de estabilidade política. Após sua análise verifica-se a presença de 3 casos destoantes, todos ocorridos na Colômbia. Logo após, o gráfico 9 mostra a distribuição da estabilidade política desagregada por ano. Nele é possível verificar a presença de mais um caso destoante da Colômbia e um *outlier* na Costa Rica, em 1998. Os casos destoantes na Colômbia ocorreram em 1998, 2003, 2004 e 2008.

Gráfico 8 - Box-plot do Índice de Estabilidade Política

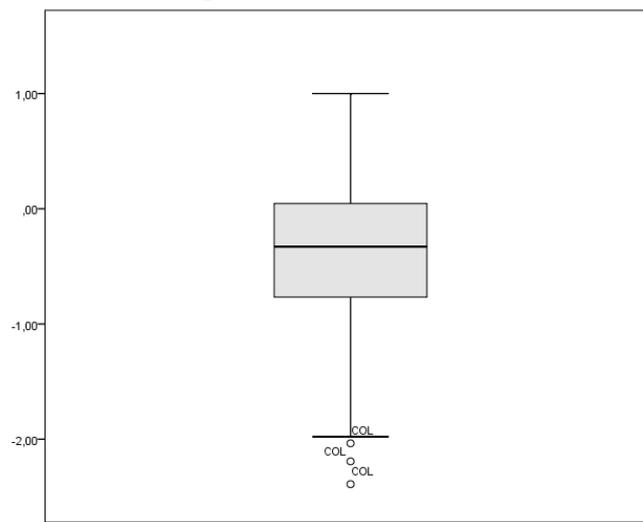
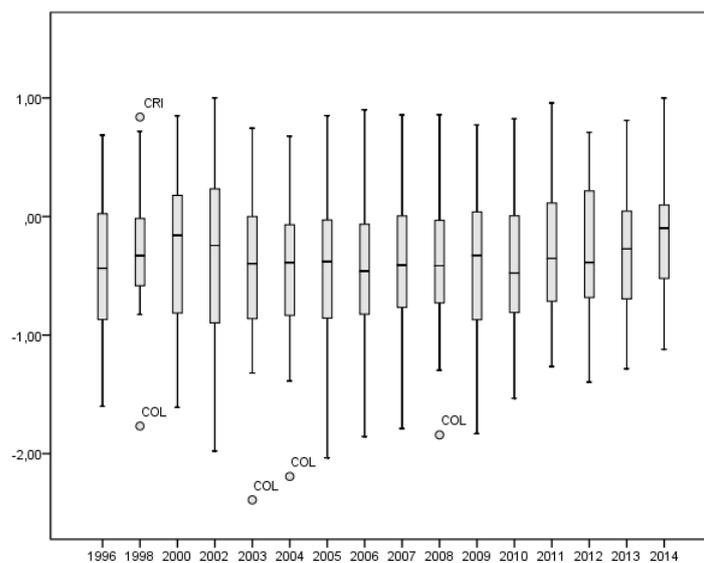


Gráfico 9 - Box-plot do Índice de Estabilidade Política por Ano



Como Schuler e Brown (1999: 456-457) afirmaram, a Costa Rica é uma democracia bem desenvolvida e estável. O único momento do século passado em que houve uma

considerável instabilidade política foi em 1948, durante uma breve, mas violenta guerra civil (SELIGSON, 2000:12). Em um *survey*, Seligson (2000: 12) verifica que 96% da população costa-riquenha se orgulham do sistema político de seu país, dando suporte ao argumento da presença de uma forte tradição democrática.

A Colômbia começou a passar por uma guerra civil desde o lançamento de uma insurgência comunista na década de 1960. Oficialmente, trata-se de um conflito de três lados: envolvendo o governo, insurgentes comunistas e grupos paramilitares de direita, embora frequentemente o governo e os grupos paramilitares tenham sido aliados contra a guerrilha (DUBE e NAIDU, 2014: 6).

O conflito permaneceu em baixa intensidade ao longo dos anos 80, mas aumentou fortemente durante a década de 1990, por uma série de razões diferentes, incluindo a derrota da guerrilha dos narcotraficantes e o aparecimento de grupos paramilitares. Tanto a guerrilha como os paramilitares buscaram o domínio territorial através da guerra e de assassinatos políticos. Eles são financiados por sequestros, extorsão e do comércio de cocaína. Assim, o comércio de drogas é intrinsecamente ligado aos conflitos internos⁴³.

Grupos paramilitares independentes surgiram em diferentes regiões da Colômbia, compartilhando a mesma visão de opor-se violentamente aos guerrilheiros, bem como aos políticos. Como tal, começaram a realizar assassinatos de candidatos políticos durante a década de 1980 (DUDLEY, 2004).

No entanto, só em 1997 esses grupos se tornaram uma organização de força política nacional, formando uma organização chamada Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que chegou a possuir 15.000 membros. Nesse ano houve um forte aumento da violência paramilitar, assim como a expansão de suas atividades em âmbito nacional (DUBE e NAIDU, 2014: 7). Também foi quando se deu o início da *parapolítica* – intervenção paramilitar mais direta na política eleitoral – financiando políticos pró-paramilitares, assassinando civis para coagir as populações locais a votar nesses políticos, dissuadindo candidatos para não entrar em disputa, ou simplesmente os assassinando (ACEMOGLU et al., 2013).

Em 2003, a AUC declarou um cessar-fogo parcial, e alguns blocos paramilitares concordaram em participar de programa de desmobilização. No entanto, a desmobilização não desativou efetivamente todos os paramilitares: grupos de defesa dos direitos humanos têm documentado a continuação da violência paramilitar (DUBE e NAIDU, 2014: 8).

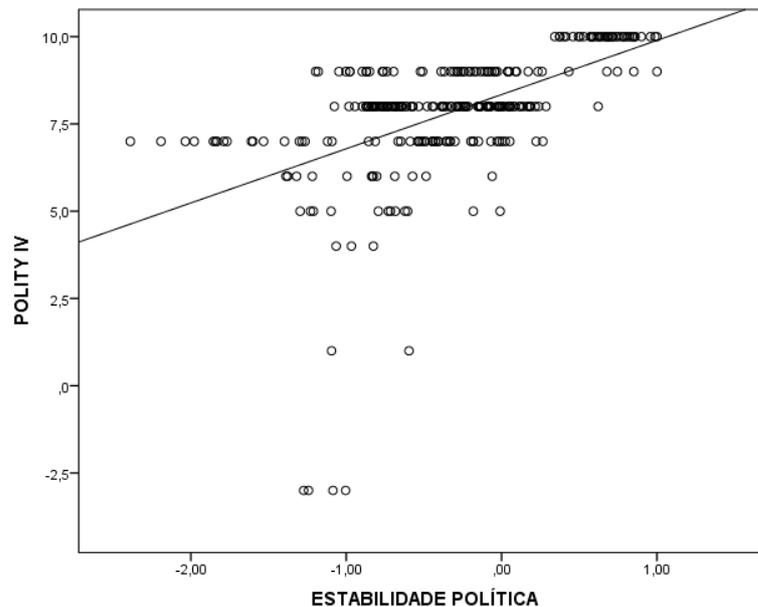
⁴³ Ibidem, p. 6.

5.2.1.1 Correlações

Nesta seção serão analisadas as correlações da estabilidade política com a democracia e com liberdade econômica. Como um dos objetivos desse trabalho é testar a hipótese de um impacto positivo da estabilidade sobre a democracia e a liberdade econômica, é importante verificar como se dá o padrão de relacionamento entre essas variáveis.

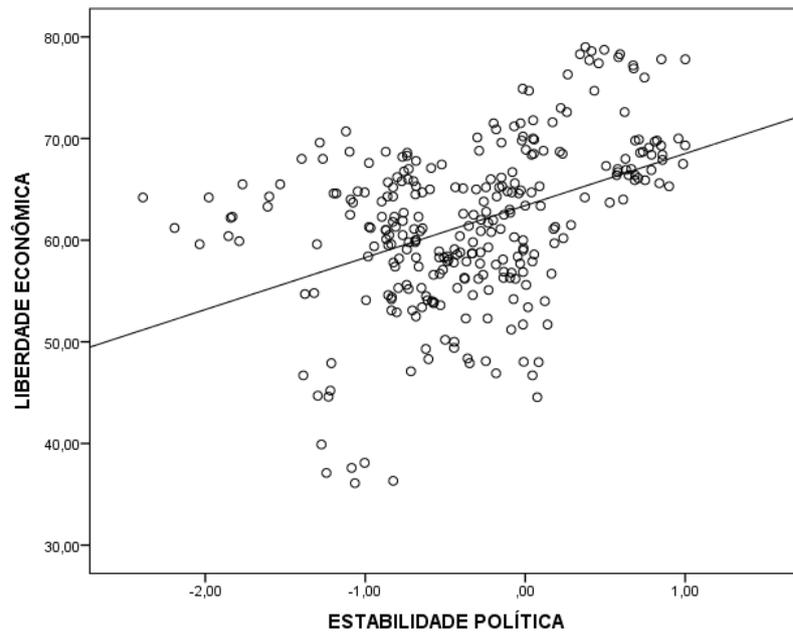
O gráfico 10 (abaixo) mostra a correlação entre estabilidade política e democracia. A correlação entre o índice de democracia *Polity IV* e a estabilidade política é de 0,530 (p-valor <0,000), totalizando 288 casos. O coeficiente de determinação (R^2) foi 0,281, sugerindo que 28% da variância da variável dependente (*Polity IV*) pode ser explicada pela variação da variável independente (estabilidade política). Em particular, a cada 1% a mais de democracia espera-se, em média, um incremento de 0,27% no nível de estabilidade política.

Gráfico 10 - Correlação entre o *Polity IV* e a Estabilidade Política



O gráfico 11 (abaixo) mostra a correlação entre estabilidade política e liberdade econômica. A correlação entre essas variáveis é de 0,418 (p-valor <0,000), totalizando 288 casos. O coeficiente de determinação (R^2) foi 0,174, sugerindo que 17% da variância da variável dependente (liberdade econômica) pode ser explicada pela variação da variável independente (estabilidade política). Em particular, a cada 1% a mais de liberdade econômica espera-se, em média, um incremento de 0,17% no nível de estabilidade política.

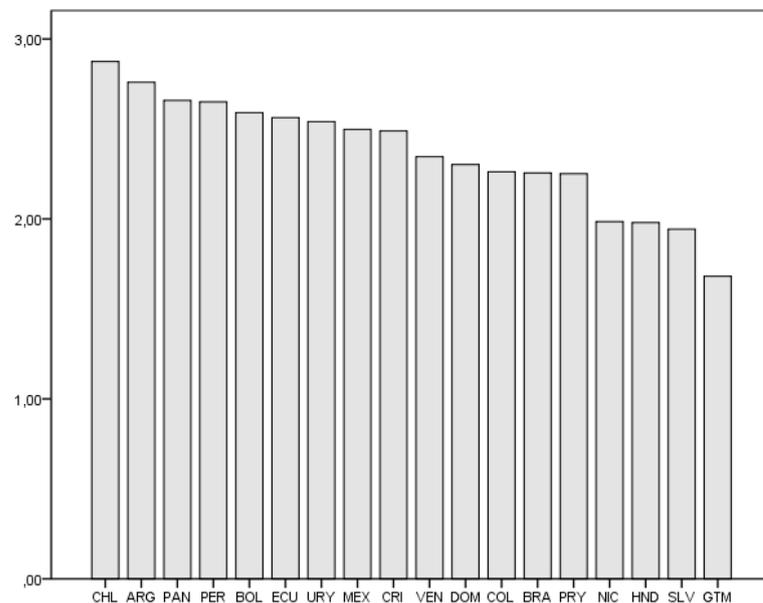
Gráfico 11 - Correlação entre Liberdade Econômica e Estabilidade Política



5.2.2 Capital Humano

O capital humano no presente trabalho é medido através do Índice de Capital Humano do *Penn World Table* (FEENSTRA et al., 2015), baseado em anos de escolaridade (BARRO e LEE, 2013) e em uma taxa assumida de retorno da educação (PSACHAROPOULOS, 1994). O gráfico 12 mostra a média do capital humano por país da América Latina.

Gráfico 12 – Capital Humano por País da América Latina



Após a visualização do gráfico 12, percebe-se que o Chile é o país com a maior média de capital humano na América Latina. O país com o pior capital humano é a Guatemala.

Na distribuição geral dos dados de capital humano não é possível verificar nenhum *outlier* (gráfico 13), entretanto, na desagregação por ano (gráfico 14), é possível verificar a presença de 11 casos destoantes na Guatemala, entre 2004 e 2014.

Gráfico 13 - Box-plot do Índice de Capital Humano

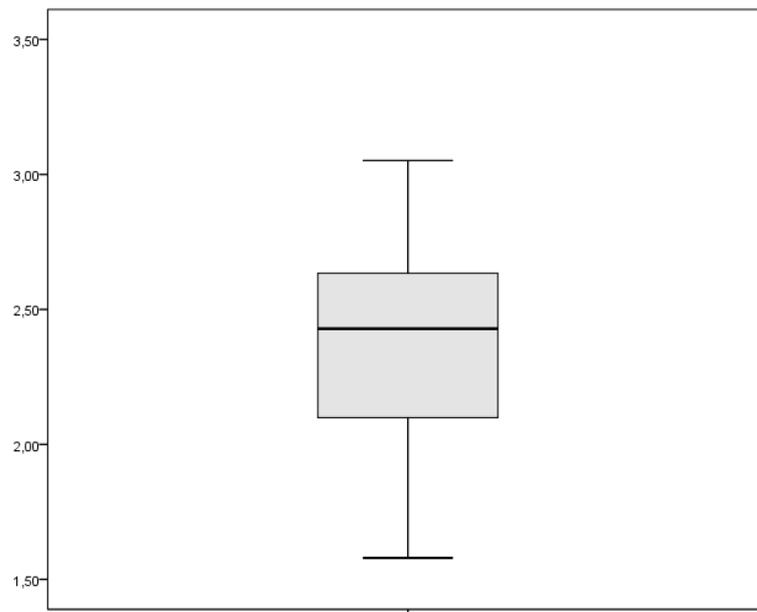
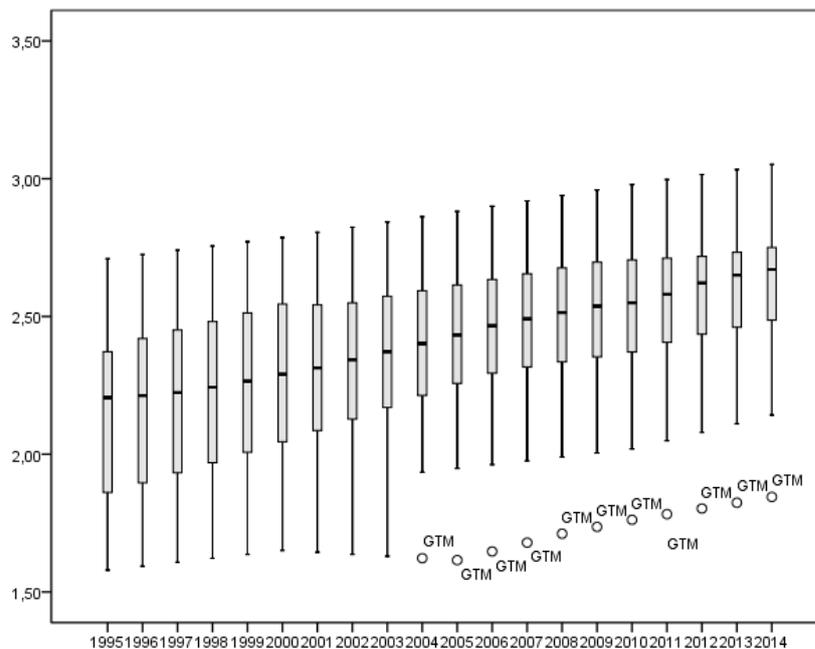


Gráfico 14 - Box-plot do Índice de Capital Humano por Ano



Chamarbagwala e Morán (2011) argumentam que o baixo capital humano da Guatemala é uma das consequências dos 36 anos de guerra civil sofridos pelo país. Os autores combinam dados do Censo Nacional de População de 2002 e da distribuição do número de violações de direitos humanos e vítimas nos 22 departamentos (espécie de distrito ou estado da federação) para examinar como essa guerra civil afetou o acúmulo de capital humano. O ano de nascimento e o departamento de nascimento determinam conjuntamente a exposição do indivíduo durante a idade escolar em três períodos diferentes da guerra civil, ou seja, o período inicial (1960-1978), o pior período (1979-1984) e o período final (1985-1996).

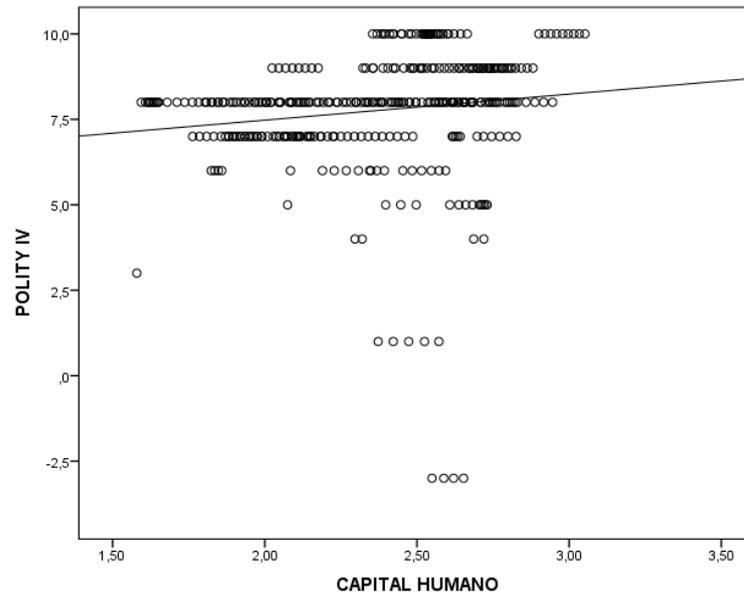
Chamarbagwala e Morán (2011) encontram um forte impacto negativo da guerra civil na educação dos dois grupos mais desfavorecidos: os homens e mulheres de origem Maia, que vivem na zona rural ⁴⁴. Os resultados foram robustos mesmo com a inclusão de indicadores para o departamento de residência, ano de nascimento e controles para diferentes tendências em educação e desenvolvimento humano em departamentos afetados pela guerra e os pacíficos. Os resultados sugerem que a guerra civil do país pode ter aprofundado as desigualdades regionais, étnicas e de gênero em relação ao nível de escolaridade.

5.2.2.1 Correlações

Agora é a vez de examinar o padrão de relacionamento entre o capital humano e as variáveis de interesse. O gráfico 15 mostra a correlação entre capital humano e democracia. A correlação entre capital humano e democracia é bem menor que entre estabilidade e democracia, medindo 0,135 (p-valor=0,011), totalizando 360 casos. O coeficiente de determinação (R^2) também foi baixo, medindo 0,018, sugerindo que aproximadamente 2% da variância da variável dependente (*Polity IV*) pode ser explicada pela variação da variável independente (capital humano). Em particular, a cada 1% a mais de democracia espera-se, em média, um incremento de aproximadamente 0,02% no nível de capital humano.

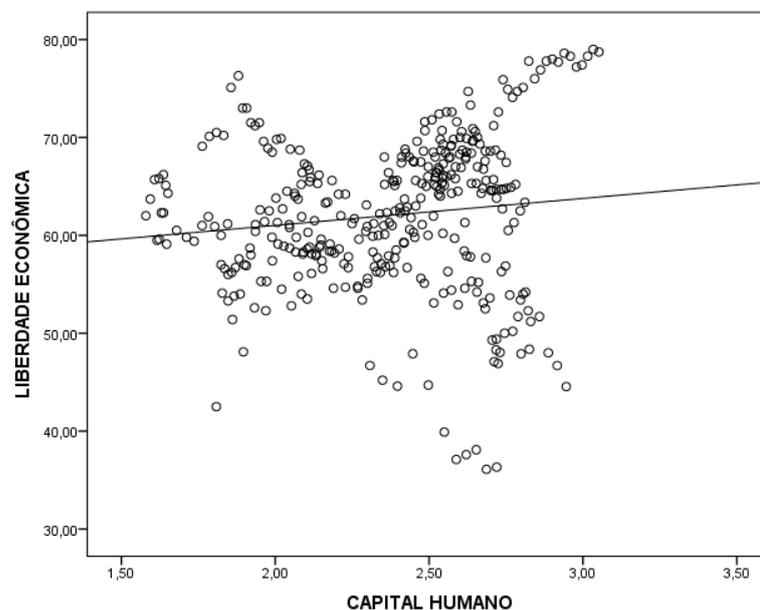
⁴⁴ Os resultados para os homens maias rurais foram: 0,27 menos anos de escolaridade para aqueles que tinha idade escolar no período inicial da guerra civil (1960-1978); 0,71 para os que estudaram pior período (1979-1984); e 1,09 para período final da guerra civil (1985-1996) (CHAMARBAGWALA e MORÁN, 2011).

Gráfico 15 - Correlação entre *Polity IV* e Capital Humano



A correlação entre capital humano e liberdade econômica está presente no gráfico abaixo. A correlação com a liberdade econômica é ainda menor do que a correlação com a democracia: 0,119 (p -valor=0,024), totalizando 360 casos. O coeficiente de determinação (R^2) também foi menor, medindo 0,014, sugerindo que 14% da variância da variável dependente (liberdade econômica) pode ser explicada pela variação da variável independente (capital humano). Em particular, a cada 1% a mais de liberdade econômica espera-se, em média, um incremento de 0,14% no nível de capital humano.

Gráfico 16 - Correlação entre Liberdade Econômica e Capital Humano

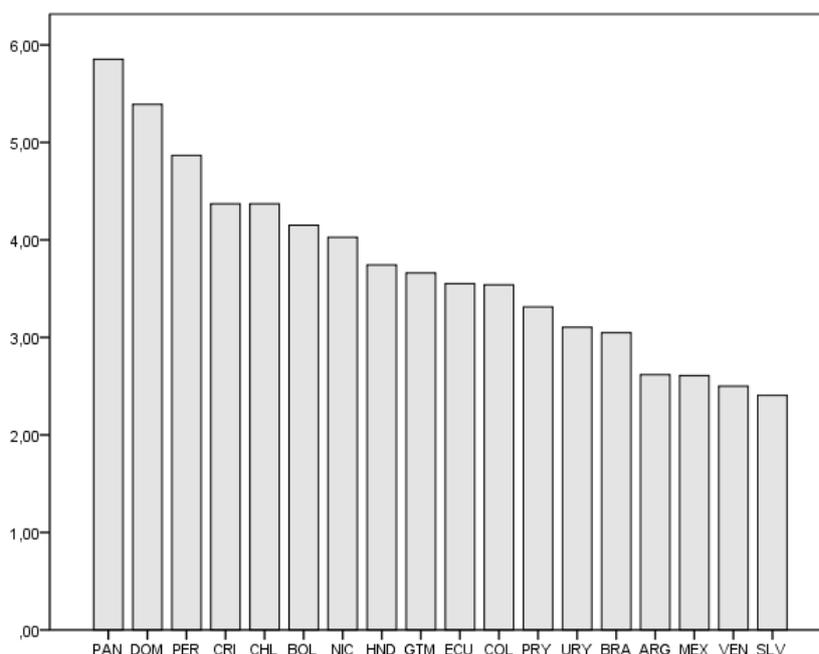


5.2.3 Taxa de Crescimento do PIB

De acordo com os autores da teoria da modernização (LIPSET, 1959; CUTRIGHT, 1963; CUTRIGHT e WILEY, 1969; JACKMAN, 1973; HELLIWELL, 1994; BURKHART e LEWIS-BECK, 1994) existe um efeito positivo do crescimento econômico sobre a democracia, hipótese esta que também será testada no presente trabalho.

Entretanto, Rode e Gwartney (2012: 613-614), baseados em Pitlik (2008), esperam que quanto menor a taxa de crescimento de um país democrático, maior será a sua tendência para uma maior liberalização da economia. Isto ocorreria porque as democracias usariam medidas de liberalização econômica para superar momentos de crises na economia. O gráfico 17, abaixo, demonstra as médias de crescimento do PIB por país da América Latina. O Panamá possui a maior média de crescimento econômico no período estudado (1995-2014). El Salvador foi o que menos cresceu, em média.

Gráfico 17 - Taxa de Crescimento do PIB por País da América Latina



O gráfico 18 examina a distribuição geral da taxa de crescimento do PIB. A Venezuela possui o *outlier* de maior crescimento econômica, assim como tem o maior número de casos destoantes abaixo do intervalo (4 casos). Além da Venezuela, apenas Paraguai, Uruguai e Panamá apresentam valores acima da média. O baixo crescimento possui mais casos destoantes. Argentina e México possuem 2 *outliers* cada. E Paraguai, Uruguai e Colômbia

possuem um *outlier* cada. No gráfico 14 é possível verificar 3 *outliers* a mais que no gráfico 19, onde a distribuição da variável é desagregada em anos.

Gráfico 18 - Box-plot da Taxa de Crescimento do PIB

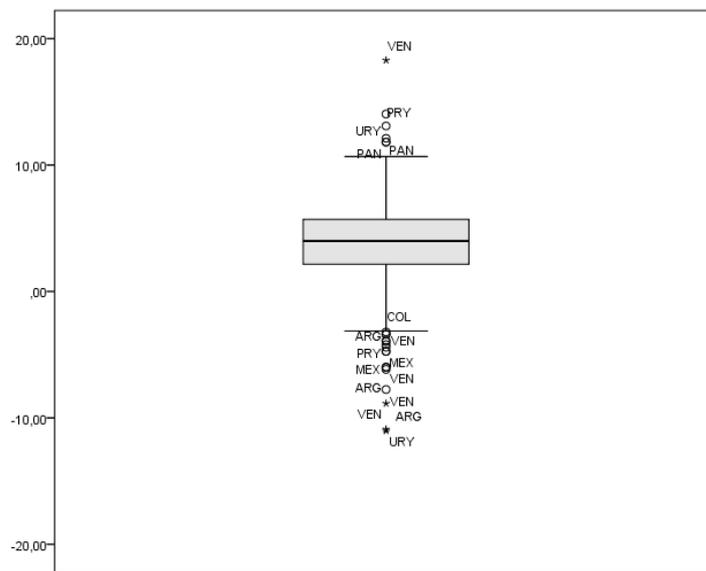
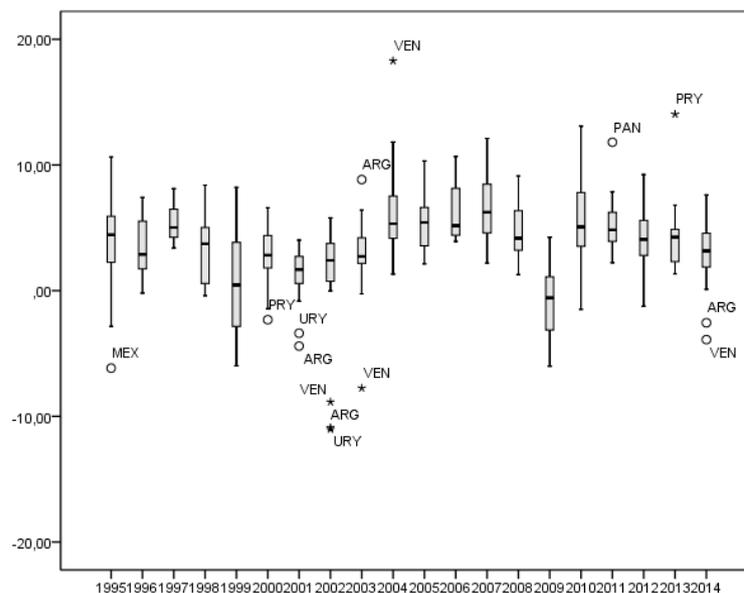


Gráfico 19 - Box-plot da Taxa de Crescimento do PIB por Ano



O México no gráfico 18 possui 2 *outliers*, já no gráfico 19 apresenta apenas um. O primeiro caso destoante do México, observável no gráfico 19, ocorreu em 1995. O segundo ocorreu em 2009, com um crescimento negativo de -4,74%. A Colômbia só aparece no gráfico 18, quando obteve um crescimento negativo de -4,20% em 1999. O Panamá aparece no gráfico 19 apenas uma vez, com uma alta taxa de crescimento, 11,80% em 2011. O gráfico 14 também apresenta o caso destoante do ano de 2007, com um crescimento de 12,11. A

Venezuela possui 4 casos destoantes no gráfico 15: em 2002, 2003, 2004 e 2014. O gráfico 14 incluiu mais um *outlier*: uma retração de -5,97% em 1999. Os casos destoantes que se repetiram nos gráficos 18 e 19 foram: Argentina, em 2001, 2002, 2003 e 2014; Paraguai em 2000 e 2013; e Uruguai em 2001 e 2002.

Calderón e Sánchez (2012: 135-136) apontam que, no longo prazo, existiu um processo de estagnação ou de baixas taxas de crescimento do PIB mexicano. Embora tenha havido aumentos significativos nos anos de 1996, 1997, 1998, 2000 e 2006, estes vieram acompanhados de momentos críticos, especialmente em 1995 e 2009 (onde ocorreram os casos destoantes nos gráficos 18 e 19).

O baixo crescimento econômico do México em 1995 pode ser explicado pela grave crise econômica que o país sofreu em 1994. A crise criou uma conjuntura interna de grande instabilidade, comprometendo a economia mexicana, e resultando em uma imensa fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro, após a queda do Peso em dezembro de 1994 (BASTOS, 2009: 88).

Após a metade da década de 1990, o país enfrentou sérias dificuldades para controlar a economia, com déficit na balança comercial, déficit em conta corrente e grande dependência de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Com grau acentuado de abertura econômica, mostrava-se pouco favorável ao crescimento e ao desenvolvimento econômico, fazendo com que o país enfrentasse sérias dificuldades para sanar seus compromissos internacionais ⁴⁵.

A retração mexicana de 2009 foi resultado da crise financeira que começou nos EUA, onde mais de 433 mil empregos foram perdidos no setor privado, a maioria deles na indústria e serviços (CALDERÓN e SÁNCHEZ, 2012: 140-142).

Bastos (2009: 109) observou que nos primeiros anos de adesão ao Mercosul (1991-1995) a Argentina e o Uruguai obtiveram aumentos expressivos no PIB ⁴⁶. Contudo, entre 1996 e 2005 houve uma queda no crescimento do PIB de todos os países fundadores do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai –, o que converge com o período de alguns casos destoantes abaixo da média: Argentina, de 2001 a 2003; Uruguai, em 2001 e 2002; e o Paraguai no ano 2000 ⁴⁷.

⁴⁵ Ibidem, p. 89.

⁴⁶ A Argentina cresceu em média -2,1% no período anterior ao Mercosul (1980-1990) e 4,4% em média nos cinco anos depois da entrada no bloco (1991-1995). O Uruguai cresceu de -0,6% (1980-1990) para 3,4% (1991-1995). Enquanto que o Brasil cresceu de -0,4% (1980-1990) para 1,5% (1991-1995) e o Paraguai obteve 0% em ambos os períodos (BASTOS, 2009: 109).

⁴⁷ A média de crescimento econômico da Argentina caiu de 4,4% (1991-1995) para 1,4% (1996-2005). A do Uruguai caiu de 3,4% (1991-1995) para 1% (1996-2005). A do Brasil caiu de 1,5% (1991-1995) para 0,7% (1996-2005). E a do Paraguai caiu de 0% (1991-1995) para -1,3% (1996-2005) (BASTOS, 2009: 109).

De acordo com Bastos (2009: 109), a queda no crescimento econômico dos países do Mercosul é uma das consequências das fortes crises econômicas internacionais da década de 1990, a saber: a Crise Mexicana (1994), a Crise Asiática (1997) e a Crise Russa (1998). Essas crises desestimularam novos investimentos e limitaram a capacidade de crescimento da produção no bloco, fomentando políticas cambiais de desvalorização das moedas nacionais.

Em 1999 a Colômbia experimentou uma das recessões mais profundas na América Latina, com uma redução de 4,5% no PIB. Em termos reais, o rendimento per capita em 1999 era inferior a 7% em relação ao nível em 1997 (VILLAR e RINCÓN, 2000: 1).

É possível identificar dois processos distintos por trás dessa crise. O primeiro foi um rápido aumento da despesa pública após a Reforma Constitucional de 1991. Durante a primeira parte desse processo, o aumento dos gastos do governo foi acompanhado por um aumento semelhante nas receitas fiscais. Mais tarde, esses gastos elevados levaram o déficit do governo central a níveis que nunca tinham sido observados na economia colombiana⁴⁸.

Em segundo lugar, houve um ciclo profundo de endividamento do setor privado, que financiava um *boom* de consumo e investimento sem precedentes. Os níveis de despesas privadas aumentaram muito entre 1992 e 1994. Entre 1995 e 1997, devido a um aumento nas taxas de juros reais, a despesa privada começou a declinar. Entretanto, os níveis de dívidas privadas continuaram a crescer e em 1999 os credores estrangeiros e nacionais perceberam, de forma abrupta e dramática, que a dívida privada tinha ido muito mais longe do que a capacidade de pagar⁴⁹.

O Panamá em 2014 foi a economia que cresceu mais rápido na América Central (TARAJIA e GOODRIDGE, 2014:286). Esse crescimento foi possível devido à expansão do Canal do Panamá e aos enormes investimentos em infraestrutura por parte dos setores público e privado. O investimento estrangeiro também aumentou devido ao forte sistema bancário do Panamá e a sua posição estratégica como um centro comercial com os principais ativos logísticos, incluindo portos e zonas livres de impostos. O crescimento médio anual do PIB para o período entre 2007 (primeiro *outlier*) e 2011 (segundo *outlier*) foi de 9%⁵⁰.

Segundo o relatório do Banco Mundial, o Paraguai teve em 2013 o terceiro maior crescimento econômico do mundo: 14,1%. Segundo apurou a BBC Brasil, o crescimento econômico no país esteve ligado a uma série de fatores, entre os quais a maior diversificação de suas exportações (tentando diminuir sua dependência do Brasil) e uma maior abertura

⁴⁸ Ibidem, p. 1.

⁴⁹ Ibidem, p. 1-2.

⁵⁰ Ibidem, p. 286.

econômica, que incluiu uma legislação tributária definida como "simples" em relação a outros países, incluindo o Brasil ⁵¹ (CARMO, 2014).

O crescimento negativo da Argentina em 2014 pode ser explicado pela intensificação da crise internacional, com a queda no crescimento da China e o baixo crescimento nos Estados Unidos e na União Europeia, bem como no Brasil. O crescimento do PIB no país caiu muito, indo a aproximadamente 3%, em 2013, e a -2,56%, em 2014 (SCHINCARIOL e FERNANDEZ, 2014:64).

A Venezuela apareceu com 4 *outliers* de crescimento econômico negativo, nos anos de 1999, 2002, 2003 (governo Chávez) e 2014 (governo de Nicolás Maduro). Entretanto, no ano 2004 (governo Chávez) apresentou um caso destoante bem acima da média.

Desde o início do seu governo, em 1999, a agenda de Hugo Chávez encarnou um projeto de transformações radicais inevitavelmente associadas a uma intensificação do conflito político. Assim que foi eleito presidente, Chávez convocou uma assembleia constitucional para introduzir mudanças profundas no sistema político da Venezuela. A nova constituição resultante de 1999 foi concebida com o objetivo de aprofundar os direitos sociais e econômicos, mas também os poderes presidenciais ⁵². Em novembro de 2000, a maioria do governo na Assembléia Nacional concedeu ao presidente Chávez poderes de decreto de um ano e assim ele avançou com sua agenda de reformas radicais. Um conjunto de 49 leis que pretendiam trazer o quadro jurídico da Venezuela atualizado com a nova Constituição e reformas econômicas e empresariais de longo alcance foi apresentado um ano depois (VERAS, 2015: 6-7).

As reformas levantaram questões sobre futuros direitos de propriedade e execução de contratos, e o protesto contra essas leis foi imediato. A Fedecamaras, a maior câmara de comércio do país que une a maior parte das grandes empresas da Venezuela, queixou-se de que as leis eram antiempresariais e prejudicava os direitos de propriedade privada. A principal federação sindical venezuelana, a Confederação de Trabalhadores Venezuelanos (CTV), rapidamente se juntou à briga, argumentando que as leis também eram prejudiciais para os trabalhadores. O resultado da forte oposição ao governo por parte dos trabalhadores sindicais

⁵¹ Link da notícia: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140119_paraguai_economia_pai_mc

⁵² A Constituição de 1999 reforçou o poder do Executivo, estendendo o mandato presidencial de 5 a 6 anos, possibilitando a reeleição por mais um período e fortalecendo o poder do presidente sobre as Forças Armadas. Houve uma maior centralização com menor autonomia para os poderes regionais e municipais e o Banco Central (VERAS, 2015: 7).

(em torno da CTV) e da comunidade empresarial (em torno de Fedecamaras) foi uma greve geral em 10 de dezembro de 2001 ⁵³.

Vera (2015: 28) relata que durante 2002 e 2003, ou seja, durante dois casos destoantes de crescimento negativo no país (gráficos 18 e 19), houve o primeiro colapso da economia da Venezuela. Colapso este que ocorreu devido às inconsistências políticas e econômicas das reformas radicais e duradouras realizadas logo no início de seu governo, inconciliáveis com um sistema de livre convertibilidade e de uma taxa de câmbio fixa com o equilíbrio externo. Isso em conjunto com um golpe de Estado frustrado e uma série de greves que ocorreram durante os primeiros anos de governo ⁵⁴.

Em 2004, a Venezuela apresentou um caso destoante positivo, aparecendo com um alto crescimento de 18,3%. O sucesso dos programas redistribucionistas e os anos de recuperação do governo Chávez foram muito apoiados pelo espectacular aumento dos preços do petróleo. O desempenho macroeconômico foi, assim, influenciado pelo aumento das receitas públicas do petróleo, que serviu para financiar o aumento das despesas públicas. Os preços do petróleo (e as receitas de exportação) quase triplicaram em cinco anos e a partir de 2004 a economia começou a progredir de forma estável.

Finalmente, o ano de 2014, último caso destoante da Venezuela, pode ser contextualizado na análise de Vera (2015: 29). O autor identifica em fevereiro de 2015 o que já é observado no presente trabalho: um fraco desempenho no ano de 2014. Vera relata que a economia venezuelana está sob uma tensão considerável. Com uma inflação de 70%, escassez de bens e uma economia entrando em recessão, Vera aponta que a acumulação de má governança, políticas equivocadas e distorções induzidas ao longo dos anos do governo Nicolás Maduro levaram à erosão da estabilidade macroeconômica. Um governo que até então não mostrava estar pronto para tomar as medidas necessárias para recuperar a estabilidade macroeconômica do país e melhorar suas perspectivas de longo prazo ⁵⁵.

5.2.3.1 Correlações

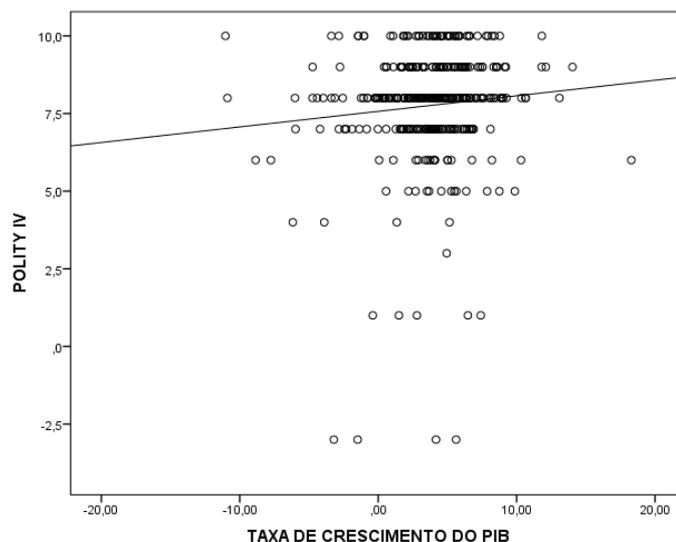
Nesta seção pretende-se identificar o padrão de relacionamento entre a taxa de crescimento do PIB e as variáveis de interesse. O gráfico abaixo mostra a correlação entre democracia e crescimento.

⁵³ Ibidem, p. 6-7.

⁵⁴ Ibidem, p. 28.

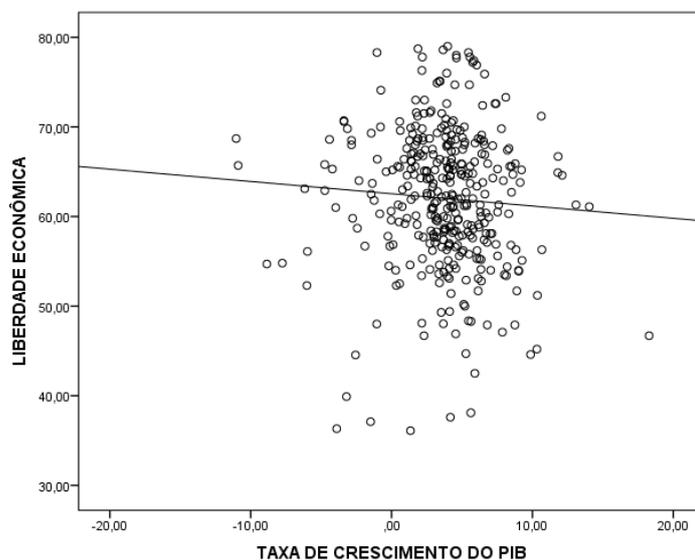
⁵⁵ Ibidem, p. 29.

Gráfico 20 - Correlação entre *Polity IV* e Taxa de Crescimento do PIB



A correlação entre taxa de crescimento do PIB e democracia foi positiva ($r=0,93$), mas não foi estatisticamente significativa, pois obteve um p-valor maior que 0,05 (p-valor=0,078), totalizando 360 casos⁵⁶. O gráfico abaixo mostra a correlação entre taxa de crescimento do PIB e liberdade econômica.

Gráfico 21 - Correlação entre Liberdade Econômica e Taxa de Crescimento do PIB



A correlação entre taxa de crescimento do PIB e liberdade econômica foi negativa, ($r= -0,062$), mas também não foi estatisticamente significativa (p-valor=0,239), totalizando 360 casos⁵⁷.

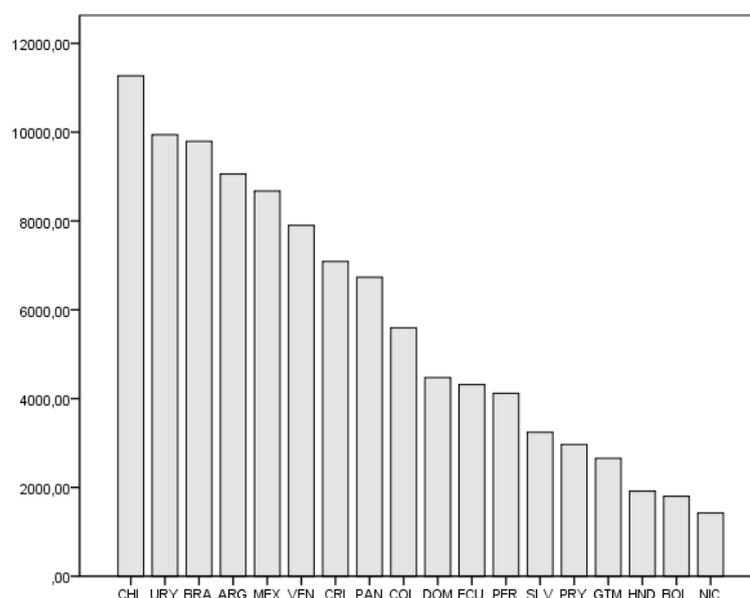
⁵⁶ O coeficiente de determinação (R^2) foi 0,009.

⁵⁷ O coeficiente de determinação (R^2) foi 0,004.

5.2.4 PIB per capita

Lipset (1959: 75) chegou à conclusão de que quanto mais rico um país, maior a probabilidade dele ser democrático. A variável PIB per capita foi introduzida para medir a riqueza dos países da América Latina e verificar se esta riqueza de fato impacta positivamente na qualidade da democracia na região. Além disso, espera-se que países mais pobres tendam a liberalizar mais a economia, a fim de gerar crescimento econômico. O gráfico abaixo mostra as médias do PIB per capita dos países latino-americanos.

Gráfico 22 - PIB per capita por País da América Latina



O Chile e o Uruguai aparecem em primeiro e segundo lugar, respectivamente. Esses dois países também são os mais democráticos da região, pois receberam a nota máxima do *Polity IV* em todos os anos estudados. O resultado também foi parecido com o do índice de liberdade econômica: o Chile tem a maior liberdade econômica da América Latina e o Uruguai a terceira maior.

A Venezuela, apesar de possuir as piores avaliações da democracia e da liberdade econômica e a segunda menor média de crescimento econômico, está entre os 6 maiores PIB per capita da região. De forma parecida acontece com o Brasil: o país possui o terceiro maior PIB per capita, mas ficou apenas em 14º lugar no crescimento do PIB e tem a terceira pior liberdade econômica na região.

A Nicarágua é o país mais pobre da região. Ao longo da década de 1990 os novos presidentes da Nicarágua engajaram-se em políticas neoliberais para tentar melhorar a

economia, mas não obtiveram sucesso (NEGY,2013: 42). O desemprego atingiu cerca de 50% em meados da década de 90, a desigualdade de renda aumentou e a ajuda e assistência externa constituíram a maior entrada de capital (VANDEN, 2012). Na década passada, a economia nicaraguense ainda dependia muito da agricultura, que atingiu em média cerca de 19% do PIB no período de 2002 a 2010 (NEGY,2013: 43).

Como pode ser observado no gráfico 23, não foi possível encontrar casos destoantes entre os casos da variável PIB per capita. Assim como não foram encontrados casos destoantes após a desagregação por ano, no gráfico 24.

Gráfico 23 – Box-plot do PIB per capita

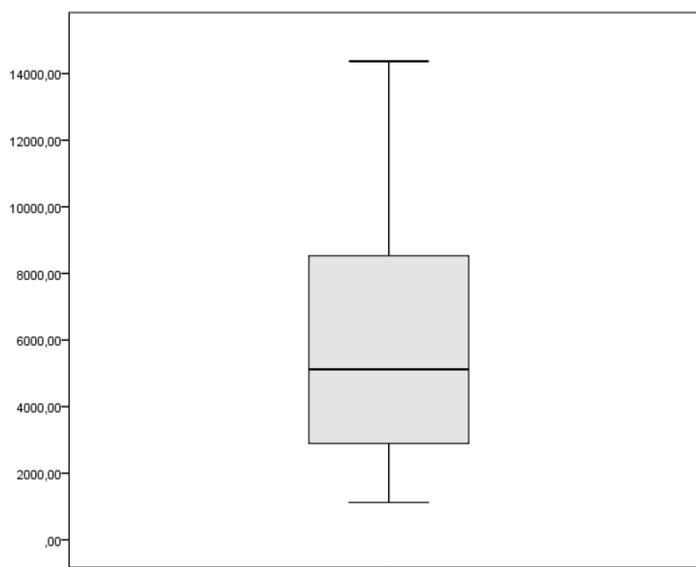
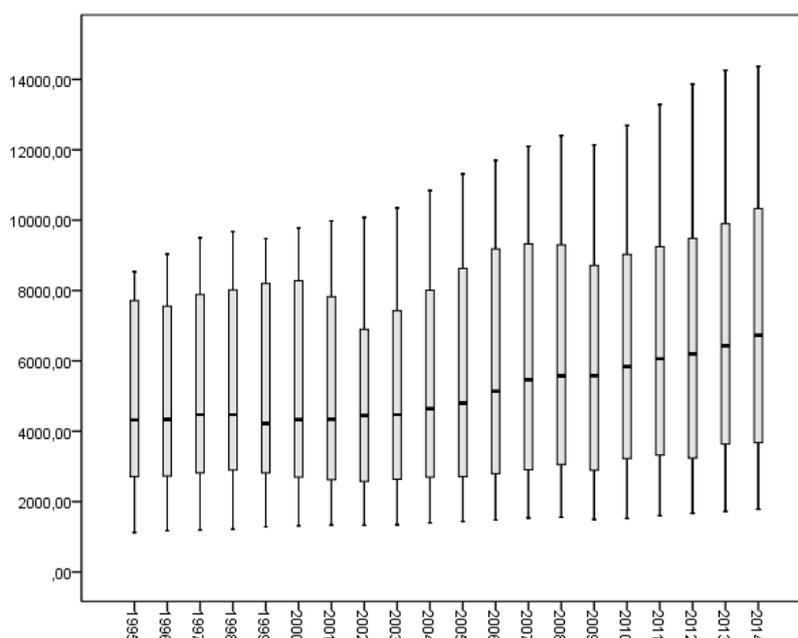


Gráfico 24 – Box-plot do PIB per capita por ano

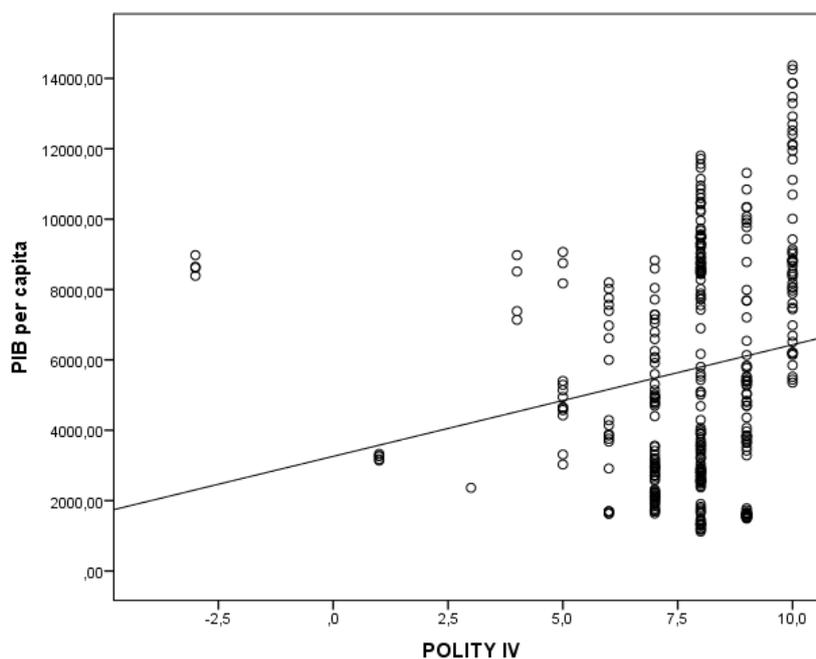


Após a análise do gráfico 24 percebe-se que a América Latina passou por um aumento do PIB per capita na última década. De acordo com Santos (2014: 10), o período entre 2004 e 2012 foi de grande favorecimento às economias com maior exposição a *commodities*. Nesse período o mundo passou por um cenário de elevado aquecimento da demanda por *commodities*, em grande parte motivado pelo consumo chinês. Com a economia global aquecida, grande parte dos países se beneficiaram deste movimento de urbanização na China. Contudo, os países latino-americanos foram talvez os mais favorecidos diante da abundância de recursos naturais e do perfil exportador das economias desta região.

5.2.4.1 Correlações

O gráfico de correlação abaixo mostra o padrão de relacionamento entre o PIB per capita e a democracia.

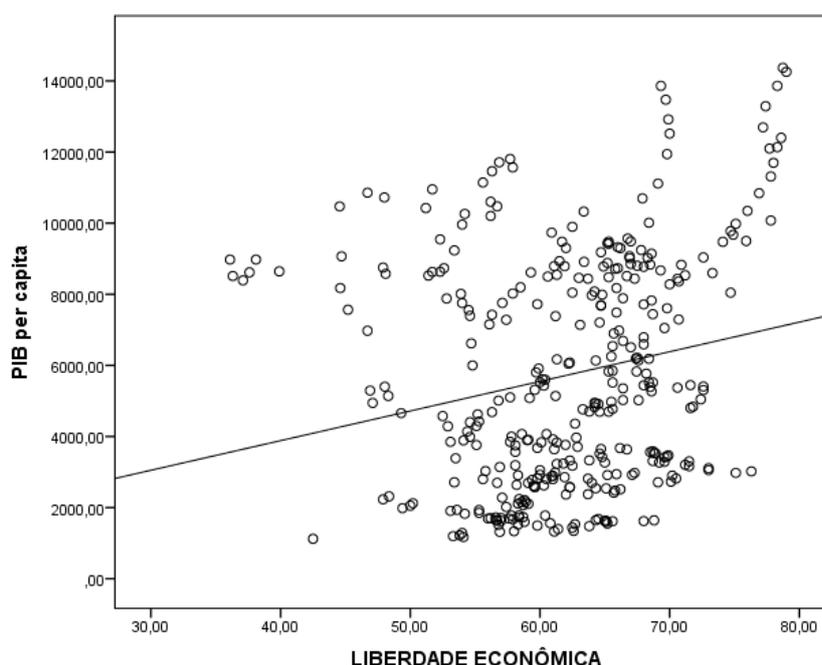
Gráfico 25 - Correlação entre o PIB per capita e o Polity IV



A correlação entre PIB per capita e democracia é de 0,187 (p -valor < 0,000), totalizando 360 casos. O coeficiente de determinação (R^2) mede 0,035, sugerindo que aproximadamente 4% da variância da variável dependente (*Polity IV*) pode ser explicada pela variação da variável independente (PIB per capita). Em particular, a cada 1% a mais de democracia espera-se, em média, um incremento de aproximadamente 0,04% no nível do PIB per capita.

O gráfico 26, a seguir, mostra a correlação entre o PIB per capita e a liberdade econômica. A correlação com a liberdade econômica é ligeiramente maior que a correlação com a democracia, medindo 0,201 ($p\text{-valor} < 0,000$). O coeficiente de determinação (R^2) mede 0,040, sugerindo que aproximadamente 4% da variância da variável dependente (liberdade econômica) pode ser explicada pela variação da variável independente (PIB per capita). Em particular, a cada 1% a mais de liberdade econômica espera-se, em média, um incremento de aproximadamente 0,04% no nível do PIB per capita.

Gráfico 26 - Correlação entre o PIB per capita e a Liberdade Econômica



Após a análise exploratória dos dados foi possível identificar os padrões de relacionamento entre as variáveis, os países que possuem os melhores *rankings*, os casos destoantes que possam enviesar os resultados, e o mais importante: os resultados da estatística descritiva foram contextualizados através de diversas citações de trabalhos científicos nas áreas de ciência política, economia e história, para que o leitor possa entender quais eram as características dos governos e de suas políticas socioeconômicas que geraram esses resultados.

O capítulo a seguir será dedicado aos testes de hipótese, através dos estimadores de dados de painéis dinâmicos FGLS e GMM.

CAPÍTULO 6: RESULTADOS

Este capítulo é dedicado aos testes de hipótese através dos estimadores de dados de painéis dinâmicos *Generalized Method of Moments* (GMM), proposto por Arellano e Bond (1991), e *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), proposto por Parks (1967), para realizar os testes de hipótese.

Para cada um dos estimadores foram testados três modelos com o *Polity IV* como variável dependente e a liberdade econômica como independente; e outros 3 modelos com a liberdade econômica como variável dependente e *Polity IV* como variável independente. O modelo 1 incluiu todas as variáveis independentes de controle: a *lag* da variável dependente (*Polity -1* ou Liberdade Econômica -1); o PIB per capita; a taxa de crescimento do PIB; a estabilidade política; e o capital humano. O modelo 2 utilizou como controles a *lag* da variável dependente e a estabilidade política. Finalmente, o modelo 3 incluiu somente a *lag* da variável dependente como controle. A tabela abaixo mostra os resultados dos estimadores para o *Polity IV* como variável dependente.

Tabela 7 – Resultados dos estimadores FGLS e GMM para o *Polity IV*

Variável Dependente: <i>Polity IV</i>						
	FGLS			GMM		
	1	2	3	1	2	3
<i>Polity -1</i>	0,626*** (0,041)	0,634*** (0,041)	0,138*** (0,043)	0,721*** (0,056)	0,734*** (0,056)	0,742*** (0,047)
Liberdade Econômica	0,039*** (0,010)	0,037*** (0,010)	0,063*** (0,017)	0,062*** (0,018)	0,062*** (0,017)	0,059*** (0,012)
Estabilidade Política	0,350*** (0,132)	0,336*** (0,123)		0,453* (0,263)	0,424* (0,255)	
Crescimento do PIB	0,031** (0,013)			0,034** (0,014)		
PIB per capita	-1,41E-06 (0,000)			-0,000 (0,000)		
Capital Humano	-0,184 (0,270)			-0,418 (0,641)		

Nota: Erro-padrão entre parênteses; * Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%; Todas as regressões incluem um termo constante.

Na tabela 7 os coeficientes do PIB per capita e do capital humano não mostraram significância estatística. A maioria dos demais coeficientes mostraram uma significância a nível de 1%. As exceções foram a taxa de crescimento do PIB, significante a nível de 5% para

ambos os estimadores, e a estabilidade política, significativa a 10% para o estimador GMM (modelos 1 e 2).

A *lag* da variável dependente possui resultados semelhantes para ambos os estimadores. Os coeficientes do estimador FGLS são 0,626 e 0,634, para os modelos 1 e 2, respectivamente. Resultados estes que foram próximos aos do estimador GMM: 0,721 e 0,734, também para os modelos 1 e 2, respectivamente. O modelo 3 obteve resultados mais diferentes entre os estimadores, mas manteve o sinal positivo: no FGLS possui um coeficiente de aproximadamente 0,138, enquanto que no GMM possui um de aproximadamente 0,742, o maior de todas as regressões presentes na tabela 7.

O crescimento do PIB mostrou coeficientes positivos e significativos, ou seja, não rejeitou a hipótese dos autores da teoria da modernização de que um maior crescimento econômico gera mais democracia (LIPSET, 1959; CUTRIGHT, 1963; CUTRIGHT e WILEY, 1969; JACKMAN, 1973; HELLIWELL, 1994; BURKHART e LEWIS-BECK, 1994). Particularmente, para cada ponto adicional de crescimento do PIB, quando controlado pelas demais variáveis, existe um aumento de aproximadamente 3% no nível de democracia.

Em ambos os estimadores, a liberdade econômica apareceu com coeficientes positivos e significativos, rejeitando assim a hipótese nula. Entretanto, ocorreu um resultado não esperado: a estabilidade política mostrou ter um maior impacto positivo sobre a democracia que a liberdade econômica.

A liberdade econômica possui coeficientes de aproximadamente 0,04 nos modelos 1 e 2 no estimador FGLS e de aproximadamente 0,06 no modelo 3 do FGLS. Isso significa que a cada ponto adicional de liberdade econômica, quando controlada por todas as variáveis ou apenas pela *lag* da variável dependente e pela estabilidade política, é gerado um aumento em torno de 4% na qualidade da democracia na América Latina. Quando controlada apenas pela *lag* da variável dependente, cada ponto adicional de liberdade econômica aumenta em 6% a democracia. No estimador GMM, cada ponto adicional de liberdade econômica representa um aumento em torno de 6% na democracia, para todos os diferentes controles nos 3 modelos.

A estabilidade política possui um impacto sobre a democracia de aproximadamente 0,350 e 0,336 nos modelos 1 e 2, respectivamente, do estimador FGLS; e 0,453 e 0,424, nos modelos 1 e 2, respectivamente, do estimador GMM. Esses resultados sugerem que a cada ponto adicional de estabilidade política, quando controlada por todas as variáveis, ocorre um aumento em torno de 34% (no estimador FGLS) e 45% (no estimador GMM) na democracia latino-americana. Quando controlada apenas pela *lag* da variável dependente e pela liberdade

econômica, cada ponto adicional de estabilidade gera um aumento em torno de 35% (no estimador FGLS) e 43% (no estimador GMM) na democracia.

Os resultados sugerem que, apesar de existir um impacto positivo da liberdade econômica sobre a democracia, ao controlar pelas demais variáveis, a estabilidade política possui maiores coeficientes. A tabela abaixo mostra os resultados das regressões para a liberdade econômica como variável dependente.

Tabela 8 – Resultados dos estimadores FGLS e GMM para a Liberdade Econômica

Variável Dependente: Liberdade Econômica						
	FGLS			GMM		
	1	2	3	1	2	3
Liberdade Econômica -1	0,947*** (0,021)	0,831*** (0,031)	0,931*** (0,022)	0,895*** (0,049)	0,950*** (0,045)	0,998*** (0,038)
<i>Polity IV</i>	0,106 (0,090)	0,176 (0,124)	0,186** (0,087)	0,456*** (0,106)	0,392*** (0,106)	0,248** (0,098)
Estabilidade Política	0,563** (0,263)	0,842** (0,386)		0,648 (0,487)	0,977** (0,487)	
Crescimento do PIB	0,007 (0,035)			-0,051 (0,032)		
PIB per capita	-5,06E-06 (0,000)			0,000** (0,000)		
Capital Humano	-0,817 (0,526)			-2,119* (1,193)		

Nota: Erro-padrão entre parênteses; * Significativo a 10%; ** Significativo a 5%; *** Significativo a 1%; Todas as regressões incluem um termo constante.

Na tabela 8 os coeficientes da taxa de crescimento do PIB não mostraram significância estatística em ambos os estimadores. A *lag* da variável dependente mostrou resultados positivos e significativos a 1% tanto no FGLS, quanto no GMM. No estimador FGLS não houve significância para o PIB per capita e nem para o capital humano, o *Polity IV* foi significante apenas no modelo 3 a nível de 2%, e a estabilidade política também foi significante a 2%, nos modelos 1 e 2. O estimador GMM mostrou mais coeficientes significativos: o *Polity IV* foi significante a 1% nos modelos 1 e 2, e a 2% no modelo 3; a estabilidade política foi significativa apenas no modelo 2, a nível de 2%; o PIB per capita também também foi significante ao nível de 2%; e o capital humano obteve um resultado significante a nível de 10%.

O capital humano mostrou um efeito negativo sobre a liberdade econômica no estimador GMM, o que não era esperado. Uma possível explicação seria a de que um baixo capital humano estaria associado a países menos desenvolvidos, que por sua vez tenderiam a liberalizar mais a economia a fim de gerar crescimento econômico.

O impacto positivo da democracia sobre a liberdade econômica ocorre em todos os modelos no estimador GMM, mas no FGLS ocorre apenas no modelo 3, ou seja, quando controlada apenas pela *lag* da variável dependente.

A segunda hipótese também não foi rejeitada, ou seja, o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto da relação inversa. A democracia no estimador GMM mostra coeficientes de aproximadamente 0,456, 0,392 e 0,248 nos modelos 1, 2 e 3, respectivamente. No modelo 3 do estimador FGLS o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é de aproximadamente 0,186. Enquanto que o impacto da liberdade econômica sobre a democracia, na tabela 7, não chega a 0,065 em nenhum dos estimadores.

Os resultados sugerem que, controlando por todas as variáveis propostas, a cada ponto adicional de democracia tem-se um aumento de 46% na liberdade econômica. Quando controlada pela *lag* da variável dependente e pela estabilidade política, seu impacto cai para 39% a mais de liberdade econômica para cada ponto adicional de democracia. Quando controlada apenas pela *lag* da variável dependente, seu impacto é de 25% a mais de liberdade econômica para cada ponto adicional de democracia.

Entretanto, o resultado inesperado presente nas regressões com o *Polity IV* como variável dependente ocorre de forma similar com a liberdade econômica como dependente. A estabilidade política mostra ter um impacto maior sobre a variável dependente que a variável de interesse no estimador FGLS: a estabilidade possui coeficientes de aproximadamente 0,563 e 0,842 nos modelos 1 e 2, respectivamente, enquanto que o *Polity IV* não mostra resultados significativos nas mesmas regressões.

No estimador GMM, a estabilidade possui coeficientes maiores que os do *Polity IV*, entretanto, no modelo 1 a estabilidade não mostra um resultado significativo, ou seja, o modelo 1 do estimador GMM mostra a democracia com um resultado melhor que o da estabilidade em termos de significância estatística. Nesse modelo o *Polity IV* aparece com um coeficiente de 0,456 (p-valor<0,01), significando que, controlando por todas as variáveis, para ponto adicional de democracia existe um aumento de aproximadamente 46% na liberdade econômica. Já no modelo 2, a estabilidade mostra um coeficiente maior e significativo: 0,977 (p-valor<0,05), enquanto que o *Polity IV* possui apenas 0,392 (p-valor<0,01).

Os resultados mostram que as duas hipóteses da presente pesquisa não foram rejeitadas: existe uma relação de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica na América Latina e o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto do efeito inverso. Entretanto, os resultados devem ser interpretados com cautela, pois a estabilidade política, variável de controle, mostrou maiores coeficientes que as variáveis de interesse tanto no impacto sobre a democracia, quanto no impacto sobre a liberdade econômica (com exceção da ocorrência de um caso sem significância estatística no modelo 1 do estimador GMM com a variável dependente liberdade econômica). A outra ressalva é que não houve resultados significativos para a segunda hipótese nos modelos 1 e 2 do estimador FGLS para o impacto da democracia sobre a liberdade econômica (tabela 8).

Esses resultados sugerem que países com maior estabilidade política possuem maiores chances de terem democracias de qualidade e mais liberdade econômica, corroborando a hipótese de Clague et al (1996) de que a estabilidade de um regime, seja ele democrático ou autoritário, mostrou estar positivamente associada à liberdade econômica. Entretanto, os coeficientes positivos da democracia sobre a liberdade econômica também convergem com o outro achado de Clague et al (1996), o de que as democracias proporcionam maior segurança para direitos contratuais e de propriedade do que as autocracias. Por sua vez, os coeficientes positivos da liberdade econômica sobre a democracia converge com os achados de Farr et al (1998) de que a liberdade econômica tem um efeito positivo na liberdade política.

CONCLUSÃO

Existe uma relação de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica na América Latina? Aixalá e Fabro (2009) revelaram um círculo virtuoso: a liberdade econômica gera crescimento econômico e este crescimento promove liberdades políticas. Seguindo este caminho, o presente trabalho buscou testar se a democracia promove a liberdade econômica na América Latina e se esta liberdade promove a democracia na região, para o período de 1995 a 2014.

Antes da análise da estatística descritiva foram discutidos trabalhos de ao menos três vertentes da literatura: qualidade da democracia, democracia e crescimento econômico e democracia e liberdade econômica.

Os estudos de teoria democrática foram discutidos mostrando a evolução do conceito de democracia, sobre a concepção minimalista e os conceitos de regimes híbridos. Como o presente trabalho insere-se entre os estudos regionais de política comparada, a inclusão do debate sobre a qualidade da democracia na América Latina foi de suma importância. A América Latina foi escolhida para ser estudada porque, nas palavras de Mazzuca (2007), muitas democracias na América Latina são o produto de eleições livres, mas poucas delas resistem à tentação de abusar do poder político que foi conquistado através do processo eleitoral.

Portanto, é importante discutir em que pontos a democracia latino-americana está avançando principalmente no âmbito da garantia dos direitos de propriedade e liberdade de investimento, pois de acordo com Hayek (1944: 69-70) e Friedman (1962: 9) uma democracia não se sustenta sem a livre disposição sobre a propriedade privada e um mercado livre.

A literatura sobre democracia e crescimento econômico foi debatida desde a teoria da modernização de Lipset (1959) aos diversos estudos mais recentes que apontavam a democracia impactando no desenvolvimento econômico. Os estudos mostraram que os aspectos dos desenhos de pesquisa nessa literatura são muito próximos aos que tratam da relação entre democracia e liberdade econômica. Foi verificada uma lacuna existente entre os estudos regionais sobre o tema, especialmente sobre a direção da relação entre democracia e liberdade econômica.

Neste trabalho foi proposta, além da análise dos resultados da estatística descritiva, uma contextualização econômica e política. Cada caso destoante foi descrito não só pelos números, mas também pelas medidas econômicas dos governos e pelos abusos de poder durante

avaliações ruins do regime. Em suma, foi mostrado o que a comunidade acadêmica denunciava que estava acontecendo naquele país no momento em que os resultados foram excelentes ou desastrosos.

Através da análise da estatística descritiva ficaram evidentes indícios de que existe um padrão de relacionamento positivo entre democracia e liberdade econômica na América Latina. O Chile, por exemplo, recebeu a nota máxima na avaliação do *Polity IV* em todos os anos estudados e é hoje o país mais economicamente livre da América Latina, o que mostrou ser consequência da redemocratização e dos governos da coalização de esquerda *Concertación*, especialmente durante o governo de Michelle Bachelet (2006-2010), comprometidos com o neoliberalismo (NAVIA, 2009).

No outro extremo está a Venezuela: a pior avaliação de regime e a economia mais repressora da região. A “revolução” Chávez-Maduro é melhor entendida como consequência do desmantelamento das instituições econômicas liberais da Venezuela (FARIA e FILARDO, 2015:382). Nas palavras de Lawson e Clark (2010), ao privilegiar certos direitos políticos sobre a liberdade econômica, os venezuelanos terminaram sem liberdade alguma.

Os resultados mostram que as duas hipóteses da presente pesquisa não foram rejeitadas: existe uma relação de bicausalidade entre democracia e liberdade econômica na América Latina e o impacto da democracia sobre a liberdade econômica é maior que o impacto do efeito inverso. Entretanto, os resultados devem ser interpretados com cautela, pois a estabilidade política, variável de controle, mostrou maiores coeficientes que as variáveis de interesse tanto no impacto sobre a democracia, quanto no impacto sobre a liberdade econômica (com exceção da ocorrência de um caso sem significância estatística no modelo 1 do estimador GMM com a variável dependente liberdade econômica). A outra ressalva é que não houve resultados significativos para a segunda hipótese nos modelos 1 e 2 do estimador FGLS para o impacto da democracia sobre a liberdade econômica (tabela 8).

Esses resultados sugerem que países com maior estabilidade política possuem maiores chances de terem democracias de qualidade e mais liberdade econômica, corroborando a hipótese de Clague et al (1996) de que a estabilidade de um regime, seja ele democrático ou autoritário, mostrou estar positivamente associada à liberdade econômica. Entretanto, os coeficientes positivos da democracia sobre a liberdade econômica também convergem com o outro achado de Clague et al (1996), de que as democracias proporcionam maior segurança para direitos contratuais e de propriedade do que as autocracias. Por sua vez, os coeficientes positivos da liberdade econômica sobre a democracia convergem com os achados de Farr et al (1998) de que a liberdade econômica tem um efeito positivo na liberdade política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. (2002). **Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution.** Q. J. Econ. 117, 1231–1294

ACEMOGLU, Daron (2008) “**Oligarchic Vs. Democratic Societies**” Journal of the European Economic Association, 6 (1), 1–44.

ACEMOGLU, Daron, James ROBINSON and Rafael J. SANTOS-VILLAGRAN. 2013. **"The Monopoly of Violence: Evidence from Colombia."** Journal of the European Economic Association 11(s1): 5-44.

ACEMOGLU, Daron, Suresh NAIDU, Pascual RESTREPO, and James A. ROBINSON (2014). **Democracy Does Cause Growth**, NBER Working Paper No. 20004.

ACKERMAN, Bruce (2000). **The new separation of powers.** *Harvard Law Review*, vol. 113, n.3. (p. 634 a 725) [Disponível em: http://www.palermo.edu/derecho/eventos/pdf/Ackerman_The_New_Separation_of_Powers_HLR.pdf]

AIXALÁ, J., & FABRO, G. (2009). **Economic freedom, civil liberties, political rights and growth: a causality analysis.** *Span Econ Rev*, Vol. 11, 165-178.

ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando; & PRZEWORSKI, Adam. (1996). **Classifying political regimes.** *Studies in Comparative International Development*, 31(2), 1-37.

ARAT, Zehra F. (1991). **Democracy and human rights in developing countries.** Boulder, CO: Lynne Rienner.

ARATO, Andrew. **Representação, soberania popular, e accountability.** Trad. de Heloísa B. de Almeida. *Lua Nova*, n. 55-56, 2002. (p. 85 a 103) [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a04n5556.pdf>]

ARELLANO, Manuel, and Stephen BOND. 1991. **“Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations.”** *Review of Economic Studies* 58:277–297.

ARMIJO, Leslie Elliott and GERVASONI, Carlos (2010) **'Two dimensions of democracy and the economy'**, *Democratization*, 17: 1, 143 — 174. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13510340903453708>

BALBI, Carmen Rosa; PALMER, David Scott. **Reconstruyendo la democracia en Perú: crisis y transición en la caída de Fujimori**. Iconos, Revista de Ciencias Sociales, Flacso-Ecuador, n. 12, novembro de 2001.

BALTAGI, Badi H. (2005), **Econometric Analysis of Panel Data**. John Wiley & Sons Ltd 3^o ed. England.

BARRO, Robert J. **Government spending in a simple model of endogenous growth**. National Bureau of Economic Research, 1990.

BARRO, Robert J. (1996). **Democracy and growth**. J Econ Growth, Vol. 1, No. 1, 1-27.

BARRO, R. J. & LEE, J. W. (2013). **A new data set of educational attainment in the world, 1950–2010**. *Journal of development economics*, 104, 184–198.

BASTOS, Luciana Aparecida. **Avaliação do Desempenho comercial do Mercosul: 1994-2005**. 182 páginas, Tese de Doutorado em Economia, Departamento de História, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

BAUER, P. T. (1957). **Economic analysis and policy in underdeveloped countries**. Durham, North Carolina: Duke University Press.

BEACH, W.W. and M.A. MILES (2004): **“Explaining the Factors of Index of Economic Freedom”**, 2004 Index of Economic Freedom, Washington D.C.: The *Heritage* Foundation and New York: The Wall Street Journal.

BECK, Nathaniel, Jonathan N. KATZ, R. Michael ALVAREZ, Geoffrey GARRETT, and Peter LANGE. 1993. **“Government Partisanship, Labor Organization, and Macroeconomic Performance: A Corrigendum.”** *American Political Science Review* 87:945-48.

BECK, Nathaniel and KATZ, Jonathan N., **What to Do (and Not Do) with Time-Series Criss-Section Data**. *American Political Science Review*, Vol. 89, No. 3, September 1995. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1658640> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1658640>

BOLLEN, Kenneth A. (1980). **Issues in the comparative measurement of political democracy**. *American Sociological Review*, 45(2), 370-390.

BOLLEN, Kenneth A. (1990). **“Political Democracy: Conceptual and Measurement Traps.”** *Studies in Comparative International Development*, Spring, 7–24.

BOLT, J., VAN ZANDEN, J.L., 2013. **The first update of the Maddison project: re-estimating growth before 1820**. Maddison Project Working Paper 4. Available at <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/publications/wp4.pdf> (accessed September 2014).

BURKHART, R.E. and LEWIS-BECK, M. (1994) '**Comparative Democracy, the Economic Development Thesis**', *American Political Science Review*, 88(4): 903–910.

CALDERÓN, Cuauhtémoc; SÁNCHEZ, Isaac. **Crecimiento económico y política industrial en México**. *Revista Problemas del Desarrollo*, 170 (43), julio-septiembre 2012.

CAMERON, Maxwell A. **Self-Coups: Peru, Guatemala, and Russia**. *Journal of Democracy* Volume 9, Number 1, January 1998.

CARMO, Márcia. **Paraguai descola do Brasil e tem 3º maior crescimento do mundo em 2013**. De Buenos Aires para a BBC Brasil, 23 janeiro 2014. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140119_paraguai_economia_pai_mc Acesso em 11 nov. 2016.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, **Panorama Social de América Latina**, 2015, (LC/G.2691-P), Santiago, 2016.

CHAMARBAGWALA, Rubiana; MORÁN, Hilcías E. **The human capital consequences of civil war: Evidence from Guatemala**. *Journal of Development Economics* 94 (2011) 41–61.

CHEIBUB, J.A.; GANDHI, J.; VREELAND, J.R., 2010. **Democracy and dictatorship revisited**. *Public Choice* 143, 67–101.

COPPEDGE, Michael, & REINICKE, Wolfgang H. (1991). **Measuring polyarchy**. In Alex Inkeles (Ed.), *On measuring democracy: Its consequences and concomitants* (p. 47-68). New Brunswick, NJ: Transaction.

CORRALES, Javier. **The Authoritarian Resurgence: Autocratic Legalism in Venezuela**. *Journal of Democracy* Volume 26, Number 2 April 2015.

CRUZ, Poliano Bastos da; TEIXEIRA, Arilton; MONTE-MOR, Danilo Soares. **O Efeito da Desigualdade da Distribuição de Renda no Crescimento Econômico**. *Revista Brasileira de Economia*, 69(2), 163–186, Abr-Jun 2015.

CUTRIGHT, P. '**National Political Development: Its Measurement and Social Correlates**', in N. Polsby, R.A. Denther, and P.A. Smith (eds) *Political and Social Life*, Boston, MA: Houghton Mifflin, 569–582, 1963.

CUTRIGHT, P. and WILEY, J.A. (1969) '**Modernization and Political Representation: 1927–1966**', *Studies in Comparative International Development*, 5(2): 23–44.

DAHL, R. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press; 1971.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. Trad. de Patrícia F. Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DAHLBERG, STEFAN, Sören HOLMBERG, Bo ROTHSTEIN, Anna KHOMENKO & Richard SVENSSON. 2016. **The Quality of Government Basic Dataset**, version Jan16. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute, <http://www.qog.pol.gu.se> doi:10.18157/QoGBasJan16

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

DAVIS, D.E. and BRACHET-MÁRQUEZ, V. (1997) **‘Rethinking Democracy: Mexico in Historical Perspective’**, Comparative Studies in Society and History, 39(1), pp. 86–119.

DAWSON, John W. **Causality in the freedom–growth relationship**. European Journal of Political Economy. Vol. 19. p. 479–495, 2003.

DE HAAN, Jacob and STURM, Jan-Egbert (2000). **On The Relationship between Economic Freedom and Economic Growth**, European Journal of Political Economy. 16(2): 215–41.

DE HAAN, J., & STURM, J. E. (2003). **Does more democracy lead to greater economic freedom? New evidence for developing countries**. European Journal of Political Economy, Vol. 19, 547-563.

DE LA ESCOSURA, L.P., 2012. **Output per head in pre-independence africa: quantitative conjectures**. Available at <http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/15876/wp%2012-11.pdf?sequence=1> (accessed September 2014)

DE MELO, M., DENIER, C., GELB, A. **Patterns of transition From Plan to Market**. World Bank Economic Review Vol. 10, N. 3. p. 397-424. Sep, 1996.

DE MELO, M., DENIER, C., GELB, A., Tenet, S., 1997. **Circumstances and choice: the role of initial conditions and policies in transition economies**. Policy Research Working Paper 1866. The World Bank, Washington, DC.

DETHIER, J.-J., GHANEM, H., ZOLI, E., 1999. **Does democracy facilitate economic transition? An empirical study of Central and Eastern Europe and the former Soviet Union**. Journal for Institutional Innovation, Development and Transition 3, 15– 30.

DIAMOND, Larry e MORLINO, Leonardo (2005). **“Introduction”** in Diamond, Larry and Leonardo Morlino (eds.). Assessing the Quality of Democracy. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp, ix-xliii.

DIAMOND, Larry (2012). “**Por que não há democracias árabes?**” in *Journal of Democracy*, vol. 1, no. 2, pp. 17-35.

DINIZ, Eli. **Desenvolvimento e estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI.** Revista de Sociologia e Política V. 21, Nº 47: 09-20 Set. 2013.

DOUCOULIAGOS, H. and Mehmet. A. ULUBASOGLU (2008) **Democracy and economic growth: a meta-analysis.** American Journal of Political Science 52, 61–83.

DUBE, Oeindrila and NAIDU, Suresh. **Bases, Bullets and Ballots: the Effect of U.S. Military Aid on Political Conflict in Colombia.** NBER Working Paper No. 20213 June 2014

DUDLEY, Steven S. 2004. **Walking Ghosts: Murder and Guerrilla Politics in Colombia.** New York: Routledge.

FARIA, Hugo J. ; FILARDO, Leonor. **Venezuela: Without Liberals, There Is No Liberalism.** ECON JOURNAL WATCH 12(3) September 2015: 375–399.

FARR, W., LORD, K. R. A., WOLFENBARGER, J. L. (1998). **Economic freedom, political freedom, and economic well-being: a causality analysis.** Cato J, Vol. 18, No. 2, 247-262.

FEENSTRA, Robert C., Robert INKLAAR and Marcel P. TIMMER (2015), "**The Next Generation of the Penn World Table**" *American Economic Review*, 105(10), 3150-3182, available for download at www.ggdc.net/pwt

FIDRMUC, J., 2003. **Economic reform, democracy and growth during post-communist transition.** European Journal of Political Economy 19, 583–604.

FIGUEIREDO FILHO; Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r).** Revista Política Hoje, v. 18, n. 8, p. 115-146, 2009. Disponível em: <http://www.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/view/6>

FIGUEIREDO FILHO, D., SILVA JUNIOR, J. e ROCHA, E. (2011). “**O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)**” Revista Política Hoje, v. 20, 1, 44-99.

FINDLAY, Ronald. **The New Political Economy: Its Explanatory Power For LDCS*.** Economics & Politics, v. 2, n. 2, p. 193-221, 1990.

FOWERAKER, J. and LANDMAN, T. (1997) **Citizenship Rights and Social Movements: A Comparative and Statistical Analysis,** Oxford: Oxford University Press.

FOWERAKER, J. and LANDMAN, T. (1999) '**Individual Rights and Social Movements: A Comparative and Statistical Inquiry**', *British Journal of Political Science*, 29 (April): 291–322.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. The University of Chicago Press, Chicago. 1962.

FUKUYAMA, F. **The End of History and The Last Man**. Penguin, London. 1992.

G1. **Três jornais venezuelanos param de circular por falta de papel. Não circularam 'La Verdad', 'El Regional' e 'Qué Pasa'. O único provedor de papel é o do governo**. Publicada em 23/11/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/tres-jornais-venezuelanos-param-de-circular-por-falta-de-papel.html> Acesso em 28/12/2016.

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 27-42, fev. 2011.

GASIOROWSKI, Mark J. (1996). **An overview of the political regime change dataset**. *Comparative Political Studies*, 29(4), 469-483.

GERRING, J., P. BOND, William T. BARNDT and C. MORENO (2005). **Democracy and economic growth: a historical perspective**. *World Politics* 57, 323–364.

GIAVAZZI, F., TABELLINI, G., 2005. **Economic and political liberalizations**. *Journal of Monetary Economics* 52, 1297–1330.

GRIER, Kevin; MAYNARD, Norman. **The Economic Consequences of Hugo Chavez: A Synthetic Control Analysis**. *Journal of Economic Behavior and Organization* (2016), <http://dx.doi.org/10.1016/j.jebo.2015.12.011>

GRÜNDLER, Klaus and Tommy KRIEGER, **Democracy and growth: Evidence from a machine learning indicator**, *European Journal of Political Economy*, 2016

GUJARATI, Damodar N. (2006), **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier.

GWARTNEY, J., LAWSON, R., BLOCK, W., 1996. **Economic Freedom in the World, 1975– 1995**. *Fraser Institute*, Vancouver.

GWARTNEY, J. D., LAWSON, R., & HOLCOMBE, R. G. (1999). **Economic freedom and the environment for economic growth**. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, Vol. 155, 643-663.

GWARTNEY, J., & LAWSON, R. (2008). **Economic freedom of the world: Annual report 2008**. Disponível em: <http://www.freetheworld.com/release.html>

HADENIUS, Axel. (1992). **Democracy and development**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

HAGGARD, Stephan. **Pathways from the periphery: The politics of growth in the newly industrializing countries**. Cornell University Press, 1990.

HAYEK, Friedrich A. 1944. **The Road to Serfdom**. Chicago: University of Chicago Press.

HELLIWELL, J.F. (1994) ‘**Empirical Linkages between Democracy and Economic Growth**’, *British Journal of Political Science*, 24: 225–248.

HENDERSON, Vernon J., Adam STOREYGARD, and David N. WEIL. (2012) **Measuring Economic Growth from Outer Space**. *American Economic Review* 102(2): 994–1028.

HILLMAN, Richard S. e D'AGOSTINO, Thomas J. **Partidos Políticos, Opinião Pública e o Futuro da Democracia na Venezuela**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol.VI, nº1, 2000, pp.55-75

HIRSCHMAN, A. (1994). **The on-and-off connection between political and economic progress**. *Am Econ Rev*, Vol. 84, No.2, 343-348.

HOLMES, Kim R.; FEULNER, Edwin J.; O'GRADY, Mary Anastasia. **Index of Economic Freedom**. The *Heritage* Foundation and Dow Jones and Company: Washington D.C. 2008.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: A democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies** New Haven: Yale U. 1968.

HUNTINGTON, S. e Jorge I. DOMINGUEZ. **Political development**. In: Greenstein, F.I. e N.W. Polsby, orgs. *Handbook of political science*. Vol. 3. Reading: Addison-Wesley, 1975.

JACKMAN, R.W. (1973) ‘**On the Relation of Economic Development to Democratic Performance**’, *American Journal of Political Science*, 17(3): 611–621.

JANZ, Nicole. **Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching**. *International Studies Perspectives*, 2015.

JONES, B. F., & OLKEN, B. A. (2008). **The anatomy of start-stop growth**. *Review of Economic and Statistics*, 90(3), 582–587.

JONG-A-PIN, R., & YU, S. (2010). **Do coup leaders matter? Leadership change and economic growth in politically unstable countries** (KOF Working Papers, no. 247). KOF Swiss Economic Institute, ETH Zürich.

JONG-A-PIN, R. & DE HAAN, J. (2011) **Political regime change, economic liberalization and growth accelerations**. *Public Choice* January 2011, Volume 146, Issue 1, pp 93–115.

KANE, Tim; Kim HOLMES; and Mary Anastasia O'GRADY. **Index of Economic Freedom**. The *Heritage* Foundation and Dow Jones and Company: Washington D.C. 2007.

KING, G. “**Replication, Replication.**” *PS: Political Science and Politics* 28, p. 443-499, 1995.

LANDMAN, Todd. **Economic Development and Democracy: The View from Latin America**. *Political Studies*, XLVII, 607–626, (1999).

LANDMAN, Todd. **Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction**, 3rd Edition, London: Routledge, 355. pp., 2008.

LAWSON, Chappell. **Mexico's Unfinished Transition: Democratization and Authoritarian Enclaves in Mexico**. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, Vol. 16, No. 2 (Summer, 2000), pp. 267-287

LAWSON, Robert A. and J. R. CLARK. 2010. **Examining the Hayek-Friedman Hypothesis on Economic and Political Freedom**. *Journal of Economic Behavior and Organization* 74: 230–239

LEVINE, Daniel e MOLINA, José (2011). “**Evaluating the Quality of Democracy in Latin America**” in Levine, Daniel and José Molina (eds.). *The Quality of Democracy in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 1-20.

LEVINE, Daniel e MOLINA, José (2011b). “**Measuring the Quality of Democracy**” in Levine, Daniel and José Molina (eds.). *The Quality of Democracy in Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, pp. 21-38.

LEVITSKY, Steven. **Fujimori and Post-Party Politics in Peru**. *Journal of Democracy* 10.3 (1999) 78-92.

LEVITSKY, S. and CAMERON, M. A. (2003), **Democracy Without Parties? Political Parties and Regime Change in Fujimori's Peru**. *Latin American Politics and Society*, 45: 1–33. doi:10.1111/j.1548-2456.2003.tb00248.x

LEVITSKY, Steven e WAY, Lucan (2010). **Competitive Authoritarianism—hybrid regimes after the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-83.

LEVITSKY, Steven e WAY, Lucan (2012). “**Beyond Patronage: Violent struggle, ruling party cohesion, and Autoritarian Durability**” in *Perspective on Politics*, vol. 10, no. 4, pp.869-889.

LIJPHART, Arendt. **Constitutional choices for new democracies.** *Journal of Democracy*, vol. 2, n. 1, winter 1991. (p. 72 a 84)

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.

LIJPHART, Arendt. **Constitutional design for divided societies.** In: Thinking about Democracy: power sharing and majority rule in theory and practice. London and NY: Routledge, 2008. (p. 75 a 88)

LINZ, J.J. and STEPAN, A. (1996) **Problems of Democratic Transition and Consolidation: South America, Southern Europe, and Post-Communist Europe,** Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

LIPSET, Seymour Martin. **Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy.** *The American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

LUNDSTRÖM, S. (2005). **The effect of democracy on different categories of economic freedom.** *European Journal of Political Economy*, Vol. 21, 967–980.

MA, T.-C. and OUYANG, L. (2016). **Democracy and growth: a perspective from democratic experience.** *Econ Inq*, 54: 1790–1804. doi:10.1111/ecin.12337

MADDISON, A., 2006. **The World Economy.** Organisation for Economic Co-Operation and Development, Paris.

MADSEN, Jakob B.; RASCHKY, Paul A.; SKALI, Ahmed. **Does democracy drive income in the world, 1500–2000?** *European Economic Review*, 2015, 78, 175

MAGEE, Christopher S.P. and John A. DOCES. 2015. **“Reconsidering regime type and growth: lies, dictatorships, and statistics.”** *International Studies Quarterly* 59(2):223–237.

MAINWARING, S. and SCULLY, T.R. (1995) **‘Introduction: Party Systems in Latin America’**, in S.Mainwaring and T.R. Scully (eds) *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, Stanford, CA: Stanford University Press, 1–34.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **“Classificando Regimes Políticos na América Latina”** in *Dados*, vol. 44, no. 4, pp. 645-687, 2001.

MAINWARING, S. and PEREZ-LIÑAN (2003) **‘Level of Development and Democracy: Latin-American Exceptionalism, 1945–1966’**, *Comparative Political Studies* 36(9): 1031–1067.

MAINWARING, Scott (2012). “**From representative democracy to participatory Competitive Authoritarian: Hugo Chávez and Venezuelan Politics**” in *Perspective on Politics*, vol. 10, no. 4, pp. 995-967.

MARSHALL, Monty G., & Jagers, Keith. (2001). **Polity IV project: Political regime characteristics and transitions, 1800-1999**. Dataset users manual. Retrieved from <http://www.bsos.umd.edu/cidcm/Polity/>

MARSHALL, Monty G.; COLE, Benjamin R. **Global Report 2014 - Conflict, Governance, and State Fragility** (PDF). Center for Systemic Peace. July 23, 2014.

MARSHALL, Monty G.; GURR, Ted Robert; JAGGERS, Keith 2014: **POLITY™ IV PROJECT. Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2012**. Dataset Users' Manual, Colorado State University.

MAZZUCA, Sebastián (2007). **Reconceptualizing Democracy: Access to power versus exercise of power**” in Gerardo Munck (ed.). *Regime and democracy in Latin America: Theories and methods*. Oxford: Oxford University Press, pp. 39-48.

MELO, Marcus. **O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade da democracia**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 63, fevereiro de 2007. (p. 11 a 29) [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a03v2263.pdf>]

MILLER, Terry and KIM, Anthony B., 2016 **Index of Economic Freedom**. Washington, DC: The *Heritage* Foundation and Dow Jones & Company, Inc., 2016. Disponível em: http://www.Heritage.org/index/pdf/2016/book/index_2016.pdf

MONTERO, Mercedes García. **La década de Fujimori: ascenso, mantenimiento y caída de un líder antipolítico**. *América Latina Hoy*, n. 28, pp. 49-86, 2001.

MORLINO, Leonardo (2009). **Democracia y democratizaciones**. Madrid: CIS, pp. 184-236.

MUNCK, Gerardo L., and Jay VERKUILEN. **Conceptualizing and measuring democracy: Evaluating alternative indices**. *Comparative Political Studies* 35, p. 5–34. 2002.

MUNCK, Gerardo (2007). “**The study of politics and democracy: Touchstones of a research agenda**” in Munck, Gerardo (ed.). *Regime and democracy in Latin America: Theories and methods*. Oxford: Oxford University Press, pp. 25-37.

NAVIA, Patricio (2009). **The Chilean Left: Socialist and Neoliberal**. *Beyond Neoliberalism in Latin America?* Chapter 2. Part of the series *Studies of the Americas* pp 17-41.

NEGY, Kevin. **Costa rica, Panama, and Nicaragua: explaining economic success levels**. A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the Honors in the Major

Program in International and Global Studies in the College of Sciences and in The Burnett Honors College at the University of Central Florida Orlando, Florida Spring Term 2013.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge university press. 1990.

NORTH, D.C., 1993. **The Paradox of the West.** Economics Working Paper Archive. Washington University-St. Louis, Missouri.

NURTEGIN, Kanybek. **Entrenched Autocracy or New Democracy: Which Is Better for Business?** KYKLOS Volume 67, Issue 3, August 2014, Pages: 398–419.

O'DONNELL, Guillermo. 1973. **Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics.** Berkeley: Institute for International Studies, University of California.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies.** Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, Guillermo. **Delegative Democracy.** Journal of Democracy, Volume 5, Number 1, January 1994, pp. 55-69

O'DONNELL, Guillermo (1998). “**Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina**”. Novos Estudos – Cebrap, São Paulo, n. 51, p. 37-61.

O'DONNELL, Guillermo. **Teoria democrática e política comparada.** Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000400001

O'DONNELL Guillermo (2002). “**Acerca de varias accountabilities y sus interrelaciones**” in *ibid.*, pp. 87-102.

O'DONNELL, Guillermo. **Why the rule of law matters** in Diamond, Larry and Leonardo Morlino (eds.). *Assessing the Quality of Democracy.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp 3-17, 2005.

O GLOBO. **SIP alerta para possíveis fechamentos de jornais na Venezuela. Órgão criticou ‘silêncio cúmplice’ de países latino-americanos com deterioração da liberdade de imprensa no país.** Publicada em 16/04/2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/sip-alerta-para-possiveis-fechamentos-de-jornais-na-venezuela-15895689#ixzz4UAhdPyHr> Acesso em 28/12/2016.

OLSON, Mancur. **Autocracy, democracy, and prosperity.** Strategy and choice, v. 131, n. 157, p. 131-57, 1991.

PAPAIOANNOU, E. & SIOROUNNIS, G., 2008. **Democratization and growth.** *The Economic Journal* 118, 1520–1551.

PAREDES CASTRO, Juan; Hugo Guerra ARTEAGA; and Juan Zuffiga SAFIUDO. 1992. Entrevista al presidente Alberto Fujimori: “ni falsa democracia, ni dictadura militar.” *El Comercio*, May 3: 4-5.

PARKS, Richard. 1967. "Efficient Estimation of a System of Regression Equations When Disturbances Are Both Serially and Contemporaneously Correlated." *Journal of the American Statistical Association* 62:500—509.

PEEV, E. and MUELLER, D. C. (2012), **Democracy, Economic Freedom and Growth in Transition Economies.** *Kyklos*, 65: 371–407.

PERSSON, T., TABELLINI, G., 2006. **Democracy and development: the devil in the details.** *American Economic Review* 96, 319–324.

PERSSON, Torsten, and Guido TABELLINI (2007). "The Growth Effect of Democracy: Is It Heterogeneous and How Can It Be Estimated?" in *Institutions and Economic Performance*, (ed.) Elhanan Helpman, Harvard University Press, Cambridge, MA,

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **Democratic Capital: The Nexus of Political and Economic Change.** *American Economic Journal*, v. 1, n. 2, 2009. pp. 88-126.

PITLIK, H., 2008. **The impact of growth performance and political regime type on economic policy liberalization.** *Kyklos* 61, 258–278.

PRZEWORSKI, Adam. **The state and the economy under capitalism.** *Fundamentals of pure and applied economics*, vol. 40. Chur, Suíça: Harwood Academic Publishers, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. **Regimes políticos e crescimento econômico.** *Novos Estudos*, n. 37, p. 174-189, 1993.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. (1997) 'Modernization: Theories and Facts', *World Politics*, 49 (January): 155–183.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando (1997b). **O que mantém as democracias?** *Lua Nova*, n. 40/41, p. 113-135.

PRZEWORSKI, Adam. **Minimalist conception of democracy: a defense** in Shapiro, Ian and Casiano Hacker-Cordón (eds.) *Democracy's value.* Cambridge: Cambridge University Press., pp. 21-55, 1999.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam (2002) “**Accountability social en America Latina y mas allá**” in Enrique Peruzzotti e Catalina Smulovitz. *Controlando la Política*. Buenos Aires: Temas Grupos Editorial, pp. 73-86.

PSACHAROPOULOS, George (1994), “**Returns to investment in education: A global update**” *World Development* 22(9): 1325–1343.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 260p.

RAMOS, Antonio Pedro. **Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990**. *Nova econ.* [online]. 2006, vol.16, n.2, pp.345-361. ISSN 0103-6351. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512006000200006>.

RAO, Vaman. **Democracy and economic development**. *Studies in Comparative International Development (SCID)*, v. 19, n. 4, p. 67-81, 1984.

RODE, Martin and James D. GWARTNEY (2012) “**Does Democratization Facilitate Economic Liberalization?**” *European Journal of Political Economy*, 28 (4), 607–619.

RODRIK, D., 2000. **Where did all the growth go to? External shocks, social conflict, and growth collapses**. *Journal of Economic Growth* 4, 385– 412.

RODRIK, D., WACZIARG, R., 2005. **Do democratic transitions produce bad economic outcomes?** *American Economic Review* 95, 50–55.

RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS; E.H.; STEPHENS, J. (1992) **Capitalist Development and Democracy**, Cambridge: *Polity* Press.

RYAN, Joseph E. (1994). **Survey methodology**. *Freedom Review*, 25(1), 9-13.

SANTOS, Henrique Fernandes Menezes **Desenvolvimento econômico e convergência condicional: um estudo sobre a América Latina**. Monografia: Faculdade de Economia e Administração. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo: Insper, 2014.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo; FERNANDEZ, Ramón Garcia. **Crescimento Econômico e Políticas de Governo na Argentina, 2003-2014**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.35, n.127, p.59-78, jul./dez. 2014.

SCHULER, Douglas A.; BROWN, David S. **Democracy, Regional Market Integration, and Foreign Direct Investment: Lessons From Costa Rica**. *BUSINESS & SOCIETY*, Vol. 38 No. 4, December 1999 450-473.

SCHUMPETER, Joseph A. [1942] **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCULLY, Gerald W. (1988). "**The Institutional Framework and Economic Development?**" *Journal of Political Economy* 96, 652-662.

SCULLY GW (1992) **Constitutional environments and economic growth**. Princeton University Press, Princeton

SELIGSON, M.A., 2000. **Toward A Model of Democratic Stability: Political Culture in Central America**. *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, (July-December), 11(2): 5-29.

SEN, A. (1999). **Development as freedom**. New York: Knopf.

STEPAN, Alfred (2012). "**A transição na Tunísia e a mútua tolerância**", vol. 1, no. 2, pp. 36-57.

STIGLITZ, J. E. (1989). **The economic role of the state: efficiency and effectiveness**. In A. Heertje (Ed.), *The economic role of the state*. Oxford: Basil Blackwell.

STIGLITZ, J. E. (2002). **Employment, social justice and societal well-being**. *International Labor Review*, Vol. 141, No.1-2, 9-29.

STROUP, M. D. (2007). **Economic freedom, democracy, and the quality of life**. *World Development*, Vol. 35, No. 1, 52-66.

SYLWESTER, K. (2015) **Does Democracy Increase Growth More in New Countries?**. *Econ Polit*, 27: 266-289. doi:10.1111/ecpo.12055

TANAKA, Martin. 1998. **Los espejismos de la democracia: el colapso del sistema de partidos en el Peru**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

TARAJIA, M.; GOODRIDGE, A. **Tuberculosis remains a challenge despite economic growth in Panama**. *The International Journal of Tuberculosis and Lung Disease*, Volume 18, Number 3, 1 March 2014, pp. 286-288 (3).

TAVARES, José and Romain WACZIARG (2001) "**How Democracy Affects Growth**," *European Economic Review*, 45 (8), 1341-1378.

TEORELL, Jan. **Determinants of Democratization: Explaining Regime Change in the World, 1972-2006**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TILLY, Charles (2007). **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-24; 51-79.

VANDEN, Harry. **Politics of Latin America: The Power Game**. New York: Oxford University Press, 2012.

VANHANEN, Tatu. (2000). **A new dataset for measuring democracy, 1810-1998**. *Journal of Peace Research*, 37(2), 251-265.

VERA, Leonardo. **Venezuela 1999–2014: Macro-Policy, Oil Governance and Economic Performance**. *Comparative Economic Studies*, 2015, (1–30).

VILLAR, Leonardo. ; RINCÓN, Hernán. **The colombian economy in the nineties: capital flows and foreign exchange regimes**. Paper presented at the Conference on “Critical Issues in Financial Reform: Latin American-Caribbean and Canadian Perspectives”, University of Toronto, June 1-2, 2000. Disponible em: http://www.banrep.gov.co/docum/Lectura_finanzas/pdf/borra149.pdf

WALDRON, Jeremy. **The core of the case against judicial review**, *Yale Law Journal*, n. 115, 2006. (p. 1346 a 1406) [Disponible em: <http://philosophyfaculty.ucsd.edu/FACULTY/RARNESON/Courses/Waldroncore.pdf>]

WAWRO, Gregory. **Estimating Dynamic Panel Data Models in Political Science**. *Political Analysis* (2002) 10 (1): 25-48.

WITTMAN, D. (1989). **Why democracies produce eficiente results**. *The Journal of Political Economy*, 97(6), 1395–1424.

WOLF, Sonja (2009). **Subverting Democracy: Elite Rule and the Limits to Political Participation in Post-War El Salvador**. *Journal of Latin American Studies*, 41, pp 429-465

WU, Chin-en. **When Is Democracy Better for Economic Performance and when Is It Not: the Interaction Between *Polity* and Structural Factors**. *Studies in Comparative International Development* (2012) 47: 365. doi:10.1007/s12116-012-9118-3.

WU, Wenbo. ; DAVIS, Otto A. (1999). **The two freedoms, economic growth and development: an empirical study**. *Public Choice*, Vol. 100, No. 1, 39-64.

XU, Z., LI, H., 2008. **Political freedom, economic freedom, and income convergence: do stages of economic development matter?** *Public Choice* 135, 183–205.